



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Tese de Doutorado

**Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento
familiar: Uma construção possível no cenário distrital**

Luciana Maria Damasceno

Brasília/DF, Dezembro de 2025.



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento
familiar: Uma construção possível no cenário distrital**

Luciana Maria Damasceno

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura. Orientadora: Prof^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello.

Brasília/DF, Dezembro de 2025.

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento
familiar: Uma construção possível no cenário distrital**

Luciana Maria Damasceno

Banca examinadora:

Brasília, 12 de dezembro de 2025.

Prof^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente)
PsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a Dra. Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira (Membro Titular)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a Dra. Carla Guanaes-Lorenzi (Membro Titular)
Universidade de São Paulo (USP)

Prof^a Dra. Jana Gonçalves Zappe (Membro Titular)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof^a Dra. Rosana Lazaro Rapizo (Membro Suplente)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dedicatória

*Trabalho dedicado às famílias de
adolescentes em cumprimento de medida
socioeducativa de internação:
especialmente às suas mães e às suas avós.*

“[...] Elas perderam a fé em instituições rígidas nas quais são tratadas como números ou categorias, destituídas de suas humanidades ou, pior ainda, brutalmente violadas. As pessoas exigem sistemas e serviços que sejam mais flexíveis e respeitosos. Elas exigem que nós questionemos a nossa psicoterapia e outras práticas profissionais”.

Harlene Anderson

“[...] Quando o foco está no que é problemático e disfuncional nas interações humanas, nós criamos uma realidade de problemas e disfunções. Quando investigamos o que está funcionando e o que as pessoas valorizam sobre aquilo que fazem, realidades de recursos e possibilidades são produzidas”.

Sheila McNamee

“[...] talvez seja isto o que é útil no diálogo: Nós encontramos maneiras de seguir adiante. Ou, no mínimo, nós temos um senso de esperança de que é possível que seremos capazes de seguir adiante”.

Harlene Anderson

Ando devagar, porque já tive pressa
Levo esse sorriso, porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei,
Ou nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente,
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou,
Estrada eu sou.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.
Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz,
De ser feliz.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, minha base de sustentação de todas as horas!

Agradeço especialmente aos meus amados pais, Júlio, *in memoriam*, e Leusa, por serem meus maiores exemplos de amor, humildade, honestidade, retidão e fé. Meu paizinho, o senhor sempre dizia que a morte não existe e que é apenas uma passagem. Que iria fechar os olhos “do lado de cá” e que iria abri-los “do lado de lá”. Sempre tão resiliente, costumava dizer que “há chuva para quem gosta de chuva. E sol para quem gosta de sol”. De onde estiver, meu pai, receba o meu abraço apertado e toda minha gratidão! Mãezinha, a senhora é a garra, a fibra e a coragem que me inspiram. Meu colo, minha fortaleza! Pés no chão e olhar para o alto! Obrigada por tudo, minha mãe! Não fosse a senhora, eu sequer estaria aqui! Sua força é minha força, meu embalo para caminhar.

Agradeço ao meu esposo Igor, por amorosamente compreender minhas ausências e por ser o companheiro incansável a apostar sempre no meu potencial. Você sempre foi aquele sopro de encorajamento nos meus incontáveis momentos de cansaço e de preocupação. Eu jamais vou me esquecer das tantas e inúmeras vezes em que você levou Darinha até a porta, dizendo: “Filha, vai lá dar um abraço na mamãe! Ela vai para faculdade. Diz para ela que ela é nossa inspiração!” Que feliz é a Dara por tê-lo como pai! E que feliz sou eu por tê-lo como companheiro de jornada! A vida ao seu lado é mais leve e transborda amor!

Agradeço à minha filha Dara, por me convocar diariamente a sair do lugar de julgamento, por ser minha maior “Escola de Vida”, por me ensinar que o Amor é, sim, a energia que nos move, e por ser minha fonte diária de motivação para não desistir. Espero que um dia, filha, você possa compreender a força dos sonhos que nos fazem caminhar – foi a força desses sonhos que me levou a cursar simultaneamente o doutorado e a segunda graduação. Não foi fácil me ausentar, não foi fácil abdicar de momentos ao seu lado. Meu coração ficava sempre espremido... Filha, obrigada por ser esse rompante de energia que me

desperta e que me aterra, lembrando que a vida se vive no hoje. Você é farol na minha estrada e “eu te amo do tamanho do castelo do gigante!!”

Agradeço à professora e orientadora Silvia, que mais uma vez tão afetuosamente me acolheu na Universidade de Brasília (UnB) e que com maestria me guiou nessa jornada do doutorado. Professora, você foi minha parceira conversacional durante todos esses anos e eu sou só gratidão! Paciente e generosa, acolheu minhas angústias de mãe-estudante, sobretudo no período crítico do desmame da Dara. Foi apoio, foi suporte, confiança, serenidade e motivação. Obrigada por acreditar desde o início que daria certo! Olha a gente aqui!

Agradeço às professoras Carla Guanaes-Lorenzi, Cynthia Bisinoto, Jana Zappe, Rosana Rapizo por aceitarem o convite para compor a banca de defesa de tese e por despenderem seu precioso tempo na leitura desta pesquisa. Quanta honra e que satisfação imensa partilhar esse trabalho com cada uma de vocês!

Agradeço a todos os profissionais e familiares de adolescentes que participaram da pesquisa, percorrendo, de alguma maneira, esse caminho junto comigo. Aprendi muito com vocês e sem vocês esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço à UnB e a todos os professores que lá conheci. Foram tantos os desafios e igualmente tantos os aprendizados! Eu sempre sonhei estudar em uma universidade pública e esse sonho foi possível: não na graduação, mas no mestrado e no doutorado. Não houve uma única vez em que eu tenha percorrido os corredores da UnB sem me emocionar, imaginando a presença dos meus pais, ali, comigo. Se um dia foi sonho, hoje, com orgulho, desfruto como realidade.

Agradeço à EAPE e à EDS, por todo o apoio na realização do minicurso.

Agradeço à Secretaria de Educação e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (DF), pela oportunidade dupla de afastamento remunerado para estudos.

Resumo

O ordenamento jurídico brasileiro prevê, para além do direito ao convívio familiar do adolescente privado de liberdade, a importância da participação das famílias no processo socioeducativo e a necessidade de um trabalho voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Observa-se, no entanto, um descompasso entre o que prevê a legislação e o que ocorre efetivamente na prática. Esta pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma proposta de formação teórico-prática, de caráter piloto, pautada em pressupostos da abordagem colaborativo-dialógica, voltada a profissionais que atendam familiares de adolescentes no contexto da medida socioeducativa de internação do Distrito Federal, tendo em vista a qualificação desse atendimento. Os dados coletados nas três primeiras etapas da pesquisa compuseram um levantamento de necessidades de modo a subsidiar a elaboração da proposta formativa, que foi planejada e implementada na quarta e última etapa. A tese está estruturada em quatro estudos ou manuscritos: O primeiro deles se trata de uma revisão sistemática de literatura, cujo objetivo foi investigar as contribuições das publicações de estudos empíricos mais recentes para compreensão da temática da família e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação no Brasil. O segundo estudo teve como objetivo investigar as percepções dos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF a respeito do atendimento dedicado às famílias, assim como expectativas desses profissionais quanto a uma proposta de formação. Para tal realizou-se um grupo focal com a participação de nove servidores que atuam em diferentes Unidades de Internação no DF, dentre agentes e especialistas socioeducativos. O terceiro estudo teve como objetivo investigar as percepções das famílias dos adolescentes acerca das práticas de atendimento familiar. Os dados foram construídos a partir de entrevistas semiestruturadas com seis familiares de adolescentes de três diferentes Unidades de Internação do DF. O quarto e último estudo desta tese traz o relato da experiência

formativa, de caráter piloto, com a participação de 14 profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF, visando à sensibilização dos participantes acerca da importância do atendimento familiar. A formação, na modalidade híbrida, contou com quatro encontros presenciais, com periodicidade semanal, e adotou como lente teórica a abordagem colaborativo-dialógica. Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para uma maior aproximação entre o que prevê a legislação brasileira e as práticas de atendimento às famílias no contexto socioeducativo de internação, promovendo, por meio de um espaço dialógico e de relações colaborativas, a ressignificação e a qualificação desse atendimento. A proposta formativa vai ao encontro da necessidade dos profissionais de espaços de discussão e do alinhamento de concepções em socioeducação.

Palavras-chave: medida socioeducativa de internação, atendimento familiar, abordagem colaborativo-dialógica, formação continuada.

Abstract

The Brazilian legal system provides, in addition to the right to family life for adolescents deprived of liberty, the importance of family participation in the socio-educational process and the need for work aimed at strengthening family and community ties. However, there is a gap between what the legislation provides and what actually occurs in practice. The general objective of this research was to develop a pilot program for theoretical and practical training proposal, of a pilot nature, based on the assumptions of the collaborative-dialogical approach, aimed at professionals who serve families of adolescents in the context of the socio-educational measure of confinement in the Federal District (DF), taking into account the qualification of this service. The data collected in the first three stages of the research comprised a needs assessment to support the development of the training proposal, which was planned and implemented in the fourth and final stage. The thesis is structured in four studies or manuscripts: The first is a systematic literature review, whose objective was to investigate the contributions of the most recent empirical studies to the understanding of the theme of family and family care practices in the context of socio-educational measure of confinement in Brazil. The second study aimed to investigate the perceptions of professionals working in socio-educational measure of confinement in the DF regarding the care provided to families, as well as these professionals' expectations regarding a training proposal. To this end, a focus group was conducted with the participation of nine staff members working in different detention units in the DF, including socio-educational agents and specialists. The third study aimed to investigate the perceptions of adolescents' families regarding family care practices. The data were collected from semi-structured interviews with six family members of adolescents from three different detention units in the DF. The fourth and final study of this thesis presents an account of a pilot training experience involving 14 professionals working in the socio-educational

measure of confinement in the DF, aiming to raise awareness among participants about the importance of family support. The training, in a hybrid format, consisted of four weekly in-person meetings and adopted a collaborative-dialogical approach as its theoretical framework. It is believed that this research can contribute to a closer alignment between what Brazilian legislation stipulates and the practices of family support in the socio-educational detention context, promoting, through a dialogical space and collaborative relationships, the re-signification and improvement of this support. The training proposal addresses the professionals' need for spaces for discussion and alignment of socio-educational concepts.

Keywords: socio-educational measure of confinement, family care, collaborative-dialogical approach, continuing education.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Autores e ano, periódico de publicação, área do conhecimento e estado de realização das pesquisas que integram o corpus de análise	36
Tabela 2 - Eixos temáticos abordados pelos estudos do corpus de análise.....	39
Tabela 3 - Programação do minicurso	127

Figuras

Figura 1 - Caracterização do processo de seleção dos estudos36

Lista de Siglas

CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
EAPE	Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDS	Escola Distrital de Socioeducação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENS	Escola Nacional de Socioeducação
GT	Grupo de Trabalho
IML	Instituto de Medicina Legal
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
PDASE	Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal
PIA	Plano Individual de Atendimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSS	Procedimentos de Segurança Socioeducativa
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUBSIS	Subsecretaria do Sistema Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação	21
Referências.....	27
Manuscrito 1 – Famílias, atendimento familiar e medida socioeducativa de internação: Uma revisão sistemática de literatura.....	29
Método	33
Resultados	35
Discussão	41
<i>Invisibilidade das famílias perante o Estado.....</i>	<i>41</i>
<i>A família como locus do desvio ou a culpabilização das famílias pela situação do adolescente</i>	<i>44</i>
<i>A família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros</i>	<i>47</i>
<i>Percepções e expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas.....</i>	<i>48</i>
<i>Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação ..</i>	<i>50</i>
Considerações finais	55
Referências.....	56
Manuscrito 2 – O atendimento familiar no discurso dos profissionais que executam a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal	61
<i>Documentos e normativas distritais.....</i>	<i>63</i>
Método	66
<i>Local</i>	<i>66</i>
<i>Participantes.....</i>	<i>66</i>
<i>Instrumentos.....</i>	<i>66</i>
<i>Procedimentos de coleta e análise dos dados.....</i>	<i>67</i>

Resultados e discussão	68
<i>“Facilitou e atrapalhou”</i> : Virtualização do atendimento às famílias em tempos de pandemia da Covid-19 e paradoxos do uso das tecnologias digitais	69
<i>“Eu acho que a gente também tem que fazer esse movimento”</i> : Sensibilidade e autonomia do profissional, trabalho em equipe e preocupação com o pós-medida – a busca por caminhos possíveis	75
<i>Formação continuada pós-pandemia como possibilidade de “sair da caixinha” e demais expectativas dos operadores do sistema</i>	83
Considerações finais	87
Referências.....	88
Manuscrito 3 – Medida socioeducativa de internação no Distrito Federal: O que nos dizem as famílias	93
<i>Famílias e socioeducação</i>	97
Método	100
<i>Delineamento</i>	100
<i>Local</i>	100
<i>Participantes</i>	100
<i>Instrumentos</i>	100
<i>Procedimentos de coleta e análise de dados</i>	101
<i>Cuidados éticos</i>	103
Resultados e discussão	103
<i>Informação vai, informação vem: E a conexão, onde fica? Fragilidades do atendimento familiar em tempos de revolução digital e outros desafios</i>	104
<i>Sobre a oferta de amparo a seus filhos e a soberania da necessidade de conexão humana.</i>	108
<i>Momentos (a)fe(s)tivos e seu potencial no estreitamento dos laços com as famílias ou: Quando</i>	

<i>a presença se faz presente e o valor de atitudes simples</i>	110
Considerações finais	112
Referências.....	114
Manuscrito 4 – Atendimento familiar e medida socioeducativa de internação: Relato de uma experiência formativa	119
<i>Contextualizações necessárias</i>	121
<i>Formação continuada de servidores e discussão sobre o trabalho com famílias no contexto socioeducativo</i>	122
<i>Pesquisa como prática social e investigação transformativa</i>	123
Procedimentos metodológicos	125
Resultados e discussão	130
<i>Dissenso em socioeducação, cansaço institucional e desejo de aprender: Um olhar voltado às ambivalências dos profissionais</i>	130
<i>O potencial de espaços colaborativo-dialógicos na resignificação do trabalho em socioeducação ou: Pesquisa e formação como práticas generativas e o tal do reencantamento</i>	136
Considerações finais	147
Referências.....	149
Considerações finais da tese	154
Referências.....	158
Anexo A - Aceite institucional	159
Anexo B - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	160
Anexo C - Roteiro para realização do encontro de grupo focal com os profissionais ...	164
Anexo D - Roteiro para realização da entrevista com os familiares	165
Anexo E - Roteiro para formulário pós-intervenção a ser preenchido pelos profissionais	

..... 166

Anexo F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 175

Anexo G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 176

Anexo H - Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para Fins de Pesquisa
..... 177

Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 178

Anexo J - Minicurso..... 179

Apresentação

O interesse pela temática do atendimento às famílias no contexto socioeducativo está situado numa trama de sentidos e de significados que perpassam minha experiência profissional e vão além. Seja atuando como professora alfabetizadora em escolas públicas no interior de São Paulo, ou trabalhando como pedagoga em Unidades de Internação no Distrito Federal (DF); seja exercendo o magistério nas etapas iniciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou acompanhando adolescentes e suas famílias no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, também no DF, as famílias daqueles a quem o meu trabalho esteve direcionado sempre mobilizaram os meus afetos e despertaram a minha atenção. Eu sinto uma satisfação imensa em conversar com essas famílias: gosto de ouvir suas histórias, de contemplar seus relatos e de dialogar com elas sobre o que faz da gente, gente. Nesses quase vinte e seis anos dedicados ao serviço público, trabalhando em contextos que vão da educação à socioeducação – e, portanto, completamente implicada com a temática dessa pesquisa –, eu já perdi as contas das tantas histórias que ouvi e com as quais me comovi. Todas elas sempre pareceram carregar pitadas de perdas e ganhos, de tristezas e alegrias, de desesperança e de fé no futuro: histórias de vidas pulsando ao sabor de afetos e desafetos, de laços e de nós.

Durante o mestrado, eu pude me aproximar do “universo da psicologia” e me dediquei a investigar as percepções de profissionais que executam a medida socioeducativa de liberdade assistida acerca do atendimento dedicado às famílias. Foi possível destacar, de um lado, a necessidade das famílias de serem ouvidas e, de outro, a importância da escuta atenta e sensível dos profissionais. Como minha inquietação acerca do tema permanecesse latente, decidi então dar continuidade à pesquisa, ora iniciada no mestrado, selecionando agora para o doutorado um novo ponto de partida e ensaiando alguns passos a mais. Decidi levar a pesquisa para o contexto da privação de liberdade e decidi, para além de ouvir os

profissionais, contemplar também as famílias dos adolescentes, por compreendê-las igualmente protagonistas no processo socioeducativo.

Muito embora já se tenham decorrido trinta e cinco anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na tentativa de ruptura com a doutrina da situação irregular, rumo à doutrina da proteção integral (Brasil, 1990); dezenove anos da publicação da Resolução nº. 119/2006, que define, por meio de orientações técnicas, parâmetros e diretrizes para o atendimento socioeducativo (CONANDA, 2006); e treze anos da publicação da Lei nº. 12.594/2012 (Brasil, 2012), que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o que se observa é que houve poucos avanços quanto à inserção das famílias no processo socioeducativo, especialmente no contexto da privação de liberdade. Ainda que os dispositivos jurídicos brasileiros preconizem, portanto, o direito ao convívio familiar e a participação das famílias no processo, o que se observa é um descompasso entre a legislação e o que efetivamente ocorre na prática. Ademais, há uma escassez de publicações dedicadas à compreensão das práticas de atendimento às famílias no contexto da socioeducação, a despeito da enorme importância do tema.

Dada a gravidade da medida que implica a privação de liberdade, numa jornada que antecede a aplicação da sentença mais gravosa, os adolescentes e seus familiares usualmente percorrem um longo caminho até chegarem às Unidades de Internação, peregrinando por diversos órgãos públicos: de conselhos tutelares a Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), incluindo delegacias, ministério público, defensorias, varas da infância e juventude e muitos outros. Nessa jornada toda, as mães costumam ser as grandes porta-vozes das dificuldades enfrentadas e seus discursos, nem sempre ouvidos, denotam o peso da culpa que elas, solitariamente, costumam carregar, muitas vezes sob o fardo igualmente pesado da ausência paterna na vida de seus filhos.

Em um contexto de alta demanda emocional, atendendo inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade, a formação continuada dos operadores da política constitui-se estratégia essencial não apenas para a capacitação dos profissionais, mas também para a construção coletiva de caminhos de superação dos desafios cotidianamente enfrentados. O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, publicado em 2013, reconhece o entrave da formação fragmentada e desarticulada dos operadores da política, a falta de alinhamento conceitual e prático entre as unidades socioeducativas e destaca a importância da oferta de formação continuada, aliada à valorização dos profissionais.

Diante desse cenário e triplamente implicada na temática – como pedagoga que trabalha no sistema socioeducativo do DF; como professora na EJA, que também recebe adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e como pesquisadora –, reconheço como um grande desafio à prática socioeducativa o planejamento de estratégias de atendimento às famílias verdadeiramente capazes de beneficiá-las e de colaborativamente envolvê-las no processo ressocializador, sem que elas se sintam culpabilizadas pelas próprias vivências. A presente tese se orientou, portanto, pela seguinte questão: De que maneira envolver no processo socioeducativo as famílias de adolescentes que cumprem medida de internação, estabelecendo com elas uma relação de colaboração e parceria, sem que elas se sintam culpabilizadas pelo envolvimento infracional de seus filhos?

Ao compreender o atendimento familiar enquanto prática social, posso inferir que os discursos sobre as famílias, vez que impactam a construção da realidade, possam contribuir tanto para restringir quanto para expandir as possibilidades de ação junto a elas. Esses discursos não se dão em um terreno neutro: eles se inscrevem em dinâmicas interseccionais de raça, classe, gênero, território que historicamente vulnerabilizam determinados grupos. Ao retratar as famílias como problemáticas, desestruturadas e incapazes de impor limites aos seus filhos, desconsiderando que também elas são atravessadas por desigualdades estruturais

e por múltiplos marcadores sociais da diferença, que operam de modo interseccional, esses discursos podem não apenas refletir concepções simplistas acerca de um fenômeno tão complexo, como também podem contribuir para a desesperança do profissional, fortalecendo a crença de que já se exauriram todas as possibilidades de intervenção junto a esse público e esvaziando a prática socioeducativa de sentido. Penso que o construcionismo social e a abordagem colaborativo-dialógica, enquanto lentes teóricas escolhidas para embasar esta tese possam, portanto, lançar luz à discussão do atendimento às famílias sob uma nova ótica, fortalecendo o desejo da construção coletiva de práticas de atendimento familiar mais humanizadas, horizontalizadas, pautadas no diálogo e focadas nas potencialidades das relações, para muito além dos déficits, das dificuldades, das limitações ou dos problemas, tão comuns no contexto das políticas públicas e já tão discutidos nas publicações acadêmicas.

Entendo que a originalidade desta pesquisa resida, primeiramente, na escolha do objeto de estudo. O atendimento familiar e a formação de profissionais no contexto da medida socioeducativa de internação são temas pouco explorados na literatura nacional e ainda pouco ou nada debatidos a partir da abordagem colaborativo-dialógica. Ao trazer visibilidade a esses temas, a pesquisa contribui para reduzir lacunas importantes no campo. Entendo que a originalidade também se expresse na articulação entre produção teórica, investigação empírica e intervenção formativa, de modo que cada etapa pôde embasar a seguinte em um movimento iterativo de construção de conhecimento. Os dados construídos nas etapas iniciais serviram como ponto de partida para as discussões propostas no minicurso, que, por sua vez, se constituiu como parte integrante do próprio percurso investigativo.

Ademais, ao problematizar o atendimento voltado às famílias junto aos profissionais que executam a medida socioeducativa de internação, a proposta não foi apenas a de devolver resultados ao campo, mas sobretudo a de convidá-los – e aos demais interessados – a uma reflexão conjunta sobre estratégias para envolver as famílias no processo socioeducativo, sem

estigmatizá-las ou culpabilizá-las. O debate sobre o trabalho com famílias na socioeducação passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento da centralidade da formação permanente dos profissionais, entendida aqui como um espaço vivo de coconstrução de sentidos e de aprimoramento das práticas.

O objetivo geral da tese foi desenvolver uma proposta de formação teórico-prática, de caráter piloto, pautada em pressupostos da abordagem colaborativo-dialógica, voltada a profissionais que atendam familiares de adolescentes, no contexto da medida socioeducativa de internação do DF. Esta pesquisa assumiu, portanto, a abordagem colaborativo-dialógica como referencial teórico-metodológico, além do discurso construcionista social, na condição de metateoria (Gergen & Gergen, 2010; Rasera et al., 2016).

Trata-se de uma pesquisa-ação colaborativa (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2021), por meio da qual foi possível elaborar e implementar uma proposta de formação voltada aos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF. Na condição de pesquisadora, de agente de mudança social e de parceira conversacional, inspirada pelos preceitos da abordagem colaborativo-dialógica, meu papel foi, sobretudo, o de facilitar diálogos, sem perder de vista os mundos possíveis de serem criados, contando com os participantes não como meros informantes, mas como copesquisadores. A ideia foi romper com a lógica tradicional de formação centrada no manejo de técnicas e procedimentos e construir um espaço de trocas em que o trabalho dos profissionais pudesse ser honrado, ao mesmo tempo em que as dúvidas fossem acolhidas e novas práticas conjuntamente construídas (Guanaes-Lorenzi & Martins, 2023).

O formato escolhido para estruturação da tese é o de manuscritos, além desta apresentação inicial e de uma finalização capazes de tecer um fio condutor entre eles. Cada manuscrito trouxe a sistematização de um estudo, conforme descrição abaixo. Importa ressaltar que as três primeiras etapas da pesquisa serviram como levantamento de

necessidades para a elaboração e implementação da proposta formativa, relatada no quarto e último manuscrito.

O primeiro manuscrito se trata de uma revisão sistemática de literatura, cujo objetivo foi investigar as contribuições das publicações empíricas mais recentes acerca da temática das famílias e do atendimento às famílias, no contexto da medida socioeducativa de internação no Brasil. Apesar de se tratar de uma etapa teórica da pesquisa, sinaliza questões importantes relativas à prática da socioeducação, uma vez que se baseia em relatos de pesquisas empíricas, e já lança luz sobre possíveis tópicos sobre os quais foi possível refletir durante o minicurso.

O segundo manuscrito teve como propósito investigar as percepções dos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF a respeito do atendimento dedicado às famílias, assim como expectativas desses profissionais quanto a uma proposta formativa. Para tal, realizou-se um grupo focal composto de nove servidores públicos, que atualmente trabalham nas diferentes Unidades de Internação do DF. Esta etapa da pesquisa também contribuiu para a compreensão das expectativas dos profissionais, em se tratando de uma proposta de formação.

Para o terceiro manuscrito, a fim de dar continuidade ao levantamento de necessidades, foram feitas entrevistas com seis familiares de adolescentes de três Unidades de Internação do DF. Nesta etapa, foi possível aprofundar a compreensão do atendimento familiar, a partir dos discursos das próprias famílias.

O quarto e último manuscrito, onde “pulsava o coração desta tese”, trouxe o relato da experiência formativa, implementada junto a profissionais que executam a medida socioeducativa de internação no DF. De caráter teórico-prática, a experiência formativa esteve pautada em pressupostos da abordagem colaborativo-dialógica e buscou sensibilizar os profissionais quanto à importância do atendimento às famílias, tendo em vista a qualificação

das práticas, a construção de uma relação de parceria com os familiares dos adolescentes e o fortalecimento dos vínculos de toda a comunidade socioeducativa.

Espero que esta tese seja um convite provocativo ou uma provocação convidativa à ampliação do debate em torno do atendimento às famílias no contexto da socioeducação, tendo em vista o que preconiza a legislação brasileira e contribuindo para o rompimento de processos históricos de invisibilização e de culpabilização dessas famílias. Mas não só isso. Espero que as contribuições trazidas por esta pesquisa ecoem, que possam ser úteis e generativas: Que fomentem discussões sobre a importância da formação continuada daqueles que atuam na política socioeducativa e sobre o potencial de espaços colaborativo-dialógicos na resignificação e construção de novas práticas.

Referências

- Brasil. (1990). *Lei n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (2012). *Lei n.º. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- CONANDA [Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente]. (2006).
Resolução n.º. 119, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. CONANDA.
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/2703/1/resolucao-no-119.pdf>
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construccionismo social: Um convite ao diálogo* (Trad. Gabriel Fairman). Instituto Noos.

- Gonzaga, D. S. K., & Guanaes-Lorenzi, C. (2021). Elucidando processos investigativos em formatos de pesquisa-ação colaborativa. In D. Mello, V. Bengenzen, & L. Kind (Orgs.), *Percursos metodológicos inventivos: Desafios e potência na escrita acadêmica* (pp. 169-189). Pimenta Cultural.
- Guanaes-Lorenzi, C., & Martins, P. (2023). *A comunicação dialógica na prática das reuniões familiares em saúde mental*. Pedro & João Editores.
- Rasera, E., Guanaes-Lorenzi, C., & Webster, C. C. (2016). Pesquisa como prática social: O pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. *Athenea Digital*, 16(2), 325-347.

**Manuscrito 1 – Famílias, atendimento familiar e medida socioeducativa de internação:
Uma revisão sistemática de literatura¹**

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi investigar as contribuições das publicações de estudos empíricos mais recentes para compreensão da temática da família e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação no Brasil.

Procedeu-se a uma revisão sistemática de literatura, selecionando-se trabalhos publicados entre 2013 e 2023, nas bases de dados BVS e OASIS. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 22 artigos para realização da análise temática reflexiva. Foram destacados cinco temas: (a) Invisibilidade das famílias perante o Estado; (b) A família como lócus do desvio; (c) A família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros; (d) Percepções e expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas; (e) Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância do planejamento de ações que contemplem, de fato, a participação das famílias no processo socioeducativo.

Palavras-chave: revisão sistemática, medida socioeducativa de internação, atendimento familiar.

¹ Manuscrito submetido a periódico científico.

Abstract: The objective of this research was to investigate the contributions of the most recent empirical study publications to understand the theme of family and family care practices, in the context of the socio-educational measure of confinement in Brazil. A systematic literature review was conducted, selecting works published between 2013 and 2023, in the BVS and OASIS databases. After applying the inclusion and exclusion criteria, twenty-two articles remained for reflexive thematic analysis. Five themes were highlighted: (a) Invisibility of families before the State; (b) Family as the locus of detour; (c) Family as a structuring axis of future desires and projects; (d) Family perceptions and expectations: When uncertainties and hopes go hand in hand; (e) Challenges and potential issues of family care in the context of socio-educational measure of confinement. The research results highlight the importance of planning actions that include the participation of families in the socio-educational process.

Keywords: systematic review, socio-educational measure of confinement, family care.

A prática de atos ilícitos evoca respostas do Estado, as quais pretendem não só coibir o envolvimento infracional dos adolescentes, responsabilizando-os, como também buscam a sua integração social e a garantia de seus direitos. No Brasil, a resposta do Estado aos atos infracionais cometidos por adolescentes a partir dos 12 e com menos de 18 anos de idade corresponde à aplicação das chamadas medidas socioeducativas (Brasil, 1990, 2012), as quais podem ser executadas em meio aberto ou fechado, configurando-se a medida de internação como a mais gravosa e de caráter excepcional. Importante destacar que, conforme dados mais recentes do sistema socioeducativo brasileiro publicados no Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2024, havia em agosto de 2024 um quantitativo de 8.584 adolescentes em condição de privação de liberdade (Brasil, 2025).

A despeito da condição de privação de liberdade, os dispositivos jurídicos brasileiros asseguram ao adolescente que cumpre medida de internação o direito ao convívio familiar. Além disso, preveem a participação das famílias no processo socioeducativo e destacam a importância de um trabalho voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 1990, 2012; CONANDA, 2006).

O artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outras obrigações das Unidades de Internação, prevê diligências quanto ao restabelecimento e à preservação dos vínculos familiares (Brasil, 1990). Já o artigo 124, nos incisos VI, VII e VIII, respectivamente, assegura, dentre outros direitos do adolescente privado de liberdade: o direito de permanecer internado em local próximo ao local de moradia de seus pais ou responsável; o direito à visita semanal; o direito de correspondência com familiares e amigos.

Para complementar o ECA na regulamentação das medidas socioeducativas, em 2012 foi publicada a Lei nº. 12.594, que instituiu o SINASE. Diversos artigos na Lei do SINASE deixam clara a importância da inserção das famílias no processo socioeducativo.

No artigo 35, inciso IX, em consonância com o que prevê o ECA, a Lei nº. 12.594 destaca o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como um dos princípios basilares que regem a execução das medidas socioeducativas (Brasil, 2012). Já o artigo 52, em parágrafo único, prevê a participação dos pais ou responsáveis na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente, passíveis, inclusive, de responsabilização administrativa, civil e criminal. O artigo 53 destaca novamente a participação da família na elaboração do PIA, juntamente do próprio adolescente que cumpre a medida socioeducativa e da equipe técnica que o acompanha, enquanto o artigo 54 assinala que no próprio PIA deverão constar atividades de integração e apoio à família, assim como formas de participação da família para o efetivo cumprimento das metas estabelecidas. O artigo 60, inciso I, ao tratar da atenção integral à saúde do adolescente, prevê o estímulo à melhoria das relações interpessoais, assim como o fortalecimento das redes de apoio para os adolescentes e suas famílias.

A produção acadêmico-científica evidencia o descompasso entre o que os dispositivos jurídicos preveem acerca da participação das famílias e o que efetivamente ocorre na prática: seja porque as famílias entendem que a participação no processo socioeducativo se restrinja às visitas semanais (Souza & Costa, 2013); seja porque as unidades se situem em locais distantes e as famílias possuem dificuldade para custear até mesmo o transporte para a frequência às visitas sistemáticas, o que compromete a garantia do direito à convivência familiar (Medeiros, 2015; Muller & Gobbo, 2016); seja por se tratar ainda de um sistema eminentemente punitivo (Medeiros, 2015), carente de atividades de integração familiar como parte da rotina de atendimento. Vale destacar a existência de um processo histórico de culpabilização das famílias pobres por parte dos profissionais que as atendem (Leal & Macedo, 2019; Horst & Miotto, 2017; Medeiros & Paiva, 2015; Dias et al., 2011; Nascimento et al., 2008; Naiff et al., 2007).

Planejar estratégias de atendimento às famílias verdadeiramente capazes de beneficiá-las e de envolvê-las colaborativamente no processo ressocializador (Brasil, 2012), sem que elas se sintam culpabilizadas pelas próprias vivências emerge, portanto, como um grande desafio à prática socioeducativa e requer a compreensão sobre o atual cenário brasileiro. O presente estudo partiu da seguinte questão norteadora: De que maneira a literatura científica mais recente aborda a temática das famílias e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação?

Esta pesquisa se justifica cientificamente pela escassez de estudos que reúnam dados capazes de auxiliar na compreensão da temática das famílias e do atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação, no cenário brasileiro pós-publicação da Lei do SINASE. Em termos de contribuição social, acredita-se que os resultados aqui contidos possam, além de trazer visibilidade ao tema, nutrir e embasar discussões, oferecendo pistas para o planejamento de estratégias efetivamente capazes de envolver estas famílias no processo socioeducativo, sem que elas se sintam culpabilizadas pela própria realidade, a qual se sabe atravessada por inúmeras questões sociais.

O objetivo deste estudo foi investigar as contribuições das publicações de estudos empíricos mais recentes para compreensão da temática da família e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação no Brasil. Para tal, procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura, cujo método será detalhado a seguir.

Método

O presente estudo se trata de uma revisão sistemática de literatura e, como tal, seguiu algumas etapas de produção (Galvão & Ricarte, 2019). Após a definição da questão norteadora e o estabelecimento do objetivo do estudo, procedeu-se aos seguintes passos: escolha das bases de dados para consulta e coleta do material, definição dos descritores, detalhamento dos critérios de inclusão e exclusão de artigos, definição do tipo de análise para

tratamento e interpretação dos dados.

Por se tratar de uma pesquisa cujo foco é o cenário brasileiro de socioeducação, optou-se pela busca de artigos empíricos publicados nas bases de dados: BVS, dado seu caráter inclusivo, abarcando outros portais indexadores de publicações científicas nacionais, e OASIS, por possibilitar amplo acesso a publicações em língua portuguesa. A seleção dos artigos ocorreu durante o mês de setembro de 2023. Os descritores utilizados foram: (a) Família, (b) Medida socioeducativa, (c) Ato infracional, (d) Adolescente, (e) Privação de liberdade, (f) Medida restritiva de liberdade, (g) Medida de internação, (h) Adolescente em conflito com a lei. Com o uso do operador booleano *and*, foram feitas as seguintes combinações de palavras-chave: “família AND medida socioeducativa”, “família AND ato infracional”, “família AND adolescente AND privação de liberdade”, “família AND medida restritiva de liberdade”, “família AND medida de internação”, “família AND adolescente em conflito com a lei”.

Os critérios adotados para inclusão dos artigos foram: (a) Artigos empíricos publicados em periódico científico nos últimos 10 anos; (b) Disponibilidade dos artigos na íntegra; (c) Menção à temática das famílias no contexto da medida socioeducativa de internação. Foram definidos os seguintes critérios de exclusão: (a) Artigos duplicados; (b) Temática distante.

Após a utilização dos mecanismos de busca, procedeu-se à análise dos títulos, resumos e palavras-chave, aplicando-se os critérios de inclusão/exclusão aos artigos recuperados. Alguns artigos foram excluídos durante a leitura na íntegra, por não atenderem aos critérios estabelecidos. Em seguida, foram feitas exaustivas leituras do material selecionado, a fim de se extrair criteriosamente os dados relacionados ao objetivo desta revisão, para posterior codificação, categorização, análise e interpretação.

Optou-se pela análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2020), por se tratar de um

método de análise qualitativa que possibilita a identificação de padrões de significados.

Adotou-se a abordagem indutiva, em que não há definição prévia dos códigos utilizados na análise dos dados, de tal modo que estes foram criados durante a imersão e o engajamento nas leituras.

A análise dos dados obtidos passou pelas seguintes fases: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão, definição e nomeação dos temas; produção do relatório (Braun & Clarke, 2020). Contou-se com o apoio do *software* Atlas-ti, uma ferramenta que possibilita o gerenciamento dos textos, bem como o gerenciamento do processo de codificação, o estabelecimento de relações entre os dados analisados, o agrupamento de códigos e a visualização de tais elementos (Walter & Bach, 2015), sem, no entanto, dispensar o trabalho eminentemente reflexivo da pesquisadora. As principais contribuições dos estudos para compreensão do tema das famílias e das práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação foram agrupadas em cinco temas, que serão descritos e analisados na próxima seção.

Vale ressaltar que os estudos do *corpus* de análise foram inicialmente categorizados de acordo com: (a) Autor(es) e ano; (b) Periódico de publicação; (c) Área de conhecimento do periódico; (d) Estado em que a pesquisa foi realizada, resultando na Tabela 1. Foram igualmente analisados aspectos teórico-metodológicos como: tipo de abordagem adotado na pesquisa, fontes de coletas de dados, participantes, embasamento teórico e tratamento dado às informações. Em seguida, os estudos foram agrupados quanto ao tema contemplado e aos principais resultados apresentados, originando a Tabela 2.

Resultados

Foram recuperados 57 estudos no portal BVS e 119 no portal OASIS, totalizando 176 artigos. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, 154 estudos não atenderam aos critérios especificados, restando 22 artigos para análise. A Figura 1 retrata o processo de

seleção do material para análise, enquanto a Tabela 1 traz a categorização dos artigos de acordo com: (a) Autor(es) e ano; (b) Periódico de publicação; (c) Área de conhecimento do periódico; (d) Estado em que a pesquisa foi realizada.

Figura 1.

Caracterização do processo de seleção dos estudos

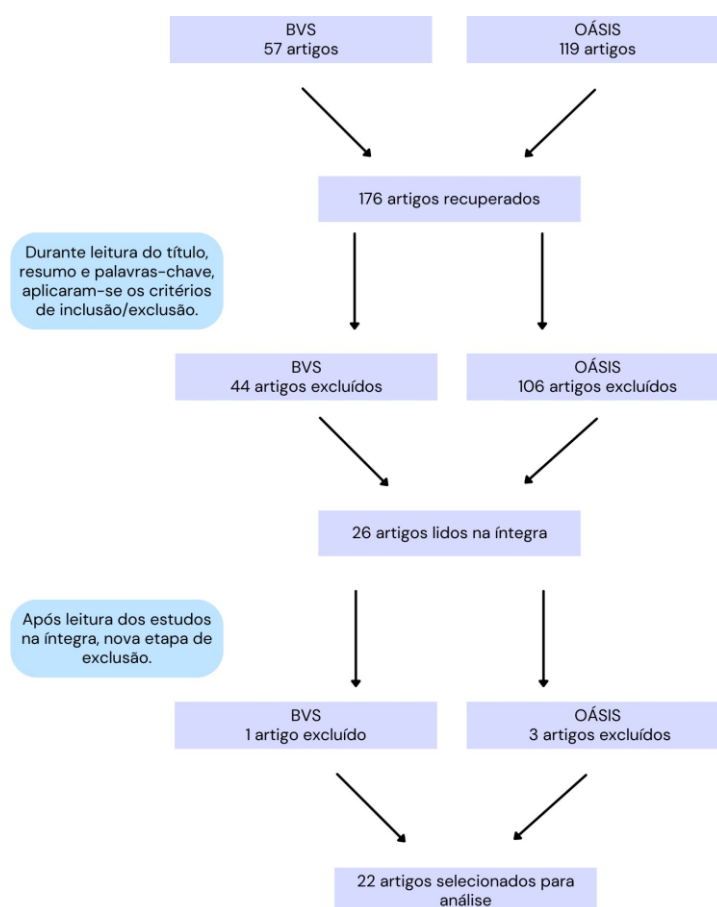


Tabela 1.

Autores e ano, periódico de publicação, área do conhecimento e estado de realização das pesquisas que integram o corpus de análise

Autor(es) e Ano	Periódico de Publicação	Área de Conhecimento	Estado
Brondani & Arpini, 2019	<i>Psicologia em Revista</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul
Brondani & Arpini, 2021	<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul

Cenci et al., 2014	<i>Pensando Famílias</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul
Costa & Goldani, 2015	<i>Textos & Contextos (Porto Alegre)</i>	Serviço Social	Rio Grande do Sul
Costa et al., 2019	<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	Psicologia	Paráíba
Cunha et al., 2020	<i>Educação e Pesquisa</i>	Educação	Distrito Federal
Leal & Macedo, 2019	<i>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud</i>	Ciências Sociais	Piauí
Marques et al., 2016	<i>Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia</i>	Psicologia	Pernambuco
Matos & Janczura, 2020	<i>Revistas Sociais & Humanas</i>	Multidisciplinar	Rio Grande do Sul
Medeiros & Paiva, 2015	<i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i>	Psicologia	Rio Grande do Norte
Melo & Dutra, 2017	<i>Psicologia em Revista</i>	Psicologia	Rio Grande do Norte
Neutzling & Bidigaray, 2020	<i>Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade</i>	Multidisciplinar	Rio Grande do Sul
Paula & Assumpção Jr., 2013	<i>Psicopedagogia</i>	Psicopedagogia	São Paulo
Pedro & Neves, 2015	<i>Horizonte Científico</i>	Multidisciplinar	Não menciona
Pereira et al., 2016	<i>Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro</i>	Enfermagem	Minas Gerais
Potratz & Costa, 2018	<i>Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics</i>	Ciências Forenses, Bioética e Direito	Espírito Santo
Silva & Andrade, 2019	<i>Revisbrato</i>	Terapia Ocupacional	Alagoas
Silva, 2014	<i>Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i>	Filosofia e Ciências Sociais	Minas Gerais
Silveira et al., 2015	<i>Revista Psicologia: Teoria e Prática</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul
Souza & Costa, 2013	<i>Psico-USF</i>	Psicologia	Distrito Federal
Zappe & Dell'Aglio, 2016	<i>Revista Colombiana de Psicología</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul
Zappe & Dell'Aglio, 2016	<i>Psic</i>	Psicologia	Rio Grande do Sul

É possível observar na Tabela 1 que houve uma maior concentração de artigos publicados nos anos de 2015, 2016, 2019 e 2020 ($n=4$, 18,18%; $n=4$, 18,18%; $n=4$, 18,18% e $n=3$, 13,63%, respectivamente), assim como uma houve uma predominância de publicações em periódicos da área de psicologia ($n=11$, 50%). Acerca do local em que a pesquisa foi feita, observa-se a seguinte distribuição: dois estudos realizados na região Centro Oeste ($n=2$, 9,09%); quatro estudos na região Sudeste ($n=4$, 18,18%); seis estudos na região Nordeste ($n=6$, 27,27%); nove estudos na região Sul ($n=9$, 40,90%); ao passo em que um dos estudos não menciona o local de realização ($n=1$, 4,54%) e nenhum dos estudos que compuseram a

amostra foi realizado na região Norte do Brasil ($n=0$, 0%).

Em relação ao tipo de abordagem adotado na pesquisa, constatou-se predomínio de estudos qualitativos ($n=17$, 77,27%), seguidos de estudos de abordagem mista ($n=3$, 13,63%) e de estudos quantitativos ($n=2$, 9,09%). As fontes de coletas de dados foram diversificadas, com predomínio de entrevista ($n=14$, 63,63%), análise documental ($n=6$, 27,27%), questionário ($n=4$, 18,18%), observação ($n=2$, 9,09%), roda de conversa ($n=2$, 9,09%), grupo focal ($n=1$, 4,54%) e diário de registros ($n=1$, 4,54%). Vale ressaltar que alguns estudos utilizaram mais de uma fonte de coleta de dados.

Quanto aos participantes das pesquisas, nove estudos contaram com a participação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ($n=9$, 40,90%); cinco estudos tiveram a participação de familiares dos adolescentes ($n=5$, 22,72%); três estudos tiveram a participação de adolescentes e familiares ($n=3$, 13,63%); dois estudos tiveram a participação de operadores do sistema socioeducativo ($n=2$, 9,09%); um estudo contou com a participação de operadores do direito e do sistema de segurança ($n=1$, 4,54%); um outro estudo teve a participação de operadores do Sistema de Garantia de Direitos, sem que houvesse a especificação das instituições em que trabalhavam ($n=1$, 4,54%); e um último estudo, devido ao caráter da pesquisa, realizou análise documental e não contou, portanto, com nenhum participante.

Ainda acerca dos aspectos teórico-metodológicos, nota-se predominância de estudos teoricamente fundamentados na área da psicologia. Em relação ao tratamento oferecido aos dados, observa-se uma diversidade de tipos de análise, com destaque para a análise temática e para a análise de conteúdo.

Finalizada a análise dos aspectos teórico-metodológicos, procedeu-se à análise temática reflexiva dos artigos selecionados para esta revisão. Foram então destacados cinco temas: (a) Invisibilidade das famílias perante o Estado; (b) A família como lócus do desvio

ou a culpabilização das famílias pela situação do adolescente; (c) A família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros; (d) Percepções e expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas; (e) Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação. Observa-se que os quatro primeiros temas trazem de modo transversal uma caracterização das famílias dos adolescentes, enquanto o quinto e último foca no atendimento familiar em si. A Tabela 2 ilustra os temas que foram construídos para análise, os estudos que contemplam cada um deles, assim como os principais resultados abordados.

Tabela 2

Eixos temáticos abordados pelos estudos do corpus de análise

Eixos temáticos	Estudos que contemplam o eixo temático	Principais resultados
Invisibilidade das famílias perante o Estado	Brondani & Arpini, 2019; Costa & Goldani, 2015; Costa et al., 2019; Leal & Macedo, 2019; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Silva & Andrade, 2019; Silveira et al., 2015; Souza & Costa, 2013	As famílias se encontram invisibilizadas e desassistidas pelo Estado antes, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa de internação por parte do adolescente.
A família como lócus do desvio ou a culpabilização das famílias pela situação do adolescente	Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Cenci et al., 2014; Costa & Goldani, 2015; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Leal & Macedo, 2019; Marques et al., 2016; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Melo & Dutra, 2017; Neutzling & Bidigaray, 2020; Paula & Assumpção Jr., 2013; Pedro & Neves, 2015; Pereira et al., 2016; Potratz & Costa, 2018; Silva & Andrade, 2019; Silva, 2014; Souza & Costa, 2013	Evidencia-se um processo de culpabilização das famílias pela situação do adolescente tanto nas falas de profissionais entrevistados quanto nas análises realizadas por alguns autores das pesquisas. As falas de algumas mães denotam que as famílias, por vezes, introjetam o discurso da culpa. Algumas pesquisas criticam o processo histórico de culpabilização da pobreza no Brasil.
A família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros	Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Marques et al., 2016; Silveira et al., 2015	As famílias parecem se constituir um dos principais eixos estruturantes dos desejos e dos planos futuros dos adolescentes, especialmente quando estes são indagados sobre seus projetos de vida ao término do cumprimento da medida socioeducativa de internação.
Percepções e	Brondani & Arpini, 2019; Brondani	As famílias manifestam sentimentos

expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas	& Arpini, 2021; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Souza & Costa, 2013	contraditórios em relação à Unidade de Internação e à medida socioeducativa, assim como verbalizam inseguranças e esperanças quanto ao futuro. Destacam-se os sentimentos de culpa sobre a situação do adolescente, o receio quanto à retomada do convívio em liberdade e o desejo de relações mais próximas e mais dialogadas com seus filhos, assim como a necessidade de serem ouvidas pelos profissionais.
Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação	e Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Costa & Goldani, 2015; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Leal & Macedo, 2019; Marques et al., 2016; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Neutzling & Bidigaray, 2020; Pedro & Neves, 2015; Pereira et al., 2016; Potratz & Costa, 2018; Silva & Andrade, 2019; Silveira et al., 2015; Souza & Costa, 2013; Zappe & Dell'Aglio, 2016a, 2016b	Desafios: Necessidade de superação do caráter eminentemente punitivo da medida socioeducativa de internação; escassez de registros sobre ações sistemáticas de atendimento familiar; dificuldade de inserção das famílias em políticas públicas; distância geográfica das Unidades de Internação, dificultando o acesso das famílias; relatos de violações de direitos e de revista vexatória; ausência de orientação tanto para as famílias quanto para os próprios profissionais; necessidade de investimento na formação e qualificação dos profissionais. Potencialidades: Articulação com a rede socioassistencial, realização de visitas domiciliares e promoção de encontros entre as famílias para que elas possam trocar experiências e serem ouvidas em suas demandas; fortalecimento das famílias em seu papel protetivo; resgate e fortalecimento dos vínculos familiares; restauração de laços fragilizados; oferta de orientações que beneficiem o convívio familiar, especialmente quando os adolescentes passam a usufruir de saídas sistemáticas; promoção de reflexões e ressignificações junto aos adolescentes e seus familiares; escuta e acolhimento.

Conforme é possível observar na Tabela 2, a temática acerca da invisibilidade das famílias foi evidenciada em 11 dos 22 estudos, ou seja, metade dos artigos analisados (50%). A temática acerca da família como lócus do desvio do adolescente foi observada em 19 artigos (86,36%), denotando um intenso processo de culpabilização das famílias. O tema da

família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros dos adolescentes foi destaque em 6 artigos (27,27%), enquanto as percepções e expectativas das famílias foram abordadas em 7 estudos (31,81%). Finalmente os desafios e as potencialidades do atendimento familiar foram contemplados em 18 (81,81%) dos 22 artigos que compuseram o corpus de análise desta revisão.

Discussão

Conforme os temas apresentados na Tabela 2, os dados serão discutidos nesta seção a partir dos artigos da própria revisão. Os quatro primeiros temas permitem uma caracterização das famílias dos adolescentes, enquanto o quinto e último sinaliza alguns desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação.

Invisibilidade das famílias perante o Estado

De modo geral, os artigos retratam a condição de invisibilidade destas famílias perante o Estado, levando-se em conta a falta de acesso a bens e serviços, a ausência do Estado na oferta de suporte e o acesso precário a direitos sociais básicos (Brondani & Arpini, 2019; Costa & Goldani, 2015; Medeiros & Paiva, 2015; Silva & Andrade, 2019; Souza & Costa, 2013). Tal condição se faz presente no cotidiano, na dinâmica e na rotina destas famílias antes, durante e após o cumprimento da medida de internação pelo adolescente.

Conforme Brondani e Arpini (2019) destacam, esses adolescentes e suas famílias convivem em contextos marcados pela pobreza, pela exclusão social e por diversas fragilidades. Geralmente residem em bairros periféricos, marcados pela violência, pelo tráfico e por outras práticas ilícitas. Souza e Costa (2013) corroboram essa ideia, ao criticar a ausência do apoio do Estado e a oferta mínima de políticas sociais, o que contribui para que os adolescentes e suas famílias permaneçam à margem da sociedade.

As mães, cuja presença é marcante no cotidiano institucional, costumam ser as porta-vozes dos relatos que narram trajetórias solitárias, assim como histórias singulares de

sofrimento e desamparo (Brondani & Arpini, 2021; Leal & Macedo, 2019; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Pedro & Neves, 2015; Silveira et al., 2015). Souza e Costa (2013) ilustram o dilema dessas mães e a condição de vulnerabilidade vivenciada por essas famílias no trecho a seguir:

Duas, das três famílias entrevistadas, são chefiadas por mulheres que precisaram deixar suas casas e filhos para garantir o essencial: comida, moradia, enfim, uma existência mínima. Mas ao optarem por seus empregos, quem vai cuidar de seus filhos? Quem vai orientá-los, auxiliá-los nas tarefas escolares, organizar a rotina do dia a dia? A resposta parece ser a rua, os vizinhos, o tráfico de drogas e o mundo (Souza & Costa, 2013, p. 281).

Os estudos apontam o quanto as vivências dessas famílias são atravessadas por questões sociais e o quanto as desvantagens socioeconômicas impactam sua capacidade protetiva, tornando a tarefa do cuidado ainda mais desafiadora (Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Leal & Macedo, 2019; Neutzling & Bidigaray, 2020). Marcadas pela pobreza, sob forte influência das desigualdades presentes no contexto macrossocial, desassistidas e invisibilizadas perante o Estado, estas famílias não só enfrentam maiores dificuldades na esfera do cuidado, como também nas possibilidades de questionamento e de mobilização pela garantia de direitos (Brondani & Arpini, 2021; Leal & Macedo, 2019; Neutzling & Bidigaray, 2020).

Os dados indicam que mesmo após o início do cumprimento da medida de internação por parte do adolescente, a condição de invisibilidade das famílias permanece. Tal condição se torna evidente nos relatos das mães entrevistadas sobre a própria situação de carência, desamparo, falta de recursos e solidão (Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Silveira et al., 2015); na denúncia silenciosa dos poucos registros acerca das ações da equipe técnica destinadas ao atendimento familiar e na insuficiência do acompanhamento voltado às famílias

(Medeiros & Paiva, 2015); nos relatos dos jovens entrevistados sobre o fato de que a medida socioeducativa não tem possibilitado a efetiva participação das famílias, comprometendo o direito ao convívio familiar (Costa et al., 2019).

Souza e Costa (2013) questionam a ausência de orientações voltadas aos profissionais acerca de formas de envolvimento das famílias no processo socioeducativo. O que se observa na prática é que, dada a ausência de diretrizes mais específicas, as ações voltadas às famílias terminam por se restringir à mera explicação de normas e orientações sobre o sentido da medida, atendendo a mecanismos eminentemente disciplinares (Leal & Macedo, 2019; Matos & Janczura, 2020). Brondani e Arpini (2021) destacam a importância do envolvimento das famílias no processo socioeducativo, vez que posturas mais ativas das famílias no apoio aos adolescentes podem contribuir para a não reincidência, especialmente no momento de transição para a liberdade.

Na contramão desses dados, Matos e Janczura (2020) relataram uma experiência de estágio supervisionado, na qual, além das orientações gerais sobre a medida de internação, houve iniciativas de articulação com a rede socioassistencial para oferta de apoio às famílias após a progressão de medida e/ou a liberação do adolescente. Apesar, no entanto, desse relato, o que os estudos sugerem é a permanência dessas famílias na condição de invisibilidade, inclusive após o cumprimento da medida de internação. De acordo com os profissionais entrevistados na pesquisa realizada por Silva e Andrade (2019), após a liberação, o acompanhamento desses jovens é negligenciado pelo Estado. Depois do cumprimento da medida de internação, esses jovens retornam ao mesmo convívio social, para o mesmo território em que residiam anteriormente e se deparam com a falta de oportunidades, agravada, muitas vezes, pela falta de qualificação profissional (Silva & Andrade, 2019). Mais uma vez as mães são grandes porta-vozes quanto ao receio em relação ao futuro (Brondani & Arpini, 2021). Daí a necessidade de programas que ofereçam apoio e suporte a essas famílias,

além de fortalecê-las para o exercício do cuidado e que contribuam para que se possa romper com esse ciclo de invisibilidade perante o Estado.

A família como locus do desvio ou a culpabilização das famílias pela situação do adolescente

Os estudos que compuseram a amostra desta revisão, seja na voz dos participantes entrevistados, seja na voz dos autores das próprias pesquisas, retrataram e debateram percepções diferenciadas acerca da influência das famílias no envolvimento infracional do adolescente. Tais percepções variaram de concepções mais descritivas, que se detêm em fatores explicativos sobre as famílias (Leal & Macedo, 2019; Marques et al., 2016; Melo & Dutra, 2017; Pereira et al., 2016; Silva & Andrade, 2019), a posicionamentos mais críticos e contextualistas, trazendo ao debate a compreensão de que as famílias são atravessadas por inúmeras questões sociais (Costa & Goldani, 2015; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Potratz & Costa, 2018).

Tanto a pesquisa conduzida por Leal e Macedo (2019) quanto o estudo realizado por Silva e Andrade (2019) contaram com a participação de profissionais atuantes no sistema socioeducativo e coletaram seus dados por meio de entrevistas. As entrevistas com os profissionais evidenciaram o quanto ainda recai sobre as famílias o estigma do fracasso, com argumentos sobre a incapacidade dos pais de educarem seus filhos, de estabelecerem limites, de impedi-los do envolvimento infracional. Fala-se sobre a fragilidade ou ruptura dos vínculos e sobre os problemas de relacionamento, sobre a estrutura das famílias e sua condição socioeconômica, além do envolvimento de outros membros da família em condutas ilícitas, como possíveis causas para o comportamento do adolescente, ainda que alguns profissionais entrevistados ensaiem o reconhecimento da multifatorialidade envolvida em todas essas situações. De acordo com Leal e Macedo (2019), os profissionais compreendem as famílias como o locus do desvio do adolescente. Achados semelhantes foram encontrados

na pesquisa realizada por Neutzling e Bidigaray (2020), em que foram entrevistados operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Os profissionais relacionaram a situação do adolescente à condição socioeconômica da família, à desestrutura familiar, à presença de conflitos e de violência intrafamiliar, ainda que tenham sinalizado a compreensão de que questões familiares estão relacionadas a questões sociais mais amplas.

Ao analisar as percepções de adolescentes em cumprimento de medida de internação, o estudo de Marques et al. (2016) traz explicações que podem reforçar discursos estigmatizantes e culpabilizantes das famílias, ao correlacionar o que denomina de contexto de desestruturação familiar – marcado por dificuldades de comunicação e relacionamento – à suposta perda da capacidade de proteção, suporte e regulação social nas relações entre familiares e adolescentes. O estudo de Pereira et al. (2016), ao investigar as características pessoais e familiares de adolescentes em medida de internação, também apresenta argumentos relacionados à permissividade das famílias, à fragilidade do cuidado, ao envolvimento de outros familiares em práticas delituosas e critica a influência negativa que a família poderia exercer sobre os adolescentes. Melo e Dutra (2017) destacam relações familiares frágeis, associadas à falta de suporte e continência, enquanto Cenci et al. (2014) e Paula e Assumpção Jr. (2013) vinculam a situação do adolescente a uma possível transmissão geracional.

Tal enquadramento, ao desconsiderar a complexidade das condições socioeconômicas e estruturais que atravessam essas famílias, tende a reiterar explicações individualizantes e moralizantes sobre seus modos de organização e cuidado. Discursos que responsabilizam individualmente as famílias, como identificados em alguns dos estudos revisados, encontram ressonância em narrativas neoconservadoras contemporâneas que deslocam para a esfera privada problemas que têm origem estrutural. Conforme argumentam Corilazo e Bernardo (2025), tais narrativas transferem a responsabilidade pela vulnerabilidade social para os

indivíduos e seus modos de organização familiar, ocultando o papel do Estado na oferta de políticas públicas e na garantia de direitos, além de reforçar uma lógica punitiva e moralizante.

O aspecto mais cruel da culpabilização ocorre quando as próprias famílias vestem a camisa da culpa, introjetam o discurso do fracasso em relação à educação de seus filhos e assumem a responsabilidade integral pela situação. Tal aspecto se torna evidente na pesquisa realizada por Souza e Costa (2013), quando as próprias famílias creditam o envolvimento infracional do adolescente ao envolvimento com más companhias e sobretudo à falta de orientação e de presença dos pais, além da fragilidade do diálogo em família. No contexto institucional, as mães costumam ser as maiores porta-vozes desse sentimento de culpa e fracasso (Brondani & Arpini, 2021; Souza & Costa, 2013; Leal & Macedo, 2019; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018).

Como contraponto, alguns estudos teceram críticas ao processo de culpabilização e desqualificação das famílias, denunciando o processo histórico de culpabilização da pobreza no Brasil (Costa & Goldani, 2015; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Potratz & Costa, 2018). De acordo com Costa e Goldani (2015), os julgamentos acerca da inadequação do núcleo familiar em relação aos padrões morais dominantes e que o apontam como desestruturado ou desorganizado e sem controle, refletem a tentativa de censura à forma como as famílias pobres tratam seus filhos. Para Medeiros e Paiva (2015), a culpabilização das famílias por parte dos profissionais reflete um discurso midiático que, para além da criminalização da pobreza, carrega um forte apelo punitivo.

Ainda na seara dos estudos que tecem críticas ao processo de culpabilização das famílias, é possível mencionar a pesquisa realizada por Silva (2014), na qual o autor problematiza a postura de profissionais operadores do direito ao relacionarem de forma direta a gravidade do ato cometido pelo adolescente à suposta perda de controle por parte da

família. Conforme Costa et al. (2019) ressaltam, além dos adolescentes, também seus familiares se encontram em constante suspeição.

A família enquanto eixo estruturante de desejos e projetos futuros

Diversos estudos evidenciaram a importância das famílias como eixo estruturante de desejos e projetos futuros nos discursos dos adolescentes – sejam as famílias de origem, sejam as famílias que eles pretendem constituir (Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Marques et al., 2016; Silveira et al., 2015). Nas questões relativas a trabalho, por exemplo, nota-se que as famílias se constituem referência central das atividades laborais dos adolescentes – tanto as atividades que eles exerceram antes do cumprimento da medida de internação, quanto as que pretendem realizar no futuro (Silveira et al., 2015).

Vale mencionar o impacto que as desigualdades sociais exercem sobre as expectativas em relação ao futuro do adolescente, vez que as oportunidades são vislumbradas a partir das condições concretas vivenciadas pela família e pela comunidade (Brondani & Arpini, 2019; Silveira et al., 2015). Desse modo, observa-se que ao mesmo tempo em que as famílias podem se configurar como fator de proteção, por representarem uma fonte de apoio e por se configurarem como elemento central na elaboração de projetos futuros, elas também podem se configurar como fator de risco, dadas as próprias condições de vulnerabilidade (Silveira et al., 2015). A exemplo disso, é possível mencionar a urgência de alguns jovens quanto à inserção profissional, dada a necessidade de contribuir para o sustento da família.

As pesquisas indicam, no entanto, que, ao se referir às famílias, os adolescentes não mencionam anseios apenas no âmbito da sobrevivência material, como o desejo de arranjar um trabalho e de contribuir para o sustento de seus familiares ou para a aquisição de uma moradia (Silveira et al., 2015). Para além das questões relativas à sobrevivência, destaca-se, sobretudo, um processo de ressignificação das relações familiares por parte dos adolescentes

durante o período de internação (Brondani & Arpini, 2021). Tal processo se torna evidente nos relatos sobre o desejo de retomar o convívio familiar (Costa et al., 2019) e, mais do que isso, de apresentar uma mudança de comportamento em relação à família, valorizando-a ainda mais e partindo em busca de relações mais próximas e mais pautadas no diálogo (Brondani & Arpini, 2021; Marques et al., 2016).

Percepções e expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas

Acerca das percepções das famílias, os estudos trazem informações não apenas relativas às significações das famílias sobre si mesmas, mas também sobre a forma como elas enxergam a medida de internação e a forma como são atendidas no contexto socioeducativo, juntamente de suas expectativas e receios em relação ao futuro dos adolescentes (Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Souza & Costa, 2013). É importante, mais uma vez, destacar a presença das mães no contexto institucional, assim como nas pesquisas que contaram com a participação de familiares, de tal forma que elas foram as grandes portavozes das incertezas e das esperanças das famílias nos estudos que compuseram a amostra desta revisão.

A pesquisa realizada por Matos e Janczura (2020) evidenciou o desconhecimento das famílias acerca do funcionamento da medida, o que permite inferir a falta de um trabalho voltado à orientação dessas famílias. Nesse mesmo estudo consta que as famílias manifestam dúvidas e receios sobre a retomada do convívio com os adolescentes durante as saídas da Unidade de Internação. Souza e Costa (2013) relataram que as famílias muitas vezes manifestam uma compreensão limitada acerca da própria participação na medida socioeducativa, restrita às visitas semanais. Infere-se que tais questões poderiam ser minimizadas por meio de um trabalho mais eficiente de acompanhamento e de orientação das

famílias por parte da equipe de profissionais.

Alguns outros estudos trouxeram críticas tecidas pelas famílias à política socioeducativa e às intervenções oferecidas, seja por não enxergarem as Unidades de Internação como espaços de participação e troca (Pedro & Neves, 2015), seja pela indignação quanto ao tratamento dispensado aos adolescentes por parte de alguns agentes ou pelo tempo em que os adolescentes permanecem ociosos na instituição (Potratz & Costa, 2018). Ainda assim, algumas delas depositam esperanças no futuro, dada a possibilidade de o adolescente frequentar a escola e de se qualificar profissionalmente, durante o período em que cumpre a medida (Potratz & Costa, 2018), bem como demonstram interesse em participar de atividades, caso estas sejam ofertadas pela Unidade (Matos & Janczura, 2020). No estudo de Medeiros e Paiva (2015), as famílias relataram sensação de desamparo diante de situações violadoras de direitos, como procedimentos de revista vexatórios e a precariedade dos ônibus que as conduziam até as Unidades, mas que estragavam com frequência. Elas sofriam com a falta de informações sobre a possibilidade de novas visitas e até temiam pela vida de seus filhos nas Unidades, devido às histórias sobre tortura e morte.

Inúmeros foram os sentimentos das famílias relatados nas pesquisas que compuseram esta revisão. Merece destaque o sentimento materno de culpa pela situação do adolescente (Brondani & Arpini, 2021; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018), o que talvez se relacione à centralidade que as mães ocupam na vida desses jovens, acrescida da ausência paterna (Brondani & Arpini, 2021; Pedro & Neves, 2015). Sobre esse tópico, seria possível tecer alguns questionamentos, trazendo as contribuições das pesquisas sobre gênero e cultura do cuidado em nossa sociedade, porém tal análise extrapolaria os objetivos desta revisão.

Outros sentimentos relatados foram de incerteza e insegurança das mães quanto ao futuro; angústia, ansiedade e aflição; medo de os adolescentes retornarem à prática infracional, bem como temor pela própria segurança e pela vida de seus filhos, com a

retomada da liberdade (Brondani & Arpini, 2021; Matos & Janczura, 2020). Sentimentos de impotência, desamparo, solidão, fragilidade, incompreensão; insegurança sobre como lidar com as transformações do filho adolescente e o papel que devem ocupar nessa relação. Desilusão quanto ao envolvimento infracional do filho; sensação de serem reféns de uma situação que não foi criada por elas; abatimento, tristeza, preocupação, desgosto, aborrecimento, amargura, aflição e cansaço, necessidade de serem ouvidas, acolhidas e apoiadas em suas dificuldades, por não saberem mais a quem recorrer (Potratz & Costa, 2018; Pedro & Neves, 2015).

Dada a insegurança em relação à vida em liberdade e ao receio quanto ao futuro, algumas famílias terminam por significar a Unidade de Internação como um espaço seguro para seus filhos (Potratz & Costa, 2018; Souza & Costa, 2013). Junto da insegurança quanto à retomada da liberdade, as famílias mencionam o desejo de que seus filhos tenham uma vida digna, pautada pelo trabalho e pelos estudos, que constituam sua própria família, usufruam no futuro de uma vida diferente da realidade delas próprias e sejam mais felizes (Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Souza & Costa, 2013). Como as incertezas e as esperanças caminham lado a lado na realidade material dessas famílias, ao mesmo tempo em que vislumbram a necessidade de se mudarem para outra localidade, por questões de segurança, elas fazem planos de ajudar seus filhos, de participarem mais de suas vidas, mantendo relações mais afetuosas, mais próximas e mais dialogadas e de apoiá-los como for preciso, sem pretensões de desistir (Brondani & Arpini, 2021; Pedro & Neves, 2015).

Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação

O quinto e último tema de análise versa sobre os desafios e as potencialidades do atendimento familiar, no contexto socioeducativo da medida de internação. Ainda que os quatro temas discutidos anteriormente já ofereçam algumas pistas sobre esse tópico, é possível aprofundar a discussão com mais algumas contribuições trazidas pelos estudos que

compuseram esta revisão e que serão apresentadas a seguir.

De modo geral, foi possível notar escassez de registros acerca de experiências de atendimento familiar no contexto de adolescentes privados de liberdade, o que endossa a ideia da invisibilidade destas famílias mesmo durante o período em que seus filhos se encontram acautelados pelo Estado. Pode-se apontar, portanto, como um dos primeiros desafios a necessidade do planejamento de ações sistemáticas voltadas ao atendimento familiar no contexto da medida de internação.

Matos e Janczura (2020) relataram a experiência de estágio supervisionado da primeira autora, estudante de serviço social, na qual ela promoveu alguns encontros com famílias de adolescentes que estavam cumprindo medida de internação e que em breve passariam a usufruir de saídas sistemáticas, em um centro socioeducativo do Rio Grande do Sul. Apesar da riqueza da partilha proporcionada a essas famílias nos momentos de troca e de conexão, acrescida da necessidade que elas demonstravam de serem ouvidas, o foco da intervenção parecia se restringir a orientações sobretudo de cunho normativo para que os adolescentes não descumprissem as regras durante as saídas da Unidade, ainda que sob o argumento de esclarecer dúvidas e de qualificar o convívio familiar externo.

É possível mencionar como um outro desafio acerca do atendimento familiar no contexto da medida de internação, a dificuldade de inserção dessas famílias em políticas públicas que contribuam para a garantia de seus direitos básicos. Diversos estudos problematizaram a ausência do Estado na oferta de assistência às famílias em condição de vulnerabilidade (Leal & Macedo, 2019; Medeiros & Paiva, 2015; Potratz & Costa, 2018; Silva & Andrade, 2019; Silveira et al., 2015; Souza & Costa, 2013). A compreensão de que essas famílias, dadas suas condições materiais de vida na contemporaneidade, podem tanto se configurar como fatores de risco quanto fatores de proteção aos adolescentes, pode ser vista como um outro desafio ao atendimento a elas ofertado. Tão importante quanto identificar as

famílias em situação de vulnerabilidade é oferecer a elas condições materiais e psicossociais capazes de fortalecê-las para o exercício do cuidado de seus filhos, o que poderá esbarrar na já mencionada fragilidade das políticas públicas (Brondani & Arpini, 2019; Matos & Janczura, 2020; Silveira et al., 2015; Zappe & Dell'Aglio, 2016b).

Costa et al. (2019) criticam o caráter eminentemente punitivo da medida socioeducativa, em detrimento dos aspectos pedagógicos. Como exemplo, citam a restrição de alguns direitos, como o próprio direito ao convívio familiar, enquanto forma de punir o adolescente em determinadas ocasiões. A superação do caráter eminentemente punitivo da medida socioeducativa também se configura como um grande, senão um dos maiores desafios, ao atendimento às famílias dos adolescentes privados de liberdade.

Ainda sobre os desafios ao atendimento familiar, inferem-se a partir dos estudos de Medeiros e Paiva (2015) e Costa et al. (2019) a distância geográfica da Unidade socioeducativa em relação ao local de moradia das famílias, os procedimentos vexatórios de revista nos dias de visitação junto à humilhação infligida por alguns trabalhadores e relatadas pelas famílias, a precariedade dos meios de transporte que conduzem estas famílias até as Unidades e a insuficiência de tempo disponível ao convívio do adolescente com seus familiares. Além da dificuldade de acesso às Unidades, Pedro e Neves (2015) mencionam a própria desconfiança das famílias acerca do trabalho desenvolvido nos centros socioeducativos. Para estas famílias, as Unidades de Internação não se configuram como espaços de apoio e de troca.

De acordo com Costa et al. (2019), faltam capacitações voltadas aos profissionais, que promovam o debate sobre direitos humanos das crianças, dos jovens e de suas famílias. Pode-se destacar, portanto, a necessidade de investimento na formação dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo como mais um desafio (Costa et al., 2019; Cunha et al., 2020; Leal & Macedo, 2019; Silva & Andrade, 2019).

Outros desafios ainda podem ser destacados, como: a compreensão equivocada das famílias acerca da visita semanal, enquanto o único meio de participação na medida socioeducativa; as dúvidas das famílias acerca do próprio funcionamento da medida socioeducativa; a falta de orientação das famílias pelos profissionais sobre a importância e sobre formas de participação no processo socioeducativo; ausência de orientações específicas, voltadas aos profissionais, acerca do atendimento familiar; a necessidade de proposição de ações e de encaminhamentos pautados nas necessidades das próprias famílias; a criação de programas e de atividades que garantam a participação dessas famílias no cotidiano dos adolescentes (Costa et al., 2019; Medeiros & Paiva, 2015; Souza & Costa, 2013). Para além do que já foi mencionado, ressalte-se a necessidade de se pautar o atendimento na compreensão destas famílias em sua singularidade (Matos & Janczura, 2020).

A análise dos estudos desta revisão também sinalizou algumas potencialidades para o atendimento familiar no contexto da medida de internação. Merece destaque a possibilidade de intervenções voltadas ao fortalecimento dos vínculos, de restauração de laços fragilizados e que contribuam para que as famílias continuem a ocupar o lugar de referência na vida dos adolescentes (Costa et al., 2019; Matos & Janczura, 2020; Pedro & Neves, 2015; Pereira et al., 2016; Zappe & Dell'Aglio, 2016a). Matos e Janczura (2020) e Potratz e Costa (2018) apontam a importância de orientações que beneficiem o convívio familiar, especialmente quando os adolescentes passam a usufruir de saídas sistemáticas da Unidade de Internação. É importante que as famílias recebam o suporte necessário no momento de transição para a vida em liberdade do adolescente e, mais do que isso, para que as ajude na superação das condições de exclusão, por meio de intervenções que valorizem suas potencialidades de enfrentamento às adversidades vivenciadas (Brondani & Arpini, 2021; Medeiros & Paiva, 2015; Silveira et al., 2015).

O estudo de Matos e Janczura (2020) evidenciou que as visitas domiciliares podem se

constituir importante dispositivo tanto para que os profissionais conheçam melhor o contexto em que as famílias estão inseridas, quanto para que possam prestar orientações acerca da medida e realizar articulações junto à rede socioassistencial. Ainda a partir dos dados trazidos pelo mesmo estudo, foi possível inferir o quanto as reuniões e os encontros com as famílias permitem que elas interajam e se conectem entre si, partilhem suas experiências, rompendo o isolamento e minimizando o sentimento de solidão. Para tal, no entanto, é importante que os profissionais não limitem tais encontros a orientações normativas ou disciplinares. De acordo com Brondani e Arpini (2021), é importante que os profissionais fomentem reflexões e ressignificações junto aos adolescentes e seus familiares.

Como referem Potratz e Costa (2018), muitos pais possuem dúvidas sobre como lidar com seus filhos adolescentes e com as transformações sofridas nessa etapa da vida. Para efeito de análise desta revisão, destaca-se aqui mais um potencial para o atendimento familiar no contexto de adolescentes privados de liberdade, posto que os profissionais também podem aproveitar tais oportunidades para acolher estas dúvidas, promover discussões junto às famílias, realizar encaminhamentos e oferecer o apoio necessário.

Conforme já foi mencionado anteriormente, os estudos apontaram inúmeros sentimentos conflituosos relatados pelas famílias: de incertezas e inseguranças quanto ao futuro, a desejos de mudanças e de relações mais afetuosas e dialogadas com seus filhos. Para Costa et al. (2019), torna-se fundamental ouvir estas famílias e considerar suas necessidades.

O sentimento de culpa materno e os relatos de sobrecarga e cansaço, destacados em diversos estudos, aliados à presença maciça das mães no contexto institucional (Brondani & Arpini, 2019; Brondani & Arpini, 2021; Marques et al., 2016; Matos & Janczura, 2020; Medeiros & Paiva, 2015; Pedro & Neves, 2015; Potratz & Costa, 2018; Silveira et al., 2015; Souza & Costa, 2013), corroboram a ideia da importância da oferta de um espaço qualificado de escuta, sensível às demandas das famílias, com uma atenção especial voltada sobretudo a

essas mulheres. Infere-se, portanto, a oferta de espaços de escuta e acolhimento a essas famílias como mais uma das potencialidades do atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as contribuições das publicações de estudos empíricos mais recentes para compreensão da temática da família e das práticas de atendimento familiar, no contexto da medida socioeducativa de internação no Brasil. Para tal, procedeu-se a uma revisão sistemática englobando artigos empíricos publicados nos últimos dez anos. Durante a análise, foram identificados cinco temas para discussão: (a) Invisibilidade das famílias perante o Estado; (b) A família como locus do desvio ou a culpabilização das famílias pela situação do adolescente; (c) A família enquanto eixo estruturante dos desejos e projetos futuros; (d) Percepções e expectativas das famílias: Quando incertezas e esperanças caminham de mãos dadas; (e) Desafios e potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida de internação.

As pesquisas que contaram com a participação de familiares dos adolescentes evidenciaram os inúmeros, complexos e contraditórios sentimentos que atravessam essas famílias, sobretudo as mães, cuja presença é marcante no contexto institucional. Estas mães são porta-vozes de sentimentos de culpa e de esperanças, de angústias e de planos futuros, sobre as quais ainda recaem o peso das desigualdades sociais e da desassistência por parte do Estado.

Os dados apresentados pelos estudos vão ao encontro do que prevê o ordenamento jurídico brasileiro e evidenciam a importância de um trabalho voltado às famílias, mas o que se observa diante desses mesmos dados ainda é a escassez de registros sobre práticas efetivas de atendimento familiar, no contexto de adolescentes privados de liberdade. Além de compilar informações acerca da realidade das famílias e das práticas de atendimento familiar,

acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para sinalizar a lacuna existente na literatura acerca do tema. Espera-se que a presente revisão contribua, ainda que minimamente, para o rompimento do ciclo de invisibilização e de culpabilização destas famílias, ao sinalizar a importância de um trabalho voltado às suas demandas e especificidades, pautado no planejamento de ações que contemplem, de fato, sua participação no processo socioeducativo. Os resultados dessa pesquisa podem contribuir como uma provocação convidativa ao planejamento efetivo do atendimento familiar no contexto de adolescentes privados de liberdade, rompendo com o caráter eminentemente punitivo e caminhando no sentido de uma socioeducação respaldada na perspectiva da garantia de direitos.

Referências

- Brasil. (1990). *Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (2012). *Lei nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Brasil. (2025). *SINASE Levantamento nacional 2024*. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_Nacional_SINASE_2024.pdf
- Braun, V. & Clarke, V. (2020). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? *Qualitative Research in Psychology*, 328-352.
<https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1769238>
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019). Reflexões sobre a conflitiva com a lei na adolescência: Contextos excludentes, famílias “invisíveis”. *Psicologia em Revista*,

- 25(2), 790-804. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p790-804>
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2021). Medida socioeducativa de internação e expectativas de futuro de adolescentes e familiares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e223537, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003223537>
- Cenci, C. M. B., Teixeira, J. F., & Oliveira, L. R. F. (2014). Lealdades invisíveis: Coparticipação da família no ato infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), 35-44. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a04.pdf>
- CONANDA [Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente]. (2006). *Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. CONANDA. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/2703/1/resolucao-no-119.pdf>
- Corilazo, M. F., & Bernardo, K. A. S. (2025). O paradoxo entre a doutrina protetiva e o neoconservadorismo punitivo na socioeducação. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 23(60), 52-66.
- Costa, A.P. M., & Goldani, J. M. (2015). A influência do contexto familiar nas decisões judiciais a respeito de atos infracionais de adolescentes: O intervencionismo familiar ainda se faz presente? *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 14(1), 87-103. <https://10.15448/1677-9509.2015.1.20726>
- Costa, C. S. S., Alberto, M. F. P., & Silva, E. B. F. L. (2019). Vivências nas medidas socioeducativas: Possibilidades para o projeto de vida dos jovens. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(e186311), 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>
- Cunha, G. G., Oliveira, M. C. S. L., & Branco, A. U. (2020). Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Educação e Pesquisa*, 46(e220197), 1-20. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220197>
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que

cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535.

<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/10.pdf>

Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2019). Revisão sistemática da literatura: Conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da informação*, 6(1), 57-73.

<https://doi.org/10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73>

Horst, C. H. M., & Miotto, R. C. T. (2º sem. 2017). Serviço Social e o trabalho com famílias: Renovação ou conservadorismo? *Em Pauta*, 15(40), 228-246.

<https://doi.org/10.12957/REP.2017.32749>

Leal, D. M., & Macedo, J. P. (2019). Os discursos protetivos e punitivos acerca dos adolescentes em medida de internação no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17(1), 207-221.

Marques, W. F., Santos, N. M., Fernandes, F. E. C. V., & Melo, R. A. (2016). Percepções de adolescentes em período de internação. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 10(31), 8-20. <https://doi.org/10.14295/online.v10i31.546>

Matos, G. S., & Janczura, R. (2020). Sistema socioeducativo: Fortalecendo a rede de apoio familiar para o ingresso do adolescente no cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revistas Sociais & Humanas*, 33(3), 11-32.

<https://doi.org/10.5902/2317175843255>

Medeiros, F. C. (2015). *A inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Medeiros, F. C., & Paiva, I. L. de. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586. <https://11nq.com/gL93p>

Melo, K. S., & Dutra, E. (2017). A violência sob o olhar do adolescente autor de ato

- infracional: Reflexões fenomenológico-existenciais. *Psicologia em Revista*, 23(2), 687-706. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p687-706>
- Muller, C. M., & Gobbo, E. (2016). A garantia do direito à convivência familiar do adolescente privado de liberdade no CASEP de São José do Cedro (SC). *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 14, 21-29.
- Naiff, L. A. M., Caldeira, P., Pena, A., & Diniz, C. (2007). Criar, cuidar, proteger, manter, amar: A família atual e seus desafios no contexto de pobreza. *Em Debate*, (5), 1-20. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10787/10787.PDF>
- Nascimento, M. L. do, Cunha, F. L. da, & Vicente, L. M. de. (2008). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, 14(7). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt
- Neutzling, M. V., & Bidigaray, L. C. (2020). Jovens em conflito com a lei: Considerações sobre atos infracionais e violência no município de Pelotas (RS). *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 6(edição especial), 1-25. <https://doi.org/10.23899/relacult.v6i4.1764>
- Paula, M. L. B., & Assumpção Jr., F. B. (2013). Delinquência juvenil e família. *Revista Psicopedagogia*, 30(91), 43-51. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v30n91/06.pdf>
- Pedro, J. C., & Neves, A. S. (2015). A família e o adolescente em conflito com a lei: Vínculos, estratégias e recursos afetivos. *Horizonte Científico*, 9(1), 1-27. <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/22491>
- Pereira, C. C. M., Zambalde, C. G. S., Lambert, C. C., Costa, P. M., Machado, J. S. de A., & Botti, N. C. L. (2016). Características pessoais e familiares entre adolescentes infratores. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*, 6(2), 2212-2222. <https://10.19175/recom.v6i2.991>

- Potratz, T. F., & Costa, A. A. (2018). Percepção familiar sobre o ato infracional e o cumprimento de medida socioeducativa. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*, 8(1), 1-20. [http://dx.doi.org/10.17063/bjfs8\(1\)y20181](http://dx.doi.org/10.17063/bjfs8(1)y20181)
- Silva, G. M. (2014). Justiça juvenil instantânea: A experiência de um sistema integrado. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(3), 641-673. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7243>
- Silva, J. J. B., & Andrade, M. F. L. O. (2019). Percepção de trabalhadores sobre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revisbrato*, 3(3), 380-396. <https://10.47222/2526-3544.rbto23997>
- Silveira, K. S. S, Machado, J. C., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2015). Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: Implicações para o processo socioeducativo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(2), 52-63. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p52-63>
- Souza, L. A. de, & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>
- Walter, S. A., & Bach, T. M. (2015). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 275-308.
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016a). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: Risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016b). Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: Família e institucionalização. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 289-305. <https://10.15446/rcp.v25n2.51256>

Manuscrito 2 – O atendimento familiar no discurso dos profissionais que executam a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal ²

Resumo: O presente artigo teve como objetivo investigar as percepções dos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal (DF) a respeito do atendimento dedicado às famílias, assim como expectativas desses profissionais quanto a uma proposta formativa. Realizou-se um grupo focal com a participação de nove servidores que atuam em diferentes Unidades de Internação no DF, dentre agentes e especialistas. Evidenciam-se mudanças no atendimento familiar, sob influência da introdução de recursos tecnológicos para contato com as famílias desde o período da pandemia da Covid-19. Tendo em vista uma proposta de formação, os profissionais destacam a importância de estudos de caso e de conhecimentos teórico-práticos. Sugerem-se estudos futuros com a participação de gestores e professores atuantes na medida de internação.

Palavras-chave: medidas socioeducativas, internação, atendimento familiar.

² Manuscrito submetido à avaliação de periódico científico.

Abstract: This article aimed to investigate the perception of professionals working in socio-educational measure of confinement in the Federal District (DF) regarding the care provided to families, as well as their expectations regarding a training proposal. A focus group was held with the participation of nine employees who work in different units in the DF, including agents and specialists. Changes in family care were evident, influenced by the introduction of technological resources for contact with families since the Covid-19 pandemic. With a view to a training proposal, the professionals emphasize the importance of case studies and theoretical and practical knowledge. Future studies are suggested with the participation of managers and teachers working with socio-educational measure of confinement.

Keywords: socio-educational measures, confinement, family care.

De acordo com a legislação brasileira, a conduta descrita como crime ou como contravenção penal, quando praticada por criança ou adolescente menor de 18 anos, recebe o nome de ato infracional (Brasil, 1990). Tal conduta, se cometida por um adolescente entre 12 e 18 anos, pode ter como resposta do Estado a aplicação de uma medida socioeducativa.

Atualmente, no Distrito Federal (DF), a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) é a pasta responsável pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação dos programas, projetos e atividades relativos às medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto fechado. Há em funcionamento, por meio da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), 30 Unidades de Atendimento Socioeducativo, dentre meio aberto e fechado. Para os fins desta pesquisa, interessam-nos os dados relativos às sete Unidades de Internação, nas quais é executada a medida de internação estrita.

Os operadores do sistema socioeducativo no DF são, em sua imensa maioria, servidores públicos concursados, dentre técnicos, agentes e especialistas. Os técnicos realizam o trabalho administrativo e, portanto, não são responsáveis pelo acompanhamento direto dos adolescentes ou de suas famílias. Aos agentes competem as tarefas relativas à guarda, vigilância, acompanhamento e segurança dos adolescentes, supervisão do horário das visitas semanais dos familiares, revista e acompanhamento das pessoas que adentram à Unidade (Distrito Federal, 2015). Já os especialistas que atuam na atividade-fim, formados nas mais diferentes áreas (pedagogia, serviço social, psicologia, educação física, artes cênicas, música, artes plásticas), são responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias, além de planejar, executar e avaliar atividades relacionadas à sua área específica.

Documentos e normativas distritais

Diversos documentos e normativas foram publicados no âmbito distrital, a fim de abarcar especificidades do cenário socioeducativo do DF. O Projeto Político Pedagógico

(PPP) das Medidas Socioeducativas do DF – Internação é uma dessas publicações, ocorrida um ano após a publicação da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Ainda que o referido documento tenha enfatizado a importância da participação das famílias no processo socioeducativo e tenha reconhecido, à época, alguns avanços, admitiu que inúmeras dificuldades se faziam presentes na busca pelo atendimento de qualidade (Distrito Federal, 2013).

Algumas das dificuldades mencionadas pelo documento são: falta de participação mais efetiva das famílias; dificuldade de comparecimento à Unidade em razão do trabalho ou até mesmo pela falta de recursos para custear o transporte; falta de atividades previamente programadas para o período da visita familiar; convocação das famílias apenas nos casos de comportamento negativo do adolescente (Distrito Federal, 2013). Algumas das propostas de melhoria destacadas pelo PPP são: capacitação dos profissionais; uniformização de procedimentos, práticas e atividades nas Unidades; implementação de grupos de pais durante os finais de semana; participação das famílias na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA); orientação dos pais sobre questões da atualidade e sobre o relacionamento com seus filhos; criação de espaços de convívio familiar na própria Unidade; facilitação do acesso à Unidade, inclusive por meio do fornecimento de recursos para o transporte (Distrito Federal, 2013).

Importante ressaltar que, no intuito de normatizar e de detalhar procedimentos para a execução das medidas socioeducativas, sobretudo para a medida de internação, além do PPP acima mencionado, inúmeras outras publicações foram produzidas no âmbito distrital: o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF, em 2016 (Distrito Federal, 2016); os Procedimentos de Segurança Socioeducativa (PSS) (Portaria nº. 160, de 19 de setembro de 2016); o Regulamento da Comissão de Avaliação Interdisciplinar (Portaria nº. 182, de 31 de agosto de 2017); o Manual Sociopsicopedagógico das Unidades de Internação do Sistema

Socioeducativo (Portaria nº. 35, de 13 de fevereiro de 2017); o Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do DF, em 2018; o Manual de Normas e Procedimentos para Visita aos Adolescentes Acautelados nas Unidades de Internação e na Unidade de Internação Provisória (Portaria nº. 08, de 21 de dezembro de 2018); o Manual de Atendimento Socioeducativo: Unidades de Atendimento inicial, internação provisória e internação do DF (Distrito Federal, 2023).

O Manual de Atendimento Socioeducativo (Distrito Federal, 2023) é um documento que estabelece fluxos, padroniza instrumentais e orienta o seu preenchimento, além de estabelecer competências dos operadores do sistema. Apesar do propósito de balizar a atuação dos profissionais, não detalha ações voltadas ao atendimento familiar nem recupera algumas das práticas relativas a esse atendimento mencionadas no PPP, publicado dez anos antes. Práticas como: estratégias de corresponsabilização e de participação das famílias no processo socioeducativo, orientação sobre direitos e acesso a serviços governamentais e não governamentais, atividades de integração, participação na elaboração do PIA e em eventos promovidos na Unidade, como o Conselho de Mérito, são brevemente mencionadas.

Apesar da produção recente de documentos e normativas distritais sobre o atendimento socioeducativo, destaca-se o fato de já haver decorrido mais de uma década da publicação do PPP – Internação (Distrito Federal, 2013). Faz-se necessária uma compreensão atualizada acerca das práticas de atendimento familiar no cenário da medida socioeducativa de internação no DF, levando-se em conta, sobretudo, as dificuldades listadas no referido documento. Ademais há que se levar em conta possíveis impactos do período pandêmico, como avanços e/ou retrocessos, no que tange ao atendimento às famílias dos adolescentes privados de liberdade.

O presente manuscrito está pautado nas seguintes questões norteadoras: Quais as percepções dos operadores da medida socioeducativa de internação no DF acerca do

atendimento familiar e quais suas expectativas sobre uma formação, cuja temática é o atendimento às famílias? Como desdobramento de tais questões, os objetivos desse estudo são: a) Investigar as percepções dos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF a respeito do atendimento dedicado às famílias; b) Investigar as expectativas dos profissionais em relação a uma proposta formativa, cujo tema é o atendimento familiar no contexto da socioeducação.

Método

Local

Antecedendo a realização do grupo focal, em si, foram realizadas visitas a três Unidades de Internação. Quanto ao encontro do grupo focal, este foi realizado na Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

Participantes

Esta etapa da pesquisa contou com a participação voluntária de nove profissionais que trabalham em seis das sete Unidades de Internação do DF, considerando o interesse em rastrear a diversidade de práticas no contexto socioeducativo distrital. Como critério de inclusão, os profissionais deveriam atuar como especialistas e/ou agentes socioeducativos nas Unidades, ou seja, profissionais que, resguardadas as especificidades do cargo, realizam algum tipo de atendimento às famílias dos adolescentes. Compuseram o grupo focal sete especialistas socioeducativos (quatro psicólogas, dois assistentes sociais, uma pedagoga) e dois agentes socioeducativos.

Instrumentos

Foram utilizados nesta etapa os seguintes instrumentos: diário de campo, análise documental e grupo focal. O diário de campo foi utilizado tanto para registrar as observações iniciais feitas durante a visitação a três Unidades de Internação no DF, quanto durante a realização do grupo focal, para fim de registro de informações consideradas relevantes. A

análise documental serviu como procedimento inicial de coleta de dados, complementar ao levantamento de necessidades previsto na pesquisa. Realizou-se também um encontro de grupo focal com profissionais atuantes em diferentes Unidades de Internação do DF.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

Com a anuência da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Anexo A) e após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer CAAE número 72118123.0.0000.5540 (Anexo B), foram agendadas visitas a três diferentes Unidades de Internação para uma melhor compreensão da diversidade que compõe o cenário socioeducativo no DF. Cada uma delas atende a um público específico, de modo que foram selecionadas: uma Unidade em que estão acautelados adolescentes menores de 18 anos de idade; uma Unidade para a qual são transferidos os jovens que completam a maioridade e/ou são sentenciados após os 18 anos; e a Unidade considerada “porta de saída do sistema”, na qual os adolescentes usufruem de saídas periódicas, sejam elas quinzenais ou semanais.

O propósito das visitas foi possibilitar uma aproximação da pesquisadora com o campo de pesquisa, além de propiciar uma sensibilização inicial dos servidores, apresentando a eles a pesquisa em andamento e convidando-os a participarem das próximas etapas. Durante as visitas, foi possível acessar um total de 14 prontuários virtuais de adolescentes, conversar com alguns servidores acerca do atendimento dedicado às famílias e discutir junto aos gestores a melhor forma de operacionalização das próximas etapas da pesquisa. Informações e impressões relevantes foram registradas em um diário de campo. Vale ressaltar que as visitas institucionais, assim como o acesso aos prontuários, estiveram a serviço da etapa de familiarização da pesquisadora com o campo, sem que tenham subsidiado diretamente a construção de temas para análise.

O convite formal para participação do grupo focal se deu por meio do encaminhamento de um *e-mail* à Escola Distrital de Socioeducação (EDS), a qual comunicou

aos servidores das Unidades de Internação via sistema informatizado do DF. O encontro, realizado em julho de 2024, ocorreu na EAPE, por ser localizada em uma região central de Brasília, facilitando o acesso dos participantes. Participaram voluntariamente da pesquisa nove servidores lotados em seis dentre as sete Unidades de Internação no DF, dentre especialistas e agentes socioeducativos. O roteiro de questões norteadoras do encontro compõe o Anexo C desta tese e incluiu tópicos sobre a participação das famílias no processo socioeducativo, formas de inserção e estratégias de atendimento familiar, demandas recorrentes, desafios enfrentados, potencialidades percebidas, impactos da pandemia, além de sugestões para propostas formativas voltadas aos profissionais que atuam com famílias em Unidades de Internação.

Para além da rapidez e do baixo custo na construção dos dados, a técnica do grupo focal, dado seu caráter interacionista, possibilita aos participantes a troca de experiências acerca de temas complexos. Em um espaço marcadamente intersubjetivo, é possível alcançar diferentes perspectivas sobre uma dada questão, além de processos de construção da realidade de pessoas que compartilham traços em comum (Gatti, 2005; Trad, 2009).

Considerando o uso de um gravador, além de disponibilizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo F), foi também disponibilizado aos participantes o Termo de Autorização para Utilização de Som e Voz para Fins de Pesquisa (Anexo H). Informações consideradas importantes foram registradas em diário de campo. Para análise dos dados obtidos, recorreu-se ao *software* Atlas.ti como ferramenta de suporte ao gerenciamento do processo de codificação (Walter & Bach, 2015) e foi empregada análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2020), que valoriza a capacidade interpretativa do pesquisador.

Resultados e discussão

A partir da análise do material obtido no encontro de grupo focal realizado com os

profissionais, foram construídos os seguintes temas: (a) “Facilitou e atrapalhou”:

Virtualização do atendimento às famílias em tempos de pandemia da Covid-19 e paradoxos do uso das tecnologias digitais; (b) “Eu acho que a gente também tem que fazer esse movimento”: Sensibilidade e autonomia do profissional, trabalho em equipe e preocupação com o pós-medida – a busca por caminhos possíveis; (c) Formação continuada pós-pandemia como possibilidade de “sair da caixinha” e demais expectativas dos operadores do sistema. A fim de preservar o anonimato dos participantes do grupo focal, estes serão apenas identificados como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9.

“Facilitou e atrapalhou”: Virtualização do atendimento às famílias em tempos de pandemia da Covid-19 e paradoxos do uso das tecnologias digitais

Ao tratar do atendimento às famílias, a fala dos profissionais reflete momentos distintos no tempo, nos quais diferentes práticas foram adotadas. Depreende-se do discurso dos participantes a prática do atendimento presencial no período que antecede a pandemia da Covid-19, ainda que de forma inconstante. Tal prática se dava com a ocorrência de grupos de famílias em algumas das Unidades de Internação, ora no intuito de prover um acolhimento inicial, com orientações normativas sobre o funcionamento da Unidade e o esclarecimento de dúvidas, ora com o propósito de prover um espaço de escuta, por meio de rodas de conversas, voltadas sobretudo às mães. Visitas domiciliares também eram realizadas. Com a pandemia, tais estratégias foram abandonadas em boa parte das Unidades, havendo a intenção de retomada.

(P6) [...] não existe uma constância do que é feito. [...] E antigamente a gente fazia reunião de pais [...]. Isso hoje não tá sendo feito. [...].

(P7) Já teve uma época [...] que a gente tinha grupo de família aos domingos e a gente tá com plano de retomar. [...] Na verdade, era um grupo de mães, porque, pelo menos na época que a gente fazia a maior parte das visitas eram mães, mais do que

de pais, né. [...] não tá acontecendo já desde a pandemia também, foi suspenso e não voltou até hoje.

Especificamente acerca das visitas domiciliares, diferentes entraves operacionais, que vão desde a falta de veículos descaracterizados à falta de motoristas disponíveis e/ou que se sintam seguros para conduzir a equipe de especialistas até o local de moradia dos jovens, também contribuíram para que esta prática deixasse de ser uma prioridade no atendimento às famílias, em várias Unidades. A distância geográfica é mencionada como um outro desafio.

(P9) Vai ser difícil tanto pra família chegar quanto pra equipe sair, porque se você vai fazer uma visita com uma distância dessa, [...] você tem que pegar todo aquele período, a exclusividade do carro. [...] visita domiciliar não é prioridade. Eu vejo em muitas Unidades onde eu trabalhei, a visita domiciliar não era prioridade.

Com a eclosão da pandemia da Covid-19 e as restrições impostas como medidas de proteção à saúde, novas formas de contato foram incorporadas às práticas de atendimento às famílias. Chamadas de vídeo foram introduzidas com o propósito de manter o contato tanto entre os adolescentes com seus familiares, quanto entre os familiares e as equipes de profissionais, em substituição ao atendimento presencial.

(P1) Eu entrei no socioeducativo em 2020 [...]. Em março, veio a pandemia. [...] É... e eu lembro que falava muito de reunião de pais. Depois que veio a pandemia, a gente teve a facilidade do WhatsApp, mas é como se a gente tivesse distanciado um pouco a gente da parte presencial. Porque aí já não acontecia mais tanto a visita, não acontecia mais reunião de família e assim... depois disso tudo – a gente tá em 2024 – agora que estão falando assim: “Vamos ver se a gente faz reunião de família?” Mas nunca aconteceu. [...] E a mesma coisa as visitas, elas eram mais frequentes. Então, quando eu entrei, nos dois meses que eu passei lá, eu fiz mais visitas do que no restante do tempo: Desde 2020 até agora. [...] E tem contato do

WhatsApp o tempo inteiro, que facilitou e atrapalhou.

Conforme apontam algumas pesquisas (Miranda & Lopes, 2021; Pimentel, 2020; Sena & Pessoa, 2024; Vinuto, 2020), durante a pandemia houve, de modo geral, suspensão tanto de atividades coletivas quanto de visitas dos familiares aos adolescentes, de modo a evitar aglomerações nas Unidades e assim conter a propagação do vírus. Tal suspensão atendeu às diretrizes contidas tanto na Recomendação nº. 62 (Brasil, 2020a), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quanto na Recomendação nº. 1 (Brasil, 2020b), uma recomendação conjunta do CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ambas publicadas em 2020. Neste último documento, houve a recomendação expressa quanto à disponibilização do contato remoto entre adolescentes em restrição ou privação de liberdade e seus familiares, incluindo chamadas telefônicas, videochamadas e até mesmo aplicativos ou redes sociais.

Cabe observar, no entanto, que o período pandêmico foi um período atípico, no qual, de fato, fazia sentido a suspensão de atividades presenciais com as famílias, algo não mais condizente com a realidade atual. De acordo com os profissionais, as facilidades advindas do contato virtual, mediado pelas videochamadas de *WhatsApp*, têm impactado até mesmo a constância das famílias nas visitas feitas aos adolescentes nos finais de semana.

(P2) [...] hoje em dia a quantidade de visita caiu. [...] eu não lembro de uma realidade em que as mães não tivessem [sic] lá todos os finais de semana. E hoje talvez porque a mãe sabe – “não, se eu não for visitar no domingo, terça vão fazer uma chamada de vídeo...”.

(P9) Antigamente, era forma até de greve, né? Você falar assim: “Não vai ter visita. Vamos suspender as visitas”. [...] E hoje, não, assim, com essas outras facilidades... “Não tive a visita: Vão me ligar ou vão fazer uma chamada de vídeo. Ah, se antes eu ia quinzenalmente, eu posso ir uma vez ao mês. Só no dia que ele tiver [sic]

precisando de alguma coisa [...]”.

Diante dos relatos dos participantes, é possível inferir que, no tocante aos meios de comunicação, a incorporação das tecnologias digitais tenha impactado a rotina das Unidades de Internação do DF, estendendo-se para além do período pandêmico, alcançando os dias atuais. Não apenas o contato entre as equipes de profissionais e os familiares dos adolescentes parece ter sofrido mudanças, como também se nota uma queda na frequência de visitas domiciliares e no número de visitantes à Unidade aos finais de semana.

É importante ressaltar que as Unidades de Internação costumam se situar em lugares distantes do local de moradia das famílias dos adolescentes, o que, acrescido da falta de recursos para custear o transporte e até mesmo da falta de transporte coletivo, dificulta o acesso às Unidades em dias de visita. Dada a localização afastada dos centros urbanos, é ainda possível inferir que tais espaços, de modo semelhante aos guetos, sigam a lógica seletiva do confinamento e da segregação social (Bonalume et al., 2020), retirando das vistas da sociedade a juventude pobre que transgride a norma. Ademais, segundo Coscioni et al. (2020), a existência de horários rígidos para visita, muitas vezes inconciliáveis com o horário de trabalho dos familiares, também dificulta o acesso das famílias. Seria interessante investigar se as facilidades advindas do contato virtual, somadas às usuais dificuldades de acesso presencial, teriam contribuído para a queda observada no número de visitantes aos finais de semana. De toda forma, enfatiza-se o contato telefônico como algo importante e que tem suas vantagens:

(P2) Na minha Unidade, muitas pessoas descem muito distante da Unidade pra chegar lá andando, mas uma distância muito grande!

(P7) [...] a gente utiliza também muito o celular, WhatsApp, chamada de vídeo. [...] o WhatsApp salva a gente. Se a gente não tivesse esse recurso, talvez a gente não conseguiria [sic] esse contato tão frequente.

(P7) Uma questão que eu lembrei é o contato com as famílias que estão presas. [...] a gente viabiliza também algumas ligações de vídeo entre o adolescente e o pai ou a mãe que estão no presídio. [...] também é outro ponto positivo aí do WhatsApp [...].

Vale ressaltar que, na intenção de mediar conflitos e de contornar questões disciplinares, evitando, inclusive, que punições mais severas recaiam sobre o adolescente, pode o profissional incorrer, sem que o perceba, em práticas que coloquem a intervenção junto às famílias a serviço do controle do comportamento dos jovens dentro da Unidade. É possível inferir tal problemática a partir do trecho a seguir:

(P8) Quando está tendo uma ocorrência, às vezes eu pego um telefone e converso com a mãe: “Não, vamos conversar com, aqui, o fulaninho de tal, pra eu ver se ele dá uma acalmada no comportamento dele. Ele está se envolvendo numa ocorrência por causa de besteira”. [...] aí você tenta fazer a intervenção com a família pra família te ajudar a cobrar aquele adolescente do comportamento dele.

Compreende-se a necessidade de construção de uma relação de parceria com as famílias, as quais são corresponsáveis no processo socioeducativo. Compreende-se igualmente a importância do diálogo junto a elas. Há que se cuidar, no entanto, para que o contato com as famílias não se curve ao caráter disciplinador da medida socioeducativa.

Diferentemente de alguns outros estados brasileiros em que não foi possível durante a pandemia manter o contato dos adolescentes com suas famílias – seja porque as Unidades socioeducativas não possuíam dispositivos digitais, seja porque não dispunham de internet com velocidade suficiente (Venturini et al., 2021), o DF, assim como 56% dos estados brasileiros, foi capaz de utilizar tal recurso, algo que perdura até hoje. A prática corrente do uso do celular, no entanto, seja por meio de chamadas telefônicas, mensagens escritas, mensagens de áudio ou videochamadas, tem suscitado questões sensíveis no discurso dos próprios profissionais. Tais questões problematizam a ideia de que, até que ponto, o contato

virtual poderia ou não ser considerado uma forma de atendimento às famílias, assim como provocam reflexões sobre a necessidade de atenção a outras demandas das famílias, para além da transmissão de informes e de orientações sobre entrada de mantimentos.

(P6) E ainda tem o risco muito grande que eu vejo nessa questão do WhatsApp, é porque agora a gente nem liga mais. Tem servidor que nem liga, manda a mensagem... “Ah, como é que você tá? Responde esse questionário”. Aí a família só responde. [...] já tá considerado um atendimento familiar, o que na verdade não é, né? Você fez uma troca de mensagem. [...] que eu acho que também nessa armadilha que a gente cai, [...] que às vezes a gente espera só essa demanda imediata do adolescente, da comida, da bebida, do mantimento, mas questões outras que envolvem a rotina familiar, o contexto familiar, as situações de violência, a responsabilização também da família nesse processo, né, isso a gente não tem feito. Assim, muito raro, muito raro. [...]a parte da reflexão, de... ah, isso vai depender muito do profissional, da equipe, quem tem a disposição, quem não tem. [...] acho que isso a gente tem perdido mesmo ao longo dos anos.

De acordo com os participantes, faltam instruções detalhadas acerca de práticas de atendimento às famílias, de modo a orientá-los melhor sobre como proceder, assim como faltam discussões sobre o tema:

(P3) [...] nós não temos um currículo [sic] do atendimento socioeducativo direcionado à família, ao atendimento familiar, uma diretriz [...].

(P3) [...] o fazer, ele é muito mais individual do que institucional. [...] pouco se acontece [sic] dentro da nossa logística, assim, interna, discussões [sic] pra crescimento disso, pra avanços [...]. [...] a gente precisa avançar muito para poder chegar num processo socioeducativo que a família faz [sic] parte da comunidade socioeducativa [...].

Para Zamora e Pereira (2019), propostas metodológicas de atenção às famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa são ainda incipientes, muitas vezes restritas a contatos superficiais e assistemáticos. De acordo com as autoras, há iniciativas descontínuas e sem planejamento, contando com a boa vontade e o compromisso de alguns socioeducadores.

A despeito da publicação recente do Manual de Atendimento Socioeducativo (Distrito Federal, 2023), tal documento não traz muitos detalhes e instruções acerca do atendimento a ser ofertado às famílias, o que, de certa forma, vai de encontro do desejo manifestado pelos participantes de receberem mais orientações sobre esta prática. Há, no entanto, que se ressaltar que, dada a complexidade do trabalho com as famílias, inexitem fórmulas prontas. De acordo com Lima et al. (2019), a prática socioeducativa envolve inúmeros desafios, não há prescrições únicas válidas para todos os casos, igualmente aplicáveis a todos os contextos. É preciso considerar as especificidades de cada caso e de cada família.

“Eu acho que a gente também tem que fazer esse movimento”: Sensibilidade e autonomia do profissional, trabalho em equipe e preocupação com o pós-medida – a busca por caminhos possíveis

A fala dos profissionais reflete, para além dos desafios enfrentados no cotidiano do fazer socioeducativo, a importância da sensibilidade às vulnerabilidades e às especificidades de cada família. No exercício autônomo do que lhes compete enquanto profissionais atuantes em Unidades de Internação, seus discursos tornam evidente a necessidade de um movimento intencional e ativo na busca por caminhos alternativos, que os aproximem das famílias e das demandas que elas trazem. Esse movimento intencional, no entanto, costuma variar conforme a disponibilidade do profissional e da equipe com a qual ele atua:

(P9) Mas [...] eu acho que entra a importância da pessoa que tá acompanhando [...] verificar e pensar: “Tudo bem, se essa família não consegue, eu consigo? Cadê os

aparatos aqui, dessa estrutura que eu tenho pra eu, né, sair, e me deslocar e ir até essa família?” [...] eu acho que a gente também tem que fazer esse movimento [...].

(P5) [...] às vezes a gente faz atendimento no domingo, se essa família é uma família que a gente não tá conseguindo fazer a visita, ou porque ela nunca pode, ou se ela também nunca pode na semana e em nenhum evento.

As demandas das famílias costumam variar desde a necessidade de receber orientações básicas sobre o funcionamento da medida socioeducativa, à necessidade de obter informações sobre as condições do adolescente na Unidade, sobre os mantimentos que poderão levar no próximo dia de visita, fornecimento de declaração escolar, passando por necessidades mais complexas, como questões de saúde mental, violência intrafamiliar, falta de recursos materiais, que podem requerer encaminhamentos para a rede socioassistencial. Aos profissionais muitas vezes compete a sensibilidade para intervir com o propósito de mediar conflitos, de fortalecer vínculos, de oferecer uma escuta empática e de compreender aquela família em sua integralidade, mesmo em situações nas quais a própria família ainda não seja capaz de verbalizar algumas de suas demandas.

(P5) Às vezes a mãe passou algum tipo de violência doméstica e nunca foi feito nada sobre aquilo. Então a gente tenta conversar com a mãe, ver como ela tá em relação àquilo. Se ela se mostrar aberta, a gente faz esse encaminhamento.

(P5) A gente percebe se aquilo é importante pra ela, se eram vínculos que faziam bem e a gente tenta resgatar esses vínculos. Como na internação é mais tempo, então dá tempo de você conversar com a adolescente e conversar com a família [...]. [...] as famílias não costumam trazer isso como uma demanda, mas a gente percebe que há uma necessidade indireta que tá ali por trás e que faz diferença.

(P6) [...] eu vejo que quando eu vou visitar uma família, eu olho não só o menino, mas eu olho o irmão, o avô, né. Então você acaba conseguindo alcançar ali a família

toda, né. Então eu vejo que é um potencial nesse atendimento.

Diversos estudos apontam para o que representa ao mesmo tempo uma necessidade das famílias e uma potencialidade do trabalho a elas dedicado: a escuta ofertada pelos profissionais (Brondani, 2019; Miranda & Paiva, 2021; Sousa et al., 2018). Ademais o apoio ofertado às famílias pode repercutir no processo de mudança dos adolescentes. Ao fomentar reflexões sobre o futuro, o profissional pode contribuir para processos de ressignificação das experiências relacionais (Brondani & Arpini, 2021).

Mais uma vez, a sensibilidade dos profissionais se expressa no reconhecimento da complexidade que compõe o contexto de vida e as dinâmicas de relacionamento dessas famílias. Tal complexidade convoca os profissionais à manutenção do respeito pela diversidade, à adoção de uma postura de não julgamento, à ruptura de concepções idealizadas de família, ao ajuste de expectativas, ao manejo da própria frustração, ao reconhecimento das próprias limitações e à humildade na assunção da condição de não saber diante de um desconhecido que muitas vezes extrapola o saber meramente técnico.

(P8) [...] às vezes o que a gente espera da família não é o que a família vai conseguir oferecer para o adolescente. [...] às vezes exigir isso é até, de certa forma, [...] cruel da nossa parte, enquanto representantes do Estado, naquela situação familiar, né.

(P7) A gente tem muito estereótipo em relação a essas famílias e elas [...] são múltiplas, elas não têm perfil único. [...] eu trabalho muito nesse sentido de comparar a família com ela mesma antes, porque [...] quando você [...] espera e cobra da família que ela tenha uma postura pra ela alcançar o que você espera dela, [...] você vai ficar frustrado [...], [...] e você talvez não vai conseguir se vincular tão bem, porque [...] já vai criar ali uma barreira, achando que ela não está atendendo às suas expectativas e... às vezes ela evolui dentro das possibilidades dela [...].

(P3) Assim, para mim é uma das coisas mais difíceis você saber que a família toda

tem envolvimento [...]. Eu não sei o que fazer. Mesmo. Pra mim é o maior desafio. (P2) E quando tem medida protetiva contra os familiares próximos? [...] antes da menina parar no abrigo, ela fez um tour pela família e a justiça foi tirando ela da casa de cada um, porque na casa de cada um ela sofreu alguma violência diferente [...]. Chega [sic] igual ele falou, de você ficar, até se calar, na situação fala assim: “Calma, não tenho uma resposta pra isso”.

A partir das falas dos profissionais, evidencia-se a complexidade dessas famílias, as quais não configuram apenas fator de proteção. De acordo com Zamora e Pereira (2019), há casos em que as famílias além de representarem fatores de risco, podem também atuar como violadoras de direitos dos adolescentes. Ainda assim, as pesquisas ressaltam, de um modo geral, a necessidade da participação das famílias no processo socioeducativo e a importância do reconhecimento de suas potencialidades (Silveira et al., 2015; Zamora & Pereira, 2019).

No cotidiano das Unidades de Internação, com as mudanças ocorridas nas práticas de atendimento às famílias do contexto pós-pandêmico – introdução de videochamadas e trocas de mensagens via *WhatsApp*, redução no número de visitas – dos familiares aos adolescentes, dos profissionais aos familiares –, suspensão de grupos de família e demais atividades coletivas –, eventos como formatura escolar, cerimônias de certificação de cursos profissionalizantes, reuniões de conselho de mérito, comemorações de aniversário e demais festividades despontam como um momento oportuno e privilegiado de contato presencial. Depreende-se dos discursos dos profissionais que é possível intervir nesses momentos de descontração e que tais momentos são valiosos não apenas para a integração da comunidade socioeducativa, como também para a participação das famílias nesse processo.

(P8) [...] que eu acho que são momentos importantes. Não é um atendimento familiar, mas são momentos em contextos de integração com a comunidade socioeducativa, os momentos de festa dentro da Unidade. Tem festa de família, tem festa junina, né, tem,

enfim, diversas comemorações. Tem festa de aniversário. Então são momentos importantes de integração, que às vezes a gente tá ali [...] pra um momento de descontração, mas tá participando da vida do adolescente, tá conversando, ali, às vezes naquele momento [...] que surge alguma coisa, [...] a família quer te contar alguma coisa, né, e lembra ali naquele momento.

(P6) [...] a gente tenta trabalhar junto com a escola. [...] Aí teve a festa junina, o encerramento do semestre e aí tem um momento também de devolução com os professores e a família, pra entregar boletim, pra dizer como é que tá [sic] as notas, como é que tá a frequência, e aí também fazer a orientação com relação ao pós-medida [...]. Então a gente aproveita também esses momentos pra fazer algumas intervenções nesse sentido.

(P5) Em uma festa, já apresenta o boletim, já faz o conselho de mérito, já faz tudo porque a família tá perto...

Almeida et al. (2021), ao abordarem as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto socioeducativo, ressaltam o papel da arte, da cultura e do esporte enquanto recursos interventivos capazes de promover interação, criatividade, expressão emocional e protagonismo no trabalho com adolescentes, famílias e comunidade. No entanto, embora os eventos festivos promovidos nas Unidades, do ponto de vista pedagógico, se constituam momento oportuno de contato presencial para integração com as famílias, sinalizam a carência de outros tipos de atividades com igual potencial, e que parecem ser pouco exploradas.

Ao observar a riqueza das trocas de experiências entre os participantes, ao compartilharem os desafios enfrentados no cotidiano das Unidades, as estratégias de superação por eles desenvolvidas e os anseios quanto a práticas ainda não implementadas, ainda que em um momento restrito de realização do grupo focal para esta etapa da pesquisa,

infere-se o potencial representado por uma proposta de formação que oportunize ainda mais momentos de diálogo e discussão como esse. A integração entre os servidores, tanto dentro das Unidades, por meio de equipes multiprofissionais, quanto fora das Unidades, por meio da articulação em rede, sinaliza o potencial do trabalho em conjunto, unindo esforços em prol do fazer socioeducativo alinhados às necessidades das famílias atendidas, ainda que não seja uma constante em todas as Unidades.

(P3) Vai uma equipe boa fazer a visita. [...] A gente participa todo mundo do acompanhamento de todo mundo e em momentos pontuais [...] a gente utilizou de [sic] espaços públicos pra fazer a visita. [...] às vezes a gente consegue até o apoio do carro do conselho tutelar pra buscar a família [...]. Vai pra aquele [sic] ponto que é mais seguro [...]. Inclusive aí a gente alia ao [...] trabalho já com aquela rede [...]. O que a gente tem desenvolvido muito [...] é essa ligação com a gerência de segurança [...] bem fluida. [...] Quem vai trabalhar lá, até estranha essa relação que a gente tem [...].

(P2) [...] o trabalho do pessoal de [menção a uma das Unidades de Internação], isso tem [ênfase da participante] que ser levado para a discussão, para desenvolvimento do sistema todo, sobre essa sacada que eles tiveram de como efetuar as visitas familiares, gente! [...] e é realmente, assim, uma sacada sensacional!

(P6) [...] eu vejo o apoio em rede, assim, um potencial enorme no nosso trabalho com as famílias, né. [...] Outra coisa também [...] é a questão da interdisciplinaridade. Eu acho que é muito rico você fazer um atendimento com a família que tem, ali, a psicóloga, o assistente social, o pedagogo, a escola junto, o agente de segurança. [...] e você vê o menino de forma integral, né. Acho que são os dois grandes potenciais que nós temos no atendimento à família. E que a gente não aproveita.

(P6) [...] eu sempre tive uma vontade enorme [...] de fazer grupos com as famílias no

seu local de moradia. Aí fazer a articulação com o [Centro de Referência de Assistência Social] CRAS, [...] vamos pegar todas as famílias, ali, que moram na mesma região [...]. [...] aproveitar esses espaços, é... e de sair da internação. Porque às vezes a gente fica tão... [...] você institucionaliza a família, você aprisiona a família. [...] Mas isso também exige toda uma disposição do profissional, de sair da internação, sair do comodismo.

(P6) [...] a gente precisaria também ficar junto com essas famílias para escutá-las, para entender as demandas delas, além do atendimento do telefone, sabe, ou da visita domiciliar. E quando você utiliza esses espaços, que são da assistência, você também tira aquela figura do juiz que você representa para aquela família [...].

Sabidamente o adolescente retornará ao convívio familiar e social em algum momento, ao término da medida de internação. Tal fato muitas vezes é fonte de apreensão e de preocupação das famílias (Brondani & Arpini, 2021), além de aumentar a responsabilidade dos profissionais no que concerne ao preparo de todos os envolvidos para esse retorno. Conforme os participantes destacam, não há, no entanto, um programa sistematizado de acompanhamento aos egressos no âmbito da medida socioeducativa de internação no DF, situação que talvez possa ser explicada pela precariedade das políticas públicas, levando a iniciativas pontuais de alguns profissionais, a fim de contribuir para a vivência extramuros do adolescente (Rodrigues, 2019).

(P4) [...] para além do adolescente atendido, a gente tem esse cuidado também de olhar pras questões que estão envolvendo a família, porque a gente sabe que uma hora dessa que o menino sair e a família não estiver estruturada, muito provavelmente vai continuar no crime pra poder suprir aquela necessidade.

(P5) [...] a gente às vezes tem essa preocupação de olhar também pra quando a jovem vai voltar pra casa. [...] E em muitos casos às vezes a gente consegue um bom

êxito, da família voltar a conviver com aquela adolescente, chegar a visitar. E isso é importante porque quando ela sair de lá, os laços vão estar mais fortalecidos.

(P6) Então existe toda uma discussão ali, com a família, de preparação pra volta desse jovem. Como é que vai ser? [...] Como é que tá sendo a recepção desse menino no final de semana? Como é que tá a organização da casa, até, porque muitas vezes o quarto do adolescente já foi ocupado, né? Então, existe ali uma construção de planos de futuro ou de pós-medida pra esse adolescente.

(P5) [...] quando esse jovem volta para casa, ele está voltando para o mesmo contexto, então eu acho que um desafio [...] é o trabalho com egressos, que é [...] muito frágil ainda. A gente tenta [...] continuar acompanhando [...] pelo menos por alguns meses, mas por nossa própria conta. [...] continuar ajudando a família, porque esse retorno [ênfase da participante] é um momento, assim, crucial [ênfase da participante] [...] Se rompe ali, [...]então é ele por ele mesmo.

(P5) Apesar de eu passar algumas orientações, de modo geral as famílias se sentem tensas e perdidas. [...] “Eu não sei como vai ser, eu estou com muito medo. [...] quando ele chegar aqui em casa, mesmo, que acabar aí, como vai ser?” Então a gente não tem esse programa, hoje, de acompanhar o egresso [...].

Observa-se na fala dos profissionais o reconhecimento da importância de um trabalho voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do adolescente, o que pode representar um fator protetivo quanto à reincidência, reduzindo as chances de novo envolvimento infracional, ao término do cumprimento da medida de internação. Tanto a legislação vigente quanto as produções acadêmicas reforçam a necessidade de investimento no fortalecimento desses vínculos (Brasil, 1990; Brondani & Arpini, 2023). Há que se considerar, no entanto, que as expectativas depositadas sobre as famílias esbarram, muitas das vezes, nas dificuldades que elas enfrentam cotidianamente e na desassistência por parte

do Estado. A angústia das famílias, sobretudo das mães, diante da iminência do retorno do adolescente ao convívio social, é muitas vezes amplificada pela influência de questões sociais mais abrangentes (Brondani & Arpini, 2021), e pela própria ausência do Estado na oferta de políticas públicas (Silva & Andrade, 2019). Corrobora essa análise o relato anterior dos participantes da pesquisa acerca da inexistência de um programa sistematizado para acompanhamento de egressos no DF.

Formação continuada pós-pandemia como possibilidade de “sair da caixinha” e demais expectativas dos operadores do sistema

Indagados sobre suas expectativas em relação a uma proposta de formação, cuja temática é o atendimento às famílias, os participantes do grupo focal disseram que seria interessante ouvir o que as famílias e até mesmo o que os adolescentes têm a dizer sobre o trabalho que eles executam, além de discutir o que se espera de um trabalho como esse. De acordo com os profissionais, seria importante que contemplasse discussões teórico-práticas, que incluísse estudos de caso e que possibilitasse a construção conjunta de soluções, de caminhos alternativos como forma de resolução às questões enfrentadas no cotidiano de trabalho. Em seus discursos, manifestaram preferência por uma formação na qual possam participar ativamente e criar algo, o que vai ao encontro da proposta inicialmente almejada para esta pesquisa, ao intencionar a prática da intervenção, respaldada numa perspectiva colaborativo-dialógica (Anderson, 2017; Finkler et al., 2021). Uma das participantes disse que, sob tais circunstâncias, o servidor se sente como um pesquisador em campo.

(P7) Eu acho que ouvir o público, né. [...] eu acho que é a melhor alternativa pra gente poder pensar e refletir. Eu acho que a gente tem que trabalhar também com o servidor das expectativas em relação a essa questão de trabalho com as famílias.

(P3) [...] um dia de capacitação com relação [sic] olhar das famílias, seria enriquecedor. Assim como também, talvez, dos adolescentes, a visão deles [...].

(P6) Feedback delas com relação aos nossos atendimentos.

(P3) [...] eu acho que tem que ter estudos de caso constantes [sic] [...]. Eu acho muito rica essa intersetorialidade [...]. E até com outras Unidades, isso colabora demais. [...] eu acredito que tem que ter uma flexibilidade teórico-prática [...].

(P5) Ferramentas mesmo e ferramentas [...] multidisciplinares [...]. Se a gente trouxesse também situações, questões-problema do nosso cotidiano para, ao final do curso, a gente encontrar saídas ou possibilidades, acho que seria legal. E eu gosto muito daqueles encontros que a gente cria ali [sic], sabe? Você vai embora e... você criou: Tem um produto ali, que foi feito, e você vai aplicar [...].

(P5) E aí quando tem um curso assim, [...] você se sente assim: “Ai, que legal!” Você se sente bastante como uma pesquisadora em campo.

No exercício de um olhar investigativo, os profissionais reconhecem na formação a possibilidade de expansão desse olhar – o que pode servir de incentivo à capacidade criativa do servidor, bem como a possibilidade de “sair da caixinha”, como foi dito por uma participante, ao reformular práticas já institucionalizadas e automaticamente incorporadas à rotina. Dada a heterogeneidade de profissionais que compõem as equipes de servidores responsáveis pelo acompanhamento das famílias, ainda que respeitadas as especificidades das atribuições de cada um, foi destacada a importância de uma formação que possibilite igualmente aos agentes socioeducativos um espaço protagônico, no qual eles se sintam contemplados e motivados a participar. Foi também mencionado o interesse por uma interlocução com profissionais atuantes em outros equipamentos públicos, com vistas a um trabalho articulado, até mesmo para que se possam alinhar as expectativas em relação ao que esses outros profissionais e serviços teriam a oferecer às famílias dos adolescentes.

(P2) [...] quando a gente pensa em questões que alcançam todo mundo, e eu acho que isso é importante para trazer para o curso também [...], mas de uma forma que os

demais cargos também se sintam acolhidos no curso [...]. Isso eu acho muito importante, até mesmo para a gente se manter motivada a estar participando, né.

Para além do olhar investigativo e da intencionalidade do profissional, foram mencionadas no grupo focal outras habilidades importantes de serem retomadas durante a formação, vez que se articulam à proposta desta pesquisa como um todo: escuta às famílias e ao que elas têm a dizer; cuidado com os julgamentos baseados em estereótipos e/ou visões idealizadas de famílias; atenção às demandas e construção de intervenções alinhadas tanto a essas demandas quanto às questões sociais que atravessam a realidade das famílias atendidas. Os profissionais acreditam que o curso possa oferecer o respaldo de que necessitam para a implementação de novas práticas de atendimento às famílias, servindo como contraponto argumentativo às possíveis dificuldades que a gestão, por vezes, costuma apresentar em situações nas quais são propostas inovações para a rotina de trabalho.

(P6) Mas eu sei que isso exige muito da instituição e também da nossa disposição de sair da caixinha [ênfase da participante] do nosso trabalho [...]. Aquele rame-rame [sic], para você tirar o profissional e a gente fazer diferente [...]. [...] acho que uma formação pode trazer essas ideias, essas luzes, [...] entendeu?

(P5) [...] abre portas para os especialistas poderem fazer uma intervenção diferente. [...] eu sei que às vezes a gestão, em si, tem receio de novas ideias que os especialistas trazem, né?

(P6) [...] porque quando a gente começa a estudar também, [...] as luzinhas vão aparecendo. A gente, quando tá ali na rotina, no dia a dia, você perde muita coisa.

Lima et al. (2019) ressaltam a importância do investimento nos operadores do sistema, tendo em vista a qualificação da prática. Há que se considerar, no entanto, que o fazer socioeducativo demanda saberes não apenas de ordem prática ou técnica. Requer a articulação de conhecimento teoricamente embasado, domínio do que preveem as normativas

que regem a execução da política e flexibilidade para contornar os desafios cotidianos.

Nesse sentido, ao avaliarem um Projeto de Pesquisa e Extensão realizado no Complexo de Favelas da Maré, Rapizo et al. (2022) ressaltaram a importância de se tolerar a incerteza, o imprevisto, acompanhando o fluxo do processo, sem tentar em demasia controlar seus rumos e seus resultados. As autoras defendem um trabalho não tecnicista, meramente pautado na réplica de modelos, mas um trabalho em que os profissionais estejam abertos às incertezas, às novidades, às surpresas, tolerando o caos, na busca constante da reflexão em ação.

Sobre a logística do curso, além de demonstrar preferência pela modalidade presencial, os participantes manifestaram interesse pela distribuição da carga horária em menos encontros, com uma carga horária maior em cada um deles – preferencialmente o dia todo. Os participantes argumentaram que em caso de o encontro durar apenas um período do dia, há a exigência de retorno ao local de trabalho para término do expediente, o que demanda tempo de deslocamento do servidor entre diferentes localidades do DF e pode afetar desde o interesse dos servidores em participar ou não da formação até o engajamento no curso em si.

(P2) Quanto menos dias você vai ter que dispor para fazer aquilo ali, para mim é melhor. Eu preferia tipo três dias, do que oito encontros... do que oito dias. Que é tudo por dia, tipo assim, o dia você separa [...].

(P3) [...] eu acho que presencial [sic] a qualidade é melhor. Perde muito online [...].

As contribuições trazidas pelos participantes durante a realização desse grupo focal fornecerão subsídios valiosos à elaboração da proposta de formação a ser implementada. Ainda que questões operacionais do curso requeiram um planejamento mais detalhado, as falas dos participantes trouxeram sugestões importantes sobre temáticas e recursos didáticos a serem empregados.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivos investigar as percepções dos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação no DF a respeito do atendimento dedicado às famílias, assim como as expectativas desses profissionais em relação a uma proposta formativa, cuja temática é o atendimento familiar. A partir das falas dos profissionais, infere-se que a introdução de recursos digitais para contato com as famílias durante o período pandêmico tenha possibilitado a ascensão de práticas de atendimento virtual em detrimento do presencial, algo que tem se estendido até os dias atuais e que os próprios participantes da pesquisa admitem como problemático. Diante desse cenário, atividades festivas, ainda que pontuais, têm despontado como momento privilegiado de contato presencial.

Depreende-se igualmente dos relatos dos profissionais que eles buscam dedicar às famílias uma escuta empática e um olhar sensível às suas vulnerabilidades, com respeito às suas especificidades, ao mesmo tempo em que a disposição para ir ao encontro dessas famílias pode variar de profissional para profissional e de equipe para equipe, sem que haja uma padronização de procedimentos. Os participantes reconhecem a complexidade que compõe a realidade das famílias atendidas e assumem que há situações muito desafiadoras, que muitas vezes extrapolam o saber meramente técnico.

A relevância deste estudo reside não apenas nas contribuições científicas que ele traz para a compreensão das práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação no DF, sobretudo no período pós-pandêmico, minimizando a lacuna existente na literatura sobre o tema. Para além das contribuições acadêmicas, há que se falar na relevância social desta pesquisa, que busca recolocar o atendimento às famílias em um lugar de importância e de visibilidade. Ademais os dados construídos nessa etapa da pesquisa irão compor um levantamento de necessidades que irá nortear a elaboração da proposta formativa voltada aos operadores do sistema, o que também dialoga com a

relevância social desse estudo. Em termos metodológicos, o grupo focal, além de haver se apresentado como instrumento útil à construção de dados para esta etapa da pesquisa, evidenciou a riqueza das trocas quando estas ocorrem em um espaço seguro, aberto à partilha sincera, na busca autêntica pela compreensão do cenário atual do atendimento familiar e dos caminhos possíveis – e passíveis – de construção.

Reconhece-se como limitação da pesquisa a não inclusão de gestores e de professores que trabalham em escolas dentro das Unidades, tendo em vista que o sucesso da implementação de mudanças nas práticas de atendimento relaciona-se à adesão dos gestores e que diversos eventos que ensejam a participação das famílias ocorram justamente nas escolas, em parceria com os profissionais da educação. Para estudos futuros, sugere-se a investigação das percepções desses outros atores que também compõem a comunidade socioeducativa. Espera-se que esta pesquisa fomente entre aqueles interessados pelo tema o debate pautado em uma análise crítica da realidade, tendo em vista a problematização das práticas e a construção de um atendimento familiar tão socialmente comprometido quanto qualificado.

Referências

- Almeida, S. P. D., Marinho, J. R., & Zappe, J. G. (2021). Atuação do psicólogo com adolescentes que cumprem medida socioeducativa: Uma revisão sistemática da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 51-72.
<https://doi.org/10.12957/epp.2021.59369>
- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: O coração e a alma da prática colaborativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 21-34). CRV.

- Bonalume, B. C., Jacinto, A., G., & Testa, M. L. (2020). Avanço penal e criminalidade: O percurso punitivo das juventudes pobres no Brasil e na Argentina. *O Social em Questão*, 23(46), 117-142.
- Brasil. (1990). *Lei n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (2020a). *Recomendação n.º. 62, de 17 de março de 2020*. CNJ.
- Brasil. (2020b). *Recomendação conjunta MMFDH n.º. 1, de 9 de setembro de 2020*.
MMFDH.
- Braun, V., & Clarke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling Psychotherapy Research*, 21(1), 37-47.
<https://doi.org/10.1002/capr.12360>
- Brondani, R. (2019). *Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria].
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2021). Medida socioeducativa de internação e expectativas de futuro de adolescentes e familiares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003223537>
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2023). Percepções sobre momentos de visitas para adolescentes privados de liberdade: Relações familiares e afetividade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(3), 815-834.
- Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2020). Relações interpessoais de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Psicologia Clínica e Cultura*, 36(e3645), 1-12. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3645>

- Distrito Federal. (2013). *Projeto político pedagógico das medidas socioeducativas do Distrito Federal – Internação*. SEJUS.
- Distrito Federal. (2015). *Portaria conjunta SEGAD/SECRIANÇA nº. 10, de 02 de julho de 2015*. SINJ-DF.
- Distrito Federal. (2016). *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo*. PDASE.
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/documents/20117/24917813/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>
- Distrito Federal. (2023). *Manual de atendimento socioeducativo: Unidades de atendimento inicial, internação provisória e internação do Distrito Federal*. SEJUS.
- Finkler, L., Cunda, M. F., Giongo, C. D., Rosa, H. de L. R. da, & Obst, J. (2021). Intervisão: Estratégia de formação profissional para o trabalho com famílias e comunidades. *Pensando Famílias*, 25(1), 112-126.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Liber Livro.
- Lima, A. L. D., Costa, R. S., Almeida, S. P. D., & Zappe, J. G. (2019). O conhecimento científico acerca do sistema socioeducativo brasileiro: Lacunas e transbordamentos a se pensar na proteção integral do adolescente. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 6(6), 209-223.
- Miranda, G., & Paiva, I. L. (2021). O que pode a medida socioeducativa de internação? *Revista Amazônida*, 6(1), 1-16. <https://doi.org/10.29280/rappge.v6i01.9846>
- Miranda, K. A. S. N., & Lopes, C. V. A. (2021). Diálogos sobre a socioeducação em tempos de pandemia. *Plurais Revista Multidisciplinar*, 6(1), 208-219.
<https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.10606>
- Pimentel, E. (2020). A pandemia da Covid-19 nos sistemas prisional e socioeducativo brasileiros: Entre narrativas, recomendações e realidades. *Boletim IBCCRIM*, 28(335), 4-6.

- Rapizo, L. R., Mascarenhas, J., & Alexandre, M. A. (2022). Encontros na Maré: Conexões que rompem barreiras e criam pontes. In M. A. Grandesso (Org.), *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas a serviço de ações generativas e humanizadoras* (pp. 439-456). CRV.
- Rodrigues, K. F. F. B. (2019). Socioeducação e famílias: Uma breve análise sobre as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista Socioeducação*, 2(2), 58-70.
- Sena, B. C. S., & Pessoa, A. S. G. (2024). Vínculos familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação durante a pandemia da Covid-19. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 24(e83799).
<https://doi.org/10.12957/epp.2024.83799>
- Silva, J. J. B., & Andrade, M. F. L. O. (2019). Percepção de trabalhadores sobre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revisbrato*, 3(3), 380-396. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto23997>
- Silveira, K. S. S., Machado, J. C., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2015). Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: Implicações para o processo socioeducativo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 17(2), 52-63. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p52-63>
- Sousa, G. S., Silva, R. N. F., Ferreira, N. G., & Ferreira, M. G. S. (2018). O adolescente e a institucionalização: Compreensão do fenômeno e significados atribuídos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1373-1380. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0242>
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: Conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>

- Venturini, A. C., Sanches, J., Paz, H., Jardim, C., Nicolau, H., Costa, G. S., & Silva, M. A. (2021). Disparidades no sistema socioeducativo em tempos de Covid-19. *AFRO-CEBRAP*, 1-51.
- Vinuto, J. (2020). Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1-13.
- Walter, S. A., & Bach, T. M. (2015). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 275-308.
- Zamora, M. H., & Pereira, I. (2019). Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. In E. F. Julião & S. S. Vergílio (Orgs.), *Juventude, políticas públicas e medidas socioeducativas* (pp. 148-162). Novo Degase.

Manuscrito 3 – Medida socioeducativa de internação no Distrito Federal: O que nos dizem as famílias

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi investigar as percepções das famílias acerca das práticas de atendimento familiar no contexto da medida de internação no Distrito Federal (DF). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis familiares de adolescentes lotados em três diferentes Unidades. De acordo com as entrevistas, o contato telefônico da equipe técnica com os familiares tem preponderado sobre o contato presencial e os momentos festivos, ainda que pontuais, têm se destacado como momentos privilegiados para a integração da comunidade socioeducativa. Apesar da rigidez institucional, sob o imperativo da necessidade de conexão humana, os familiares revelam maneiras criativas de interagir entre si. Recomenda-se a realização de grupos focais com as famílias em estudos futuros. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de atendimento familiar, assim como para a qualificação das intervenções em socioeducação.

Palavras-chave: medida socioeducativa de internação, famílias, atendimento familiar.

Abstract: The objective of this research was to investigate families' perceptions of family service practices in the context of the Federal District's (DF) detention program. Semi-structured interviews were conducted with six family members of adolescents housed in three different units. According to the interviews, telephone contact between the technical team and family members has prevailed over in-person contact, and festive occasions, even if occasional, stand out as privileged opportunities for integration within the socio-educational community. Despite institutional challenges, driven by the need for human connection, family members reveal creative ways of interacting with one another. Focus groups with families are recommended in future studies. It is hoped that this research will contribute to the improvement of family service practices, as well as to the qualification of socio-educational interventions.

Keywords: socio-educational measure of confinement, families, family care.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, que no artigo 227 prevê a corresponsabilidade entre família, sociedade e Estado no que tange à garantia dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1988), a Resolução CONANDA n.º. 119, que define parâmetros e diretrizes para o atendimento socioeducativo (CONANDA, 2006), destaca a importância da participação familiar e comunitária na experiência socioeducativa. De acordo com a resolução, é preciso desenvolver ações e atividades programáticas que assegurem a participação ativa e qualitativa das famílias no processo socioeducativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos.

Em 2012 foi sancionada a Lei n.º.12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e que estabelece como objetivos das medidas socioeducativas: a desaprovação da conduta do adolescente; a responsabilização pelas consequências lesivas do ato praticado; além da integração social e a garantia dos seus direitos individuais e sociais (Brasil, 2012a). Um dos direitos assegurados ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, ainda que privado de liberdade, é o direito ao convívio familiar e um dos princípios da execução das medidas é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A lei também estabelece que no Plano Individual de atendimento (PIA), construído conjuntamente pela equipe técnica, pelo próprio adolescente e seus pais ou responsável, devem constar atividades de integração e apoio à família, bem como formas de participação da família para seu efetivo cumprimento.

Em 2020 foi publicado o relatório da Pesquisa de Avaliação do SINASE (UFRGS, 2020), trazendo resultados da análise de alguns indicadores da política de atendimento socioeducativo no Brasil. Dois indicadores avaliados foram “preservação de vínculos familiares e comunitários” e “características da preservação de vínculos familiares e comunitários” (UFRGS, 2020, p. 40). De acordo com o relatório, ainda que uma leitura ampla dos resultados revele pontuações nacionais positivas, há que se considerar a

heterogeneidade marcante da realidade brasileira. É possível que pontuações obtidas em determinadas regiões camuflem desigualdades relevantes se observadas de forma mais atenta.

O relatório ainda menciona que as baixas pontuações no item que trata do fornecimento de subsídios para o transporte das famílias podem sugerir precariedade no acesso das famílias às Unidades de Internação em dias de visita, impactando o direito dos adolescentes à preservação dos vínculos familiares. Ademais, ainda que se reconheça a importância da iniciativa representada por essa pesquisa, ao traçar indicadores para avaliar as práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação, o documento não oferece maiores detalhes sobre como esse atendimento é ofertado.

Em 2025 foi publicado o Levantamento Nacional do SINASE de 2024 (Brasil, 2025), de acordo com o qual, no mês de agosto de 2024, havia 12.506 adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil. Conforme aponta o referido levantamento, compilando as respostas dadas pelos estados brasileiros, a participação das famílias no processo socioeducativo se dá nas entrevistas realizadas pela equipe técnica, nas festividades, no recebimento de visitas domiciliares realizadas pela equipe, nas visitas que as próprias famílias realizam aos adolescentes nas Unidades, em projetos específicos a elas dedicados e em reuniões gerais, assim como na elaboração do PIA. Seria interessante que as produções acadêmicas se debruçassem sobre estas ações a fim de melhor compreender como elas se dão no cotidiano das Unidades e quais impactos elas exercem no cotidiano das famílias.

Não obstante o fato de a legislação brasileira prever a necessidade da participação das famílias no processo socioeducativo, sobretudo no que concerne à importância de um trabalho de fortalecimento de vínculos, há que se ressaltar que Estado e família travam, por vezes, uma relação conflituosa e contraditória, como bem ressalta Miotto (2004). A falaciosa promessa de estabelecimento de uma relação de parceria entre família e Estado no campo das políticas públicas termina por sobrecarregar as famílias, incumbidas por si só de proteger e

cuidar de seus membros, independentemente de suas condições materiais de vida. Em vez de uma política de atendimento universal às famílias, direcionam-se ações àquelas que, conforme as expectativas sociais, faliram em sua capacidade de proteção, recaindo sobre elas o estigma de disfuncionais, patológicas ou incapazes (Miotto, 2004).

Se, de uma perspectiva macrossocial, o que se nota é uma relação conflituosa e, por vezes contraditória, entre família e Estado, do ponto de vista da micropolítica dos processos de trabalho pode-se inferir – tomando por empréstimo conceitos originariamente empregados no campo da produção de saúde, dado o caráter interdisciplinar da temática família, – que o trabalho em socioeducação seja ainda centrado em tecnologias duras e leve-duras, em detrimento de tecnologias leves ou relacionais (Merhy & Franco, 2003). As tecnologias duras envolvem equipamentos, máquinas, instrumentos utilizados nos processos de trabalho relacionados às práticas de cuidado. As tecnologias leve-duras incluem conhecimentos técnicos, saberes profissionais organizados, protocolizados, normalizados. Já as tecnologias leves ou relacionais compreendem o processo de relações e aquilo que é produzido no encontro entre as pessoas, como momentos de falas, escutas, interpretações, momentos de cumplicidade, de confiabilidade. As tecnologias leves ou relacionais envolvem, portanto, acolhimento, vínculo, responsabilização mútua, protagonismo do usuário do serviço e promoção de autonomia (Merhy, 2004; Merhy & Franco, 2003). A partir dessa compreensão, é possível considerar que no contexto socioeducativo ainda há uma preocupação exacerbada com protocolos envolvendo a manutenção da segurança, da ordem e da disciplina, em detrimento de práticas relacionais capazes de romper com a lógica punitivista e de envolver intersubjetivamente os profissionais, os adolescentes e suas famílias.

Famílias e socioeducação

Anderson (2009) destaca que a concepção de família vem mudando drasticamente e que não possui um significado único. Tamanhos e formatos variam, extrapolam os vínculos

consanguíneos entre seus membros e é importante que o profissional reconheça a variedade de famílias com as quais irá trabalhar. Como bem afirmam Oliveira e Miotto (2019), ao grafar a palavra família no plural, reafirma-se a existência de uma diversidade de arranjos, contrapondo-se a uma imagem única e idealizada de família a referenciar pesquisas, intervenções e políticas.

Produções acadêmicas mais recentes sugerem especificidades em relação às famílias no contexto da socioeducação, as quais, dadas as dificuldades de acesso a bens e serviços, seguem invisibilizadas pelo Estado, antes, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente, ao mesmo tempo em que são culpabilizadas pela situação de seus filhos (Brondani & Arpini, 2019; Leal & Macedo, 2019; Silva & Andrade, 2019; Souza & Costa, 2013). A respeito desse processo de culpabilização, Paiva et al. (2024) recuperam o conceito de Sawaia (2001) de sofrimento ético-político e tecem críticas ao que denominam de penalização compartilhada entre os adolescentes e seus familiares. Ou seja, pela penalização compartilhada, as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sobretudo as mulheres, sofrem, muitas vezes, um processo de desumanização, marcado por estigmas e humilhações. Apesar de todas essas dificuldades, Sena e Pessoa (2024), em estudo que versou sobre vínculos familiares no contexto da internação no período pandêmico, apontaram que é possível que as famílias se mantenham, em meio a adversidades e condições de vida difíceis, como rede de apoio afetivo e social aos adolescentes.

Quanto às escassas práticas de atendimento às famílias, de acordo com a literatura destacam-se orientações de cunho eminentemente normativo e disciplinar (Leal & Macedo, 2019; Matos & Janczura, 2020), o que pode estar relacionado à falta de orientações específicas voltadas aos profissionais, acrescida do caráter ainda marcadamente sancionatório das medidas socioeducativas. Brondani e Arpini (2023), em publicação recente, destacaram o potencial de atuação dos profissionais junto às famílias e aos adolescentes, nos dias de

visitação, e mencionaram a importância da presença e do acompanhamento do profissional durante esses encontros, de forma mais sistemática, ampliando o olhar voltado a essas famílias, vislumbrando possibilidades de atuação e contribuindo para essas relações.

Em que pese o que estabelece a legislação acerca da corresponsabilidade entre família e Estado e o que foi apontado no último Levantamento Nacional do SINASE – 2024 (Brasil, 2025) sobre participação das famílias no processo socioeducativo, o que a revisão da literatura deflagra é, na verdade, uma lacuna entre os preceitos legais e as práticas de atendimento familiar no contexto socioeducativo. Soma-se a isso a escassez de estudos que abordem diretamente a questão do atendimento dedicado às famílias (Medeiros et al., 2024).

Apostando na importância da escuta dos usuários do serviço, respaldada nos preceitos da abordagem colaborativo-dialógica (Anderson, 2017) e, sob inspiração da expressão utilizada por Machado e Hahne (2020), esta pesquisa propôs uma escuta não normalizadora, capaz de criar fissuras na lógica das escassas práticas de atendimento às famílias. O presente estudo parte então da seguinte questão norteadora: Quais as percepções das famílias de adolescentes em cumprimento de medida de internação no DF acerca do atendimento que lhes é dedicado?

Justifica-se cientificamente o presente estudo pela necessidade de compreensão dos desafios e potencialidades do atendimento familiar, sob a ótica das famílias dos adolescentes que cumprem medida de internação no DF, profundas conhecedoras da própria realidade que são. Quanto à relevância social, espera-se problematizar a condição de invisibilidade e o processo de culpabilização dessas famílias, assim como contribuir para a qualificação do atendimento familiar, em defesa de ações que contemplem sua efetiva participação no âmbito da política socioeducativa.

O objetivo da pesquisa foi investigar as percepções das famílias acerca das práticas de atendimento familiar no contexto da medida de internação no DF. Para tal foram realizadas

entrevistas semiestruturadas. Detalhes do método e da análise dos dados serão abordados nas seções seguintes.

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo descritivo, com foco na produção de sentidos dos participantes sobre a temática em questão. Os achados desta etapa da pesquisa irão compor um levantamento de necessidades, o qual irá subsidiar a elaboração de uma proposta formativa voltada a profissionais que atuam na política socioeducativa do DF, a ser executada na quarta e última etapa de elaboração da tese.

Local

A pesquisa foi realizada em três Unidades de internação socioeducativas do DF, cada uma com perfil específico: uma destinada a adolescentes e jovens do sexo feminino; outra voltada para adolescentes menores de 18 anos; e uma terceira que acautela jovens maiores de 18 anos.

Participantes

Participaram da pesquisa seis familiares – sendo três mães, uma tia, uma avó e um pai – de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, lotados nas três diferentes Unidades do DF, mencionadas acima.

Instrumentos

Foi empregada a entrevista semiestruturada, instrumento considerado adequado à construção de dados baseados em motivações, desejos, desagradados, receios e pontos de vista dos participantes acerca do tema em questão (Leitão, 2021). As questões norteadoras do encontro se encontram no Anexo D.

Procedimentos de coleta e análise de dados

Inicialmente pretendia-se a realização de um grupo focal com familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em uma das Unidades de Internação do DF. A escolha dessa Unidade devia-se ao fato de ela receber jovens maiores de 18 anos, que em sua maioria teriam dado início ao cumprimento da medida socioeducativa em outras Unidades do DF, antes de completar a maioridade. Supunha-se que seus familiares teriam experienciado diferentes formas de atendimento em diferentes contextos, permitindo à pesquisa abarcar ao menos parte da diversidade do contexto socioeducativo de internação no DF.

Antecedendo à abordagem direta das famílias, foi feita uma visita à Unidade, no mesmo dia em que os familiares visitam os adolescentes, o que ocorre aos finais de semana. A intenção foi observar como ocorrem as visitas, iniciar uma aproximação com as famílias, conversar informalmente com algumas delas, apresentar a pesquisa e convidá-las a participar do grupo focal, a ocorrer em data futura. Além disso, pretendia-se o contato com a Gerência de Segurança, no sentido de obter indicações de familiares que usualmente comparecem às visitas para participarem da pesquisa.

Apesar de as equipes técnicas terem convidado previamente as famílias para participarem da pesquisa na data prevista, os familiares costumam chegar à Unidade em horários aleatórios conforme sua melhor conveniência, de modo que não foi possível reuni-los, inviabilizando a realização do grupo focal. Optou-se, portanto, pela realização de entrevistas semiestruturadas com familiares de adolescentes e jovens em diferentes Unidades de internação, com perfis distintos: uma que acolhe jovens com mais de 18 anos, outra voltada para adolescentes menores de 18, e uma terceira destinada ao público feminino. A pesquisadora compareceu às Unidades em dias de visita das famílias e, em cada uma delas, adotou um procedimento específico: em uma Unidade, a entrevistada já havia sido

previamente informada sobre a pesquisa e foi chamada por um agente até a sala de entrevista; em outra, foi possível abordar as participantes na recepção e convidá-las a participar; e, na terceira, o contato ocorreu durante o deslocamento dos familiares para os módulos.

Junto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo G) também foi disponibilizado aos participantes o Termo de Autorização para Utilização de Som e Voz para Fins de Pesquisa (Anexo H). O material gravado em áudio foi posteriormente degravado, para que se pudesse realizar a análise. Como ferramenta de suporte ao gerenciamento do processo de codificação, foi utilizado o *software* Atlas.ti (Walter & Bach, 2015).

O conjunto de dados obtidos nas entrevistas foi submetido à análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2020). Esta abordagem, amparada em um paradigma qualitativo de pesquisa, valoriza a capacidade interpretativa do pesquisador, que não é compreendido como um canal passivo e desinteressado para a mera descrição de dados. Na análise temática reflexiva, a sensibilidade, a criatividade e a subjetividade do pesquisador não são apenas reconhecidas e valorizadas, como são amplamente desejadas.

Ao trazer diretrizes para a realização da análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2020, 2021), as autoras mencionam as fases que compõem esse processo, mas destacam que se trata de uma orientação, não de uma prescrição. De forma simplificada, as fases são: familiarização com os dados; codificação inicial; geração de temas iniciais; desenvolvimento e revisão dos temas; refinamento e nomeação de temas; redação. Trata-se de um processo que requer repetidas leituras do conjunto de dados, imersão, reflexão. Nesse percurso, o pesquisador possui papel ativo na geração de temas, ou seja, na identificação de padrões de significado aos quais atribui um sentido e sobre os quais, de acordo com as autoras, ele conta uma história. Os sentidos e significados desses dados serão apresentados a seguir.

Cuidados éticos

Norteadas pelos princípios da Resolução nº. 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016) e pelos fundamentos éticos e científicos da Resolução nº. 466 de 12, de dezembro de 2012 (Brasil, 2012b), esta pesquisa foi aprovada tanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UnB, CAAE 72118123.0.0000.5540, quanto pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS). Assegurou-se a todos os participantes o devido sigilo, assim como o direito a interromper a participação a qualquer tempo.

Resultados e discussão

Na presente pesquisa, em consonância com a abordagem escolhida para a análise dos dados (Braun & Clarke, 2020), que visa a uma análise profundamente interpretativa, o processo de geração dos temas não se limitou ao significado semântico das vozes dos participantes. Buscou-se, sobretudo, o significado latente, subjacente nos trechos das falas cuidadosamente selecionados para fortalecer os argumentos da análise, valorizando-se, de um lado, a riqueza, a complexidade e a delicadeza do conteúdo das entrevistas, e, de outro, a sensibilidade, as lentes culturais, o posicionamento social e a habilidade interpretativa da pesquisadora.

Desta forma, a análise resultou nos seguintes temas: (a) Informação vai, informação vem: E a conexão, onde fica? Fragilidades do atendimento familiar em tempos de revolução digital e outros desafios; (b) Sobre a oferta de amparo a seus filhos e a soberania da necessidade de conexão humana; (c) Momentos (a)fe(s)tivos e seu potencial no estreitamento dos laços com as famílias ou: Quando a presença se faz presente e o valor de atitudes simples. De modo a assegurar o anonimato, os participantes das entrevistas foram identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Informação vai, informação vem: E a conexão, onde fica? Fragilidades do atendimento familiar em tempos de revolução digital e outros desafios

Indagados acerca da interação mantida com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos adolescentes, de modo geral os familiares sinalizam um contato focado no repasse de informações, seja dos profissionais para as famílias ou vice-versa. De acordo com as pessoas entrevistadas, são comuns ligações telefônicas para tratar de normas e procedimentos dentro da Unidade, para comunicar necessidades dos adolescentes em relação ao envio de mantimentos, para fornecer aos pais uma devolutiva sobre o comportamento de seus filhos ou para colher informações, sobretudo às vésperas do envio de relatório ao poder judiciário. De acordo com a análise das entrevistas, prevalece nas ligações o caráter utilitário, em detrimento do aprofundamento dos vínculos e da promoção de diálogos mais significativos.

(P2) Principalmente quando vai subir relatório, né. Elas chamam a família, que é pra pegar as informações.

(P5) É, ele liga. “Nossa, o filho está precisando de uma escova, de uma chinela. É... tá de parabéns, tá fazendo o curso, é... tá com nota 10 nas aulas”.

(P5) [...]É... O Seu [genitor faz menção ao nome do especialista], como técnico aqui, pela assistência que ele tem dado ao meu filho, nota 10. É... [...] se tiver alguma coisinha aí, ele já pega, liga, explica, manda mensagem, deixa tudo especificado [...].

As visitas domiciliares, estratégia ainda utilizada no período pré-pandêmico para que os profissionais pudessem conhecer melhor a realidade das famílias e o contexto social no qual elas se inserem (Matos & Janczura, 2020), parecem ter se tornado prática incomum, quase rara, na rotina de atendimento às famílias. A troca de mensagens de *WhatsApp* vem prevalecendo sobre outras formas de contato, sobretudo em relação ao contato presencial.

(P1) [...] quando eles querem falar alguma coisa, eles me chamam no WhatsApp.

(P4) Olha, nunca aconteceu, assim, deles irem na minha casa fazer visita ou auxiliar em alguma coisa. Nunca. Isso nunca aconteceu.

(P5) Uma vez. Eu não sei nem o nome do técnico. Foi lá, conversamos bastante. E eles foram embora e não voltou (sic) mais, não.

(P6) Não, na minha casa nunca, nem ninguém, nunca teve visita, nunca teve nada, sabe?

Infere-se que a introdução de recursos digitais para contato com as famílias durante a pandemia tenha afetado a dinâmica de atendimento não apenas no referido período, mas que venha se estendendo aos dias atuais. Faz-se necessário considerar o potencial das mensagens de *WhatsApp*, assim como das videochamadas, para agregar ao atendimento presencial, sem, no entanto, substituí-lo, sob pena de se esgarçarem os laços com as famílias.

Duas participantes relataram dificuldade para realizar contato telefônico com a equipe técnica. Algumas queixas semelhantes foram apontadas por Medeiros et al. (2024). Demandas que as famílias consideram urgentes têm de aguardar um tempo de resposta que elas nem sempre consideram satisfatório. Há casos em que não se obtém uma resposta ou uma devolutiva.

(P1) [...] eles falam que a gente tem que ligar e os telefones só ficam fora de área.

(P6) A coisa mais difícil deles é manter contato com a gente. A gente precisa de uma coisa urgente, fala com a tecna [sic]... numa semana, na outra, ela responde, quando [ênfase] responde.

Não houve menção à realização de atividades em grupo, pré-programadas e sistemáticas, envolvendo as famílias, como parte da rotina da Unidade, excetuando-se os eventos festivos, que serão abordados na seção seguinte. É imperativo refletir que a ausência dessas atividades vai de encontro às diretrizes pedagógicas, previstas na Resolução CONANDA n°. 119/2006 (CONANDA, 2006), e que devem nortear as ações

socioeducativas. Dentre essas diretrizes, destaca-se a participação ativa da família e da comunidade em ações e em atividades programáticas, adequadas à sua realidade, tendo em vista o fortalecimento dos vínculos e a formação cidadã do adolescente.

Além das fragilidades já destacadas, alguns participantes se queixaram da distância geográfica das Unidades de Internação em relação ao lugar onde moram e manifestaram insatisfação quanto ao tratamento ofertado por agentes socioeducativos aos adolescentes. Pelas falas dos participantes entrevistados, depreende-se que alguns procedimentos adotados enquanto práticas de segurança suscitam desconfiança e mal-estar.

(P5) Eu já entro aqui de cabeça baixa, que eu não olho nem pra ninguém. Não minto à senhora. Não dou bom-dia, não dou boa-tarde. Só lá na entrada, lá na hora de passar as coisas [sic]. Mas aqui eu não olho na cara de nenhum. Não é desmerecendo. É porque quando o pai e a mãe tá [sic] aqui, eles tratam você super bem. E quando um, um, um... um interno relata pra você o dia a dia daqui, não tem o porquê eu tá [sic] olhando pra cara deles.

Pedro e Neves (2015), em pesquisa que abordou estratégias de apoio e recursos afetivos mobilizados pelas famílias ao longo da internação, relataram o sentimento de desamparo dessas famílias, quando da institucionalização de seus filhos. As mães participantes da referida pesquisa não se referiam à instituição como um espaço de apoio e troca, nem demonstravam confiança no trabalho realizado no centro socioeducativo. Em outro estudo, Medeiros et al. (2024) também mencionam tensões e desconfiança na relação família-instituição, no cenário de um centro socioeducativo em Minas Gerais.

A rigidez das normas da Unidade em se tratando de mantimentos que são ou não são aceitos, da gramatura permitida, do dia da visita em que podem ou não ser levados, também gera certa confusão e descontentamento entre os familiares. Ainda sobre a rigidez das

normas, um dos participantes manifesta sua indignação quanto à reação dos agentes quando ele conversa e dá atenção a outros adolescentes, para além de seu filho, nos dias de visita:

(P5) Aí os agentes já não deixam. O outro ali já fecha a cara. O outro já quer botar o outro de castigo. Qualquer coisinha é castigo. Qualquer coisinha é, é, é... é na cela. E... e... os agentes, aqui, precisam ser mais... é... é... Ter mais humanidade. Por quê? Porque eles são os poderosos aqui dentro. [sic] Só que eles não são polícia. Isso aqui não é uma Papuda. Tá escrito na entrada, ali, oh: “Só-cio-e-du-ca-ti-vo”! [sic] Só que lá dentro não é isso que acontece.

A concepção desse pai acerca do caráter essencial da Unidade é confirmada pelo próprio ECA (Brasil, 1990), que nomeia a medida como medida de internação em estabelecimento educacional. Em consonância com o ECA, a Lei nº. 12.594/2012 (Brasil, 2012a) e o I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal (PDASE) (Distrito Federal, 2016) também reforçam seu caráter pedagógico. Ao mesmo tempo a fala desse pai escancara a contradição que marca a política socioeducativa, ou seja, o caráter dúbio entre proteção e punição (Bonatto & Fonseca, 2020). Como bem ressaltam Medeiros e Paiva (2021), a despeito da mudança paradigmática que embasa o tratamento do público infante-juvenil, ainda se perpetuam práticas típicas do sistema penitenciário, pautadas na lógica do castigo.

Um espaço conformado a estratégias de controle, cerceamento e rigidez pode dificultar práticas de acolhimento e relações mais dialógicas com as famílias (Medeiros et al., 2024). A fala desse pai, que externaliza o desejo de um tratamento mais humanizado, distanciado de uma postura policialesca ou punitivista, pode ser compreendida como uma demanda não apenas pertinente, mas perfeitamente legítima.

Sobre a oferta de amparo a seus filhos e a soberania da necessidade de conexão humana

De modo geral, os familiares relataram a angústia decorrente do recebimento da notícia da medida socioeducativa de internação aplicada ao adolescente, algo que, segundo eles, impacta toda a família, trazendo sofrimento e preocupação. Apesar do susto vivido no instante da notícia e dos impactos sofridos diante da nova realidade, os familiares entrevistados manifestaram a preocupação em se manterem presentes na Unidade, nos dias de visita, a fim de oferecerem ao adolescente o suporte e o amparo necessários. Ambiguidades semelhantes foram apontadas por Medeiros et al. (2024). É possível observar inúmeras expectativas em relação ao término do cumprimento da medida, quando então o adolescente retomará o convívio familiar, já em liberdade, além da ressignificação de vínculos e do estreitamento de laços:

(P2) [...]a gente sabe que a gente não quer um filho num lugar desse, mas a gente não pode abandonar, por mais que eles erraram, né. A gente tem que estar ali apoiando.

(P3) [...]a gente conversa muito com ela. Então, todo mundo já se organizou lá fora, né? Ela vai ter que estudar. A gente vai levar e buscar na escola [...]. [...] A gente já tá atrás de um curso pra ela fazer à tarde, ou Menor Aprendiz. Então, a gente já tá todo mundo se organizando pra ela vir. E, assim, a família toda já tá naquela expectativa, né, amiga?

(P4) [...] eu falei pra ele que se tiver escola, pra ele estudar. Eu falei se tiver curso aqui, pra ele fazer qualquer coisa que tiver aqui, pra ele sair daqui com um pensamento legal.

(P5) A gente... fica angustiada, porque... eu preciso muito dele, é um menino que cresceu dentro de uma oficina, junto com o irmão, que é mecânico. Sou mecânico. E... já deu o tempo dele [sic] sair disso aqui.

(P3) [...] ela chegou a ver que ninguém é amigo de ninguém, a não ser a família, né?

Então assim, serviu pra ela, mais pra ela.

(P5) Toda vez que eu chego aqui ele pede perdão. Já tá perdoado, por minha parte.

Brondani e Arpini (2023), em estudo que trata dos momentos de visitação das famílias aos adolescentes, destacam a potencialidade dos encontros enquanto recursos transformadores da experiência socioeducativa. As falas dos participantes das entrevistas corroboram esses achados. Por motivos diversos, no entanto, nem todas as famílias comparecem à Unidade nos dias de visita, aos finais de semana. Seja por questões relacionadas à própria dinâmica familiar, como vínculos já fragilizados, ou, conforme já foi mencionado anteriormente, em decorrência da distância geográfica e da falta de recursos para custear o transporte, nem todos os adolescentes recebem visitas. Um dos participantes entrevistados, sensível a essa questão, relatou que tenta dar atenção a outros jovens acautelados no mesmo módulo em que seu filho se encontra, a despeito da contrariedade que, segundo ele, alguns agentes manifestam. Os familiares dos adolescentes parecem encontrar formas de interagir entre si e com os jovens, contornando a rigidez das normas institucionais.

(P5) Cansei de conversar com os que não recebem visita... pra sentar com a gente e a gente conversa lá com eles.

(P5) Eles ficam torcendo pra que a gente chegue. [...] O pouquinho que a gente traz - que também acho muito pouco... Tá pesando biscoito, em trezentas [sic] gramas de biscoito, sendo que... trouxe pra todo mundo. [...] É o que eu digo. Tem muitos, aí, que não têm pai nem mãe. Ou tem pai e mãe separados e num.... num [sic] dá assistência ao filho. Isso aí eu chego e converso com eles tudinho. Dou um bom-dia, dou um [sic] boa-tarde. “Senta com a gente, vamos conversar. O que você precisa, o quê que é isso?” Um recado, alguma coisa.

Uma das mães entrevistadas relatou que é comum que elas troquem contato telefônico na recepção da Unidade, ocasião em que normalmente elas se encontram ociosas, no aguardo do procedimento de revista, seguida da autorização para ingressar na instituição. De acordo com essa participante, durante a semana, em dias que antecedem a visita, ela e algumas outras mães trocam mensagens de esperança e de encorajamento entre si, oferecem apoio e suporte umas às outras, motivam-se mutuamente para não desistir, denotando a busca por recursos de enfrentamento às situações de sofrimento vivenciadas.

Também é comum que essas mães ofereçam mantimento umas às outras em caso de alguma delas haver se esquecido ou até mesmo pela impossibilidade de levar algo para seus filhos nas visitas de final de semana. Ainda que não haja atividades sistematizadas e previamente planejadas envolvendo os adolescentes e seus familiares, especialmente em dias de visita, é possível observar o quanto a necessidade de conexão humana é soberana e as pessoas encontram, por iniciativa e agência própria, maneiras criativas de atender a essa necessidade.

***Momentos (a)fe(s)tivos e seu potencial no estreitamento dos laços com as famílias ou:
Quando a presença se faz presente e o valor de atitudes simples***

Os familiares entrevistados, à exceção da tia de uma adolescente que comentou sobre a participação da avó em uma oficina de sabonete promovida na Unidade, não fizeram menção a outro tipo de atividades coletivas e sistemáticas que não fossem as festividades. Foram mencionados vários eventos, especialmente relacionados a datas comemorativas, como Dia das Mulheres, Dia das Mães, Festa Junina, ceia de Natal e confraternização de final de ano. Também foram citadas festas de formatura na escola e encerramento de cursos profissionalizantes, assim como as festas de aniversário dos adolescentes, ocasião em que as famílias costumam levar bolo, salgados e refrigerantes para celebrar a data.

(P3) Eu nunca participei, mas minha irmã mesmo [sic] disse que no Natal, né? Teve uma ceia no dia da semana, aí veio ela, minha mãe. Aí tava o pessoal, o pessoal da segurança, da psico, é, da psicooooo, da psicopedagogia, ali, né? [sic] [...] aí todo mundo junto. Foi muito legal.

Em tempos em que o contato telefônico da equipe técnica com os familiares tem preponderado sobre o contato presencial, os momentos festivos, ainda que pontuais, parecem se destacar como momentos privilegiados para a integração da comunidade socioeducativa como um todo. Brondani e Arpini (2023) destacam a expectativa dos adolescentes quanto ao momento da visita, fazendo aflorar sentimentos e emoções muitas vezes encobertos no cotidiano da vida institucional. Um dos participantes da pesquisa descreve a satisfação do filho ao saber que haveria uma festa surpresa:

(P5) Entrou [sic] o pai, a mãe e o irmão mais velho. Trouxemos o bolo, o refrigerante e um pratinho de salgado, batemos os parabéns para ele e conversamos, brincamos um pouquinho e depois fomos embora. [...] Ele achou muito bom, não esperava, foi surpresa.

Compreende-se que propiciar às famílias momentos como esses é, de certa forma, operacionalizar o que a Resolução CONANDA nº. 119/2006 (CONANDA, 2006) prevê enquanto participação ativa na experiência socioeducativa, além de oportunizar aos adolescentes que partilhem suas conquistas com a família. Ademais, observa-se na fala desse pai o potencial dos encontros que não apenas celebram conquistas e fortalecem vínculos, mas que também trazem descontração, suavizam a rigidez e trazem leveza para vida intramuros da Unidade. Brondani e Arpini (2023) corroboram essa análise, ao refletirem sobre os momentos das visitas como espaços criativos, encontros movidos e sustentados por afetos, capazes de possibilitar a ressignificação das experiências relacionais.

Em uma outra fala desse mesmo genitor, ele destaca a alegria que sente diante do tratamento atencioso que lhes é dispensado pelos professores da escola da Unidade e outros profissionais. Infere-se o potencial de humanização das relações a partir de atitudes aparentemente simples como a aproximação, o cumprimento e o elogio:

(P5) No término aí da formatura dele do colégio, eu fiquei muito alegre com a recepção de todos os professores, educadores, que chegaram na nossa mesa, dando os parabéns pelo menino que é.

De modo semelhante à satisfação apresentada por esse pai, outros depoimentos também revelaram a importância atribuída pelas famílias a atitudes simples dos profissionais que denotam acolhimento e proximidade. Uma das mães entrevistadas, ao ser indagada acerca de suas expectativas em relação à equipe técnica, respondeu:

(P2) Só que eles continuem ajudando. Porque há muitas famílias que precisam de apoio, né. Daquela palavra, de sentido, né? Que vai dar tudo certo. Por mais que as circunstâncias estejam ao contrário [...].

A fala dessa mãe revela, de modo sensível, o desejo por uma presença profissional que vá além da técnica: que acolha e que auxilie os usuários do serviço na construção de novos sentidos, que inspire confiança e ânimo, mesmo diante das adversidades. Faz refletir sobre o compromisso ético dos profissionais com as famílias, assim como sobre a importância do estabelecimento de uma relação verdadeiramente colaborativa e dialógica, auxiliando-as na travessia da medida.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar as percepções das famílias de adolescentes privados de liberdade acerca das práticas de atendimento familiar no contexto da medida de internação no DF. As falas dos participantes trouxeram contribuições valiosas para a compreensão da política socioeducativa e suscitaram reflexões interessantes, tanto acerca da

rigidez imposta pelas normas institucionais, quanto do potencial, ainda pouco explorado, dos encontros, nesse cenário. Interessante registrar que os relatos das famílias durante as entrevistas não soaram como denúncia, mas muito mais como desabafo: o desabafo inconformado sob uma aparente resignação. Insatisfeitos com a rigidez vivida no cenário institucional, os familiares entrevistados demonstraram adotar posturas não combativas, mas de sobrevivência. Ao invés de passivamente se curvarem diante da rigidez das normas e assim finalmente se renderem ao embrutecimento das relações ou de rebeldemente as confrontarem, sob pena de alimentarem um indesejado ciclo de hostilidade com os agentes, foi possível observar que as famílias encontraram maneiras criativas de contorná-las, lançando luz à soberania de necessidades humanas como proximidade e conexão.

Ao contornar práticas de controle disciplinar e ao mesmo tempo driblar a omissão estatal na promoção de atividades sistemáticas para integração das famílias, a necessidade de conexão humana se fez presente na presença que atravessa momentos festivos nas Unidades e incluiu trocas de mensagens motivacionais, por iniciativa e agência das próprias mães, em dias que antecedem a visita. As famílias, protagonistas essenciais à realização desta pesquisa, por meio de seus relatos simples e ao mesmo tempo sinceros, emergiram então como figuras de suporte dos adolescentes, na dura realidade das Unidades de Internação. Resta perguntar: E quem suporta quem suporta?

Em consonância com os preceitos da abordagem colaborativo-dialógica, intentou-se nessa pesquisa não o falar “sobre” as famílias, mas o falar “com”, colocando o atendimento familiar sob questão, para então alocá-lo em um lugar de maior importância no âmbito das medidas socioeducativas. Não foi intenção avaliar o fazer profissional nem tecer julgamentos aos operadores da medida, mas problematizar a naturalização de determinados procedimentos e, quem sabe, produzir deslocamentos no valor atribuído a certas práticas, em detrimento de

outras – como os contatos telefônicos em detrimento do contato presencial com as famílias, por exemplo.

Embora a presente pesquisa tenha atingido o objetivo por meio da construção de dados e de significados via entrevistas individuais, reconhece-se como limitação a não realização do grupo focal, inicialmente pretendido. Dado o caráter interativo do grupo focal, essa técnica poderia ter proporcionado uma compreensão mais aprofundada das percepções dos participantes, o que, acredita-se, teria enriquecido a análise dos dados. Recomenda-se, portanto, que estudos futuros considerem a inclusão de grupos focais como estratégia complementar, a fim de ampliar a diversidade de perspectivas e aprofundar a discussão dos achados. Admite-se igualmente como limitação do estudo a não inclusão de familiares de adolescentes acautelados nas demais Unidades de Internação do DF. Seria interessante ouvi-las, vez que cada Unidade, situada em localidades diferentes, atendendo a públicos diferentes, poderia abarcar ainda mais a diversidade e a complexidade das práticas no âmbito socioeducativo distrital.

Espera-se que esta pesquisa, por meio dos sentidos produzidos pelas famílias, possa contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de atendimento a elas dedicadas, assim como para a qualificação das intervenções em socioeducação. Romper com processos históricos de invisibilização e culpabilização das famílias de adolescentes privados de liberdade e atuar em favor da conexão humana, fortalecendo laços e potencializando afetos, é chamado urgente e compromisso de todos.

Referências

Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: Um enfoque pós-moderno da terapia*. Roca.

- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: O coração e a alma da prática colaborativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 21-34). CRV.
- Bonatto, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: Entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36(e228986), 1-17.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). *Lei n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (2012a). *Lei n.º. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Brasil. (2012b). *Resolução n.º. 466, de 12 de dezembro de 2012*. Conselho Nacional de Saúde. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Brasil. (2016). *Resolução n.º. 510, de 7 de abril de 2016*. Conselho Nacional de Saúde. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Brasil. (2025). *Levantamento Nacional do SINASE – 2024*. Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania.
- Braun, V., & Clarke, V. (2020). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? *Qualitative Research in Psychology*, 328-352. <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1769238>
- Braun, V., & Clarke, V. (2021). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic

approaches. *Counselling Psychotherapy Research*, 21(1), 37-47.

<https://doi.org/10.1002/capr.12360>

Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019). Reflexões sobre a conflitiva com a lei na adolescência: Contextos excludentes, famílias “invisíveis”. *Psicologia em Revista*, 25(2), 790-804. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p790-804>

Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2023). Percepções sobre momentos de visitas para adolescentes privados de liberdade: Relações familiares e afetividade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(3), 815-834.

CONANDA. (2006). *Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006*.

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf

Distrito Federal. (2016). *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo*. PDASE.

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/documents/20117/24917813/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>

Leal, D. M., & Macedo, J. P. (2019). Os discursos protetivos e punitivos acerca dos adolescentes em medida de internação no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17(1), 207-221.

Leitão, C. (2021). A entrevista como instrumento de pesquisa científica em informática na educação: Planejamento, execução e análise. In M. Pimentel & E. Santos (Orgs.), *Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: Abordagem qualitativa*. SBC. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3).

<https://ceie.sbc.org.br/metodologia/index.php/livro-3/>

Machado, A. M., & Hahne, B. S. (2020). Por uma escuta não normalizadora na medida socioeducativa. *Educação, Sociedade & Culturas*, 57, 125-143.

<https://doi.org/10.34626/esc.vi57.16>

- Matos, G. S., & Janczura, R. (2020). Sistema socioeducativo: Fortalecendo a rede de apoio familiar para o ingresso do adolescente no cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revistas Sociais & Humanas*, 33(3), 11-32.
- Medeiros, A. X., & Paiva, F. S. (2021). A contradição entre proteção e violência na trajetória de adolescentes em medida socioeducativa. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(1supl), 18-39.
- Medeiros, A. X., Paiva, F. S., & Guarajau, J. S. F. (2024). “Sou só eu, sozinha”: O que dizem as famílias de adolescentes em medida socioeducativa? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 24(e83568). <https://doi.org/10.12957/epp.2024.83568>
- Merhy, E. E. (2004). O ato de cuidar: A alma dos serviços de saúde. In Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Orgs.), *Ver-SUS Brasil: Cadernos de textos* (pp. 108-137). Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
- Merhy, E. E., & Franco, T. B. (2003). Por uma composição técnica do trabalho centrada nas tecnologias leves e no campo relacional. *Saúde em Debate*, 27(65), 316-323. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-394033>
- Mioto, R. C. T. (2004). A família é um espaço de pessoas. In M. B. Wanderley & I. I. M. C. Oliveira (Orgs.), *Trabalho com famílias: Textos de apoio* (pp. 14-17). IEE-PUC-SP.
- Oliveira, A. C., & Mioto, R. C. T. (2004). Famílias, cuidados e políticas públicas. *O Social em Questão*, 23(43), 9-22.
- Paiva, I. L., Miranda, G., Cavalcante, C. P. S., & Costa, L. R. (2024). Em nome de quais famílias brasileiras bate o martelo da justiça? Reflexões sobre o sistema socioeducativo e a penalização compartilhada entre adolescentes e familiares. In N. A. Moraes, A. N. Lira, & M. C. A. Nunes (Orgs.), *“Entre o nó e o laço”*: Para compreender famílias em diferentes contextos (pp. 181-196). CRV.

- Pedro, J. C., & Neves, A. S. (2015). A família e o adolescente em conflito com a lei: Vínculos, estratégias e recursos afetivos. *Horizonte Científico*, 9(1), 1-27.
- Sawaia, B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética da exclusão/inclusão. In M. B. Wanderley, M. Vêras, D. Jodelet, S. Paugam, T. C. Carreiro, S. L. Mello, & P. A. Guareschi (Orgs.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Vozes.
- Sena, B. C. S., & Pessoa, A. S. G. (2024). Vínculos familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação durante a pandemia da Covid-19. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 24(e83799).
<https://10.12957/epp.2024.83799>
- Silva, J. J. B., & Andrade, M. F. L. O. (2019). Percepção de trabalhadores sobre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revisbrato*, 3(3), 380-396.
<https://10.47222/2526-3544.rbto23997>
- Souza, L. A. de, & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287.
- UFRGS. (2020). *Pesquisa de avaliação do SINASE: Levantamento anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE) 2020*. Eixo 02: Entidades do SINASE.
- Walter, S. A., & Bach, T. M. (2015). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 275-308.

Manuscrito 4 – Atendimento familiar e medida socioeducativa de internação: Relato de uma experiência formativa

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre a experiência de implementação de uma proposta formativa teórico-prática, de caráter piloto, inspirada nas premissas da abordagem colaborativo-dialógica, voltada a profissionais que realizam o atendimento das famílias ou que mantêm contato com familiares de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Distrito Federal (DF). Foi ofertado um minicurso, na modalidade híbrida, com quatro encontros presenciais. Participaram da formação 14 servidores, sendo 13 especialistas socioeducativos e uma professora. Apesar do cansaço institucional verbalizado pelos participantes, eles se engajaram nas discussões propostas, manifestaram o desejo de aprender e admitiram que, ainda que importante, o tema do atendimento às famílias vem sendo esquecido no contexto das práticas atuais, sobretudo pós-pandemia. A experiência formativa evidenciou o potencial de espaços colaborativo-dialógicos na resignificação das práticas de atendimento familiar em socioeducação, no alinhamento de concepções e apresentou o minicurso como estratégia viável na formação continuada dos operadores da política, ainda que se reconheça a necessidade de ampliação do número de encontros e da oferta para outros profissionais.

Palavras-chave: medida socioeducativa de internação, atendimento familiar, relato de experiência, formação continuada.

Abstract: The objective of this research was to reflect on the experience of implementing a pilot theoretical-practical training proposal, inspired by the premises of the collaborative-dialogical approach, aimed at professionals who provide services to families or who maintain contact with family members of adolescents serving socio-educational measure of confinement in the Federal District (DF). A mini-course was offered, in a hybrid format, with four in-person meetings. Fourteen staff members participated in the training, including 13 socio-educational specialists and one teacher. Despite the institutional fatigue expressed by the participants, they engaged in the proposed discussions, expressed a desire to learn, and admitted that, although important, the topic of family support has been neglected in the context of current practices, especially post-pandemic. The training experience highlighted the potential of collaborative-dialogical spaces in re-signifying family care practices in socio-education, in aligning conceptions, and presented the mini-course as a viable strategy in the continuing education of policy operators, even while acknowledging the need to expand the number of meetings and offer it to other professionals.

Keywords: socio-educational measure of confinement, family care, experience report, continuing education.

Este relato tem como objetivo refletir sobre a experiência de implementação de uma proposta formativa teórico-prática, de caráter piloto, inspirada nas premissas da abordagem colaborativo-dialógica (Anderson, 2017), voltada a profissionais que realizam o atendimento das famílias ou que mantêm contato com familiares de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no DF. A experiência formativa, implementada como um minicurso, compôs a quarta e última etapa da pesquisa de doutorado. O relato de experiência, enquanto construção discursiva e produto científico, foi eleito por possibilitar o refinamento de saberes a partir do processo vivido e por ser narrado em linguagem acessível aos interessados pelo tema (Daltro & Faria, 2019). Ao mesmo tempo o relato traz visibilidade ao percurso de formação, aos desafios, às reflexões e às aprendizagens construídas ao longo do caminho, legitimando-as enquanto fenômeno científico, sem a pretensão de que elas conjurem verdades absolutas (Daltro & Faria, 2019).

Contextualizações necessárias

A política socioeducativa, da forma como é compreendida atualmente, é uma política recente. Somente em 2013, foi publicado o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2013), que reconheceu, à época, inúmeros desafios à política, como a falta de alinhamento conceitual e prático entre Unidades Socioeducativas, além da formação fragmentada e desarticulada dos profissionais atuantes no sistema. Dentre princípios e diretrizes, o referido Plano elencou a valorização dos profissionais da socioeducação e a promoção da formação continuada (Brasil, 2013).

Em 2014, foi criada a Escola Nacional de Socioeducação (ENS), com o propósito de alinhar práticas discursivas e de proporcionar educação continuada aos servidores da socioeducação em âmbito nacional (Brasil, 2014). No documento oficial intitulado Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares, a Secretaria de Direitos Humanos, a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República reconheceu a importância

da formação permanente dos profissionais do sistema socioeducativo alicerçada sobre os princípios do ECA e do SINASE, bem como o papel da ENS no fortalecimento da socioeducação como campo do conhecimento (Costa et al., 2024b).

No cenário socioeducativo distrital, em 2013, foi publicado o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Medidas Socioeducativas do DF – Internação, que propôs, à época de sua publicação, melhorias para o atendimento às famílias, como a criação de espaços de convívio familiar nas Unidades, a capacitação dos profissionais e a uniformização de procedimentos (Distrito Federal, 2013). Seguindo as orientações nacionais, em 2016 foi publicado o I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF (PDASE) (Distrito Federal, 2016). Tal documento ressaltava como desafios tanto a necessidade do trabalho com famílias quanto a oferta de formação continuada aos servidores para qualificação do atendimento socioeducativo. Apenas no ano de 2022, por meio do Decreto nº. 43.483, foi criada a Escola Distrital de Socioeducação (EDS), visando, dentre outros objetivos, ao aperfeiçoamento profissional dos servidores e à produção de conhecimentos em socioeducação (Distrito Federal, 2022).

Formação continuada de servidores e discussão sobre o trabalho com famílias no contexto socioeducativo

A formação continuada é tema de discussão em diversas áreas e a literatura aponta sua importância como estratégia de valorização dos profissionais. Além de contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas e emocionais e para o fortalecimento da identidade profissional, a formação continuada pode favorecer o bem-estar, a motivação e a satisfação dos servidores (Martins et al., 2025). No contexto socioeducativo, dada a situação de vulnerabilidade dos adolescentes e suas famílias, a formação contínua dos servidores pode adquirir um caráter especial, contribuindo para a melhora do ambiente de trabalho e da qualidade dos serviços prestados, sobretudo para o fortalecimento de práticas de atendimento

mais humanizadas (Martins et al., 2025). Apesar da importância da formação continuada, Francisco et al. (2022) criticam as lacunas formativas no âmbito da socioeducação e ressaltam que a prática profissional ainda reflete os conflitos entre o caráter pedagógico e o sancionatório da medida socioeducativa. Nesse cenário, a ausência de formação poderia abrir espaço para um trabalho precário.

Em relação à capacitação para o atendimento às famílias, a literatura científica, à exceção dos artigos de Costa et al. (2024a, 2024b), que mencionam a temática do trabalho junto às famílias dos adolescentes como parte do conteúdo programático da formação ofertada aos servidores do sistema socioeducativo do estado do Amazonas, em 2015, e do Paraná, em 2017, respectivamente, não foram encontradas publicações acadêmicas que tratem de experiências de formação continuada voltadas a profissionais da área, dedicadas à discussão desse tema. Os próprios artigos, ora citados, não têm como escopo o trabalho com famílias ou o relato de experiências formativas acerca dessa temática. No âmbito distrital, por exemplo, no catálogo de cursos da EDS, até o momento de realização da experiência formativa relatada neste estudo, não constava a oferta de nenhuma formação específica acerca do atendimento familiar.

Além de invisibilizadas no cotidiano das práticas de atendimento, as famílias de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas seguem invisibilizadas nos cursos de formação voltados aos socioeducadores. O presente relato reconhece a importância da discussão dessa temática junto aos servidores, tendo em vista a superação de possíveis divergências de concepções, a necessidade do alinhamento de discursos e práticas e a promoção de um fazer socioeducativo mais coeso.

Pesquisa como prática social e investigação transformativa

Ao eleger a abordagem colaborativo-dialógica (Anderson, 2009) como fundamentação teórica, este estudo inevitavelmente assume o construcionismo social na

condição de metateoria (Gergen & Gergen, 2010; Raser et al., 2016). Para o construcionismo, ao tentar compreender um dado fenômeno, a pesquisa já contribui na produção de sentidos sobre ele (McNamee, 2017). Nesse sentido, a pesquisadora é significada como agente de mudança social, ao passo em que a pesquisa é compreendida como prática social e investigação transformativa (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2021; McNamee, 2017; Spink & Menegon, 2013). A ênfase está nos processos sociais e relacionais, conferindo especial atenção ao contexto local e historicamente situado das ações. A conversão do conhecimento em ação social, por meio de uma postura crítica e reflexiva, é não apenas valorizada, como desejada, ainda que as informações construídas não almejem status de verdade absoluta (Silva & Lordello, 2021).

A abordagem colaborativo-dialógica, apesar de ter surgido no contexto clínico de terapia familiar, já foi amplamente utilizada em outros contextos, contribuindo com um olhar crítico às práticas de atendimento às famílias (Anderson, 2009). Trata-se de uma abordagem que problematiza a ideia do profissional enquanto especialista na vida das pessoas que ele acompanha ou orienta, propondo a adoção do não-saber enquanto postura filosófica na relação com o outro e enfatizando a construção de relações colaborativas e de conversações dialógicas (Anderson, 2017).

Pautado nesses pressupostos, o estudo traz o relato de uma experiência formativa em que pesquisadora e participantes foram desafiados a se assumirem como copesquisadores e parceiros conversacionais, mutuamente engajados na negociação de significados acerca do atendimento familiar. Em um espaço colaborativo-dialógico, também foram desafiados a cooperarem de maneira crítico-reflexiva no planejamento de ações, tendo em vista a qualificação do atendimento às famílias no âmbito da medida socioeducativa de internação do DF.

Ao trazer o relato de uma pesquisa-ação colaborativa, este estudo assume que busca romper as barreiras do mundo acadêmico, enquanto borra as fronteiras entre pesquisa e intervenção, na tentativa de colaborativamente produzir um conhecimento aplicável às demandas vividas pelos participantes (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2021; Raserá et al., 2016). Ao mesmo tempo em que discute a experiência formativa como estratégia viável de aperfeiçoamento dos operadores da política socioeducativa, respaldada nas demandas locais do cenário distrital da medida de internação e nas contribuições da abordagem colaborativo-dialógica, este estudo busca contribuir para uma maior aproximação entre o que prevê a legislação e as práticas de atendimento às famílias, assumindo os operadores do sistema e os familiares dos adolescentes enquanto protagonistas.

Procedimentos metodológicos

A proposta de formação implementada como um minicurso (Anexo J) e discutida no presente relato de experiência constituiu-se a culminância da pesquisa de doutorado, que foi delineada nos moldes de uma pesquisa-ação colaborativa (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2021). O minicurso foi elaborado a partir de um levantamento de necessidades construído em três etapas, a saber: (a) Revisão de literatura acerca da temática das famílias e do atendimento às famílias, no contexto da medida de internação no Brasil; (b) Realização de um grupo focal com servidores que executam a medida de internação no DF; (c) Realização de entrevistas com familiares de adolescentes de três Unidades de Internação do DF.

À luz do que preconizam dispositivos jurídicos e documentos oficiais sobre a execução da política socioeducativa, sob as lentes da abordagem colaborativo-dialógica, com o acréscimo das contribuições trazidas por outros campos do saber, já consolidados, como Saúde Coletiva, Saúde Mental e Serviço Social, é que foi elaborada a proposta formativa. Intitulado “Entre muros e afetos: Diálogos e construções possíveis sobre o atendimento familiar”, o minicurso teve como objetivo geral sensibilizar gestores, operadores da política

socioeducativa e professores que atuam nas Unidades de Internação do DF quanto à importância do atendimento às famílias, tendo em vista a qualificação das práticas, a construção de uma relação de parceria com os familiares dos adolescentes e o fortalecimento dos vínculos de toda a comunidade socioeducativa. Os objetivos específicos da formação foram: (a) Conhecer as principais fragilidades e potencialidades do atendimento familiar no cenário socioeducativo nacional, relacionando-as ao contexto do DF; (b) Refletir sobre as práticas de atendimento às famílias, no contexto da medida de internação do DF, a partir de relatos de operadores da política e de familiares de adolescentes participantes da pesquisa; (c) Compreender os preceitos básicos da abordagem colaborativo-dialógica e refletir sobre suas possíveis contribuições para o atendimento familiar no contexto socioeducativo de adolescentes privados de liberdade; (d) Planejar estratégias de atendimento às famílias, reconhecendo o grupo como potente recurso de intervenção junto a esse público, buscando reaproximação, ampliação do contato presencial e maior inserção das famílias na rotina das Unidades por meio de atividades programáticas, a partir do cenário institucional de cada uma delas.

A implementação da proposta só foi possível graças ao estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) e com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS). Enquanto a SEEDF forneceu o espaço físico e demais recursos, como computador e projetor, a SEJUS, por meio da EDS, viabilizou a divulgação do minicurso, a inscrição dos participantes, materiais de papelaria, além do uso da plataforma de aprendizagem virtual e a certificação dos concluintes. Os quatro encontros presenciais do minicurso ocorreram nas manhãs de sexta-feira, de 8 às 12h, durante o mês de setembro de 2025, em uma sala cedida pela Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). O turno vespertino, contabilizado na grade horária do minicurso, foi dedicado às leituras recomendadas semanalmente e ao registro das reflexões

propostas a partir de questões disparadoras, disponibilizadas na plataforma de aprendizagem, de modo que o minicurso computou 32 horas, no formato híbrido.

A seguir é possível visualizar Tabela 3 contendo a temática de cada encontro e os conteúdos abordados. De forma metalinguística, os participantes do minicurso foram convidados, a cada encontro, a percorrerem os caminhos de elaboração da tese junto à pesquisadora, vez que o minicurso teve como ponto de partida a partilha dos dados de pesquisa construídos até então, sob o convite explícito de se assumirem como copesquisadores na elaboração de novas práticas.

Tabela 3.

Programação do minicurso

Encontros	Temática	Conteúdos
1º encontro	Discussões necessárias sobre atendimento familiar no cenário socioeducativo nacional: Revisão da literatura	<ul style="list-style-type: none"> a. Invisibilidade das famílias perante o Estado: Antes, durante e após a medida b. Culpabilização das famílias c. Famílias como eixo estruturante de projetos futuros d. Expectativas das famílias em relação à medida de internação e. Desafios e potencialidades do atendimento familiar na medida de internação
2º encontro	Vozes que ecoam a prática: Falar “sobre” as famílias ou falar “com” as famílias	<ul style="list-style-type: none"> a. Práticas de atendimento às famílias à luz do PPP das Medidas Socioeducativas do DF – Internação b. Introdução de recursos digitais para atendimento familiar e outros desafios c. Sensibilidade dos profissionais frente à complexidade das famílias d. Um olhar sobre a necessidade de conexão humana e. Importância de momentos (a)fe(s)tivos para o fortalecimento dos vínculos
3º encontro	Diálogo e colaboração na socioeducação	<ul style="list-style-type: none"> a. Preceitos básicos da abordagem colaborativo-dialógica: Contribuições ao fazer socioeducativo b. O cuidado com afeto como prática revolucionária c. A importância de atividades coletivas e a potência do grupo como estratégia de intervenção junto às famílias

4º encontro	Pontos de partida possíveis ou... encontrando maneiras de seguir adiante	a. Ressignificação das práticas de atendimento às famílias no âmbito socioeducativo por meio da elaboração de estratégias viáveis b. Avaliação do minicurso
--------------------	--	--

A formação foi planejada para contemplar profissionais que atuam em Unidades de Internação do DF e que, de alguma forma, estabelecem interlocuções com familiares de adolescentes. Com o apoio da EDS, o minicurso foi divulgado para os servidores por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assim como via mensagens de *WhatsApp*. Foram convidados a participar agentes socioeducativos, especialistas socioeducativos e professores que trabalham nas escolas situadas dentro das Unidades. Para um total de 20 vagas disponibilizadas, houve 16 inscritos. Destes, 14 participaram dos encontros, sendo que 12 atingiram a frequência mínima exigida e obtiveram certificação. Dentre os participantes, havia 13 especialistas socioeducativos, dentre pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, e uma professora. A ausência de agentes socioeducativos será discutida na próxima seção. Vale ressaltar que duas especialistas que realizaram o minicurso também participaram do grupo focal mencionado no segundo manuscrito desta tese.

Os procedimentos adotados incluíram aulas expositivas dialogadas, técnicas de grupo (dinâmicas) e recursos como músicas, trechos de vídeos, discussões em grupos e trocas de experiências a partir de questões disparadoras, culminando com uma situação-problema a partir da qual os participantes puderam elaborar de forma conjunta, compartilhar e discutir entre si uma lista sugestiva de práticas de atendimento às famílias. O foco dos encontros foi a construção coletiva do conhecimento, pautada em relações horizontalizadas, sob inspiração da abordagem colaborativo-dialógica.

O diário de campo foi adotado como instrumento para registro de informações e impressões pertinentes durante a realização do minicurso. Também foi feita gravação em

áudio dos encontros para posterior gravação e análise. Ao final da formação, foi enviado um formulário de avaliação *on-line* aos participantes (Anexo E).

Vale ressaltar que o principal material a constituir o *corpus* de análise no presente relato é a gravação do áudio dos encontros, que se deu com o auxílio do *TurboScribe*. Este é um serviço *online* de transcrição de áudio para conversão de arquivos de mídia em texto. A fim de tornar a transcrição mais precisa, o áudio dos encontros foi ouvido pela pesquisadora e as correções necessárias foram feitas. No momento da escuta dos áudios teve início o processo de familiarização com os dados. Para gerenciamento dos textos e do processo de codificação foi utilizado o *software* Atlas.ti.

A análise dos dados se deu por meio da análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2020), pautada na busca de padrões de significados e na construção de sentidos sobre eles, primando pela reflexividade e pela capacidade interpretativa da pesquisadora. Ainda que de forma não linear, sendo um processo marcado por idas e vindas, avanços, recuos e questionamentos, a análise incluiu as seguintes fases: familiarização com os dados; codificação; geração de temas iniciais; desenvolvimento e revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; produção do relatório (redação do manuscrito).

A pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UnB, CAAE 72118123.0.0000.5540. Além do sigilo assegurado, os participantes estavam cientes de que poderiam interromper a participação a qualquer tempo. Seguindo os princípios da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016) e os fundamentos éticos e científicos da Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), foram disponibilizados aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I), assim como o Termo de Autorização para Utilização de Voz para Fins de Pesquisa (Anexo H).

Resultados e discussão

Nesta seção serão apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa, à luz do referencial teórico adotado. Trechos das falas dos participantes serão utilizados com o objetivo de enriquecer a apresentação das discussões e de aproximar o leitor da experiência vivida pelo grupo. Acredita-se que esses excertos permitam contextualizar melhor as análises, ilustrando nuances e perspectivas nos processos discursivos dos próprios participantes. Vale informar que o grupo foi composto por aproximadamente 14 pessoas, o que dificultou a atribuição precisa de cada fala individual. De modo a não incorrer em nenhuma imprecisão, optou-se por não identificar os participantes nas transcrições, à exceção da servidora professora, o que seria inevitável, vez que suas falas remetem ao trabalho desenvolvido na escola. Ainda assim foi preservado o anonimato e garantido o sigilo das informações. Tal decisão está alinhada aos princípios éticos da pesquisa e não compromete a validade da análise, uma vez que o foco recai sobre os sentidos compartilhados no grupo e a capacidade interpretativa da pesquisadora.

A abordagem utilizada, conforme já foi dito, foi a análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2021), a partir da qual foram construídos dois temas: (a) Dissenso em socioeducação, cansaço institucional e desejo de aprender: um olhar voltado às ambivalências dos profissionais; (b) O potencial de espaços colaborativo-dialógicos na resignificação das práticas em socioeducação ou: Formação como prática generativa e o tal do reencantamento.

Dissenso em socioeducação, cansaço institucional e desejo de aprender: Um olhar voltado às ambivalências dos profissionais

Uma das primeiras atividades do minicurso, logo no primeiro encontro, foi a proposta de que os participantes, além de se apresentarem, deveriam mencionar um receio e uma esperança em relação à formação. Poucos participantes verbalizaram algum receio e, de modo geral, este girou em torno da ideia de terem de planejar e implementar algo no curto tempo de

duração dos quatro encontros. Tranquilizados pela pesquisadora facilitadora, os participantes foram informados de que, dada a brevidade da formação – empregando-se, inclusive a analogia de que seria um “curso-semente” – não seria cobrada a execução prática de atividades com as famílias no decorrer do minicurso, mas que poderiam levar as propostas para suas Unidades, discutindo junto às suas equipes as possibilidades de implementação.

Ao falarem de suas esperanças e expectativas em relação à formação, os participantes relataram o desejo de aprender algo novo. Ao mesmo tempo, comentaram que se sentem cansados, desmotivados e até mesmo desanimados e impotentes diante das limitações institucionais. Vale ressaltar que os discursos sobre cansaço, desânimo, falta de sentido e de motivação foram recorrentes no decorrer dos encontros. Uma das participantes, ao tecer críticas à precariedade das condições de trabalho, aos equipamentos dos quais dispõem, avaliou que isso se reflete no desânimo dos profissionais, que aos poucos vão se descuidando da própria aparência, de modo semelhante ao descuido do ambiente em que trabalham. Em outros momentos, consideraram que a falta de motivação generalizada possa se refletir na qualidade do trabalho desenvolvido. Em meio às dificuldades, relataram a busca de apoio e fortalecimento uns nos outros, além do consolo na ideia do compromisso ético-político assumido em relação às pessoas atendidas, traduzido no reconhecimento da necessidade de oferecerem um retorno à sociedade.

[...] O nosso trabalho vai ficando muito aquém do que poderia ser e a gente tem gente muito competente no socioeducativo.

Tá tão gritante essa coisa da gente tá acomodado (sic) que toda vez eu gero um incômodo. Tem a [...], que toda vez a gente fica assim: Ah, eu tô tão cansada, eu ando tão desiludida, eu tô tão desacreditada, e a gente vai se apoiando uma à outra, mas de toda forma, no geral, o que eu vejo é isso. [...] Eu tô recebendo dinheiro público pra dar respostas pra sociedade. E essas pessoas precisam de resposta.

As falas dos participantes encontram consonância na literatura, em estudos que mencionam os impactos do trabalho na subjetividade dos profissionais em socioeducação (Bastos et al., 2022; Brasil et al., 2020). Ao analisar o contexto socioeducativo, Walger et al. (2024) ressaltam o quanto ele é atravessado por tensões, violência, imprevisibilidade, insegurança e contradições. Não causa estranhamento o fato de que, mediante os desafios enfrentados na rotina de trabalho nas Unidades, a possibilidade de participação do minicurso tenha se configurado um momento de alívio, conforme relato dos participantes.

Amei sair, ficar um dia fora. [...] tenho que ser honesta, foi muito bom, eu acho que dá uma aliviada também, faz a gente pensar [...].

Na composição do grupo havia especialistas socioeducativos – psicólogos, assistentes sociais, pedagogos –, e uma professora. A ausência de servidores que atuam como agentes socioeducativos não passou despercebida pelos participantes, que destacaram a importância da participação de outros profissionais nesse tipo de formação, tendo em vista o alinhamento de discursos e práticas.

[...] É bom a gente ter espaços, desses cursos, pra reforçar, pra que os agentes também estejam presentes, né. [...] Pra ter um outro olhar mesmo.

[...] Um curso desse, né, é importante pra toda a comunidade socioeducativa, porque, é... veio um grupo muito pequeno, tá aqui, tá discutindo, tal... aí você volta pro seu espaço...

[...] o principal desafio que eu encontro é na forma como a família é tratada, entendeu? Porque, se o grupo está aqui trabalhando, discutindo, estudando, dialogando, debatendo, mas tem uma série de outros setores que pensam de uma outra forma, né? Embora a gente tenha uma legislação falando sobre como deve se tratar das famílias, isso impacta na nossa atuação. [...] trabalhar com família já é um desafio, e trabalhar num sistema em que há visões diferenciadas de como é essa

família, o que é que se faz com essa família, é um desafio muito grande. Eu acho que a gente precisa começar a fazer esse trabalho de mudança de pensamento, de entendimento, de reflexão, porque senão a gente pode propor o que for que a gente não vai conseguir, de fato, alcançar o objetivo.

As divergências de concepções sobre o fazer socioeducativo na perspectiva dos operadores da política, aqui nomeada de dissenso, já foram tema de discussão em pesquisa realizada por Vinuto et al. (2021). As autoras ressaltaram as diferenças entre o que fazem agentes – responsáveis, sobretudo, pela manutenção da segurança nas Unidades – e demais servidores atuantes na medida de internação, sobretudo a equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais, assim como as diferenças de concepções, os conflitos e negociações cotidianas acerca do que deveria configurar o trabalho socioeducativo.

Um exemplo de discordância de concepções pôde ser observado durante os encontros do minicurso quando os participantes discutiram a possibilidade de proibição da entrada de alimentos e de outros pertences, que atualmente podem ser levados pelas famílias aos adolescentes, nos dias de visita. Segundo disseram, a ideia teria partido de agentes socioeducativos, sob o argumento de que a entrada de objetos e materiais de uso pessoal não padronizados acarretaria problemas na rotina das Unidades, quando os adolescentes trocam esses pertences entre si ou os utilizam como “moeda” de negociação. Para endossar a argumentação em favor da retirada dos alimentos e demais pertences, os participantes disseram que os profissionais que defendem essa ideia teriam reafirmado que compete ao Estado fornecer alimentação e recursos de higiene pessoal, por exemplo. Em contraposição, os participantes do grupo disseram que o alvo principal da mudança proposta parece ser mesmo os alimentos e defenderam que o valor afetivo daquilo que as famílias levam para os jovens estaria sendo desconsiderado. A partir da discussão no grupo, os profissionais

verbalizaram o interesse de encontrar formas de se mobilizarem coletivamente e de buscarem interlocução junto aos gestores, a fim de problematizar essa questão, demonstrando o potencial do grupo e dos encontros formativos na promoção de mudanças.

Na pesquisa de Vinuto et al. (2021), as autoras analisam o que chamam de “falta de fechamento”, termo utilizado por um dos participantes da referida pesquisa e que diz respeito à falta de união, confiança e apoio entre os diferentes profissionais. Aprofundando a análise, as autoras relacionam esse contexto de disjunção e desconfiança a um processo de legitimação da centralidade dos procedimentos de segurança em prol da ordem, do controle e da disciplina, alocando as atividades socioeducativas em segundo plano.

A potencialidade de experiências formativas, especialmente das que se pretendem constituir enquanto espaços dialógicos, pautados em relações colaborativas (Anderson, 2009), será mais cuidadosamente discutida na seção seguinte deste relato. Importa, no entanto, já destacar o papel de propostas de formação continuada, voltada aos profissionais da socioeducação, a fim de minimizar esse dissenso e de promover concepções e práticas mais alinhadas ao paradigma da garantia de direitos. Indiscutivelmente procedimentos de disciplina são importantes para a manutenção da ordem e da segurança nas Unidades de Internação. Há que se cuidar, no entanto, para que outras práticas, de caráter pedagógico, inclusive atendimento às famílias e demais eventos ou atividades voltadas à promoção do fortalecimento de vínculos, ocupem lugar de protagonismo na rotina socioeducativa, e não apenas orbitem como meros satélites ao redor dos procedimentos de segurança. Os procedimentos de segurança não se justificam enquanto fim em si mesmos, mas enquanto base de sustentação para garantia de oferta das atividades educativas.

Em meio ao cansaço da rotina, impactados pelas divergências de concepções acerca da socioeducação e pelas tensões vividas no cotidiano, os participantes do grupo

manifestaram sentimentos ambivalentes, como o dilema entre o fazer e o não fazer, entre o lutar ou não lutar.

[...]então a gente também vai adoecer. [...] Adoece por fazer. Adoece por não fazer.

Então acho que realmente é muito desafiador.

Mas a experiência que eu tenho é essa. Eu estou feliz brigando. Eu estou infeliz brigando. E estou infeliz sem fazer nada.

Compreende-se que as relações no ambiente de trabalho, além de gerar tensão e insatisfação, podem esvaziar as práticas de sentido, causando sofrimento e até mesmo adoecimento nos trabalhadores. Na pesquisa realizada por Walger et al. (2024), a própria contradição entre punição e ressocialização, algo que é bem marcante na política socioeducativa, é apontada pelos trabalhadores como elemento gerador de sofrimento.

Uma das participantes do grupo relatou que uma saída criativa, despreziosamente encontrada por ela para contornar essa dualidade entre os profissionais da socioeducação, foi a busca por aproximação e convívio, extrapolando os muros da Unidade de Internação, em contato com a natureza, realizando atividades de lazer, fora do horário de trabalho:

[...] a gente fazia trilha uma vez por mês, e assim, você conhece o outro lado da pessoa, sem a camisa preta, entendeu? [...] fora daquele contexto, parece que o diálogo acontece melhor, sabe? E hoje eu vejo, na Unidade [...] que até o relacionamento entre nós, na hora que eu entro com um embate, [...] eles me respeitam mais, me ouvem, já quebram o muro assim, né? [...] é esse clima do afeto, que você também tem que construir com os colegas de trabalho, que faz uma diferença enorme, até para debater as divergências, né? Porque não é que eles passaram a pensar igual a mim, não, né? Alguns até, parece que, como é que se fala, abrem a cabeça para a nossa opinião, e aí ele fica: Nossa, mas sabe que você tem razão? Eu nunca pensei nisso.

Longe de romantizar a fala da participante, o que essa e tantas outras falas que surgiram no grupo sinalizam é justamente a riqueza dos diálogos em espaços seguros de troca e partilha, nos quais as ambivalências possam ser acolhidas e até mesmo ressignificadas. No decorrer da experiência formativa, foi possível observar que os diálogos possibilitaram não apenas a construção de novos sentidos e significados sobre desafios cotidianamente enfrentados na instituição, como permitiram vislumbrar a possibilidade de encontrar novas formas de se relacionar.

O potencial de espaços colaborativo-dialógicos na ressignificação do trabalho em socioeducação ou: Pesquisa e formação como práticas generativas e o tal do reencantamento

Como foi já foi dito anteriormente, o intuito do minicurso foi sensibilizar os operadores do sistema para a importância do atendimento familiar, contribuindo para a ressignificação das práticas. Em um espaço colaborativo-dialógico (Anderson, 2009), dedicado à reflexão acerca do atendimento às famílias no âmbito de uma política pública, que é a socioeducação, considerando que “não há política que não seja permeada pelo afeto e por ele seja impulsionada, de forma que as ações políticas são formadas pelos encontros” (Maheirie, 2018, p. 11), houve a preocupação em não limitar a formação à mera partilha de dados construídos nas três primeiras etapas da pesquisa. Desse modo, a sensibilização dos participantes por meio de recursos não apenas didáticos, mas sobretudo fruto de expressões artísticas, tais como músicas, videoclipes, poesia e dramatização, refletiu uma escolha cuidadosa e intencional, capaz de dar o tom da formação e de promover aquilo que Espinosa nomeia como bons encontros (Barreto & Pelbart, 2023).

Os participantes foram convidados a manterem em mente durante toda a formação questões como: De que maneira isso me afeta? Ou me provoca? Ou me convida? Ou me convoca? Ou me incita? Ou me inibe? De que maneira dialoga com a minha prática? Isso

agrega de alguma maneira? Ou não? De que forma isso tudo pode ou não contribuir para o nosso fazer socioeducativo, levando em conta as nossas dificuldades e potencialidades institucionais? A questão central, no entanto, em torno da qual se situavam todas as demais questões, juntamente das atividades e dinâmicas propostas, foi: Quais sentidos e significados podemos construir a partir dos sentidos e significados que já foram construídos até aqui?

Durante o minicurso, em contato com os dados produzidos nas etapas anteriores da pesquisa, os participantes puderam então se engajar em diálogos sustentados por outros diálogos. Sentidos e significados trazidos por esses dados, de certa forma, ecoaram, reverberaram nas falas dos participantes. Em interação no grupo, com o grupo e como um grupo (Guanaes-Lorenzi, 2015), significaram o tema do atendimento às famílias como um tema importante, porém esquecido, quase adormecido na rotina institucional.

Problematizaram questões sensíveis no tocante às práticas no cenário socioeducativo distrital, ao reconhecerem os impactos trazidos pela pandemia – a redução dramática do atendimento presencial e das visitas domiciliares, além da suspensão de atividades em grupo –, e refletiram sobre a necessidade de se reinventarem, de qualificarem o próprio trabalho, a fim de darem conta da complexidade que é a socioeducação.

Antes da pandemia [...] tinha reuniões com as famílias. Depois que veio a pandemia, não aconteceu mais. Mudou a gestão, mudou a equipe e isso se perdeu.

Antigamente a gente fazia também muito grupo com a família e o adolescente e [...] também se perdeu.

Eu não sei se você nota, mas muitas coisas estão se perdendo.

A gente precisa se qualificar, melhorar o nosso atendimento, né, mudar a forma como a gente atende. Porque é isso, não dá mais. É um outro contexto, [...] e coisas boas se perderam. Na verdade, coisas boas que a gente tinha, elas se perderam ao longo desses anos todos, né, que a gente podia estar melhorando em vez de abandonar [...].

A gente precisa se reinventar, reinventar o nosso trabalho, qualificar [...]. Tem, tem muita coisa muito complexa nessa teia, aí, de atendimento socioeducativo, e que a gente precisa reinventar. Trabalhar com evidência, trabalhar com pesquisa, porque senão a gente vai se perder. [...] A gente já é muito aquém do que a gente poderia ser.

De acordo com McNamee (2017), há uma linha bastante tênue entre pesquisa e intervenção ou processos de mudança. Rompe-se com a ideia de pesquisa como um processo de descoberta e documentação de uma realidade preexistente, pronta e acabada, em nome de uma concepção de pesquisa que envolva processos de construção, de transformação e de promoção de possibilidades generativas, tanto para pesquisadores quanto para pesquisados. A experiência formativa aqui relatada, inspirada nos princípios trazidos por McNamee (2017) e respaldada na abordagem colaborativo-dialógica, também se pretendeu generativa, capaz de produzir um conhecimento útil à comunidade socioeducativa, não conclusivo, mas assumidamente parcial e temporário, nem por isso menos válido.

Durante a formação, os participantes tiveram a oportunidade de recuperar e de compartilhar histórias passadas, relatando memórias de episódios marcantes, em que haviam mantido algum contato com as famílias. Essas histórias incluíram relatos engraçados e ao mesmo tempo saudosos de experiências inusitadas vividas por alguns deles, em início de carreira – relatos que trouxeram leveza para a conversa, como os de visitas domiciliares em que os profissionais, ao saírem da casa da família, não avistavam o veículo oficial e pensavam ter sido deixados para trás, porque o motorista havia estacionado o carro logo mais adiante. Por outro lado, também incluíram relatos dramáticos, que fizeram pensar sobre o lugar do afeto na prática profissional e ajudaram a reconhecer o cuidado como ato revolucionário, como o da participante que teve de noticiar uma mãe sobre o falecimento do

filho na Unidade, acompanhá-la ao Instituto de Medicina Legal (IML) para reconhecimento do corpo, e oferecer suporte durante o funeral. Uma outra participante ainda relatou:

Eu já acompanhei, também, quatro mortes. E, assim, a gente é muito afetada por isso. [...] Com a primeira morte, a gente foi na casa da família avisar. [...] quando veio a segunda... a gente viu que não era o caso de ir na casa da família [...]. Era melhor chamar para dar notícia no hospital. Aí a gente deu a notícia e essa mãe também gritava, gritava. Eu não sabia o que fazer. Eu só abracei, sentei ali e fiquei com ela o tempo inteiro. [...] E ela gritava era contra mim, mesmo. [...] Ela só me xingava de tudo quanto era nome. Que eu estava com o filho dela, que eu matei o filho dela... [...] Mas eu acho que sentir esse afeto é revolucionário. Como eu falei, num ambiente que é autoritário, [...] que não dá espaço pra você liberar as suas emoções, né? O afeto, ele transforma. Transforma até o ambiente, né?

Houve também relatos comoventes, marcados por gestos aparentemente simples e atitudes sensíveis, como o da profissional que precisou amparar o bebê que estava no colo de uma mãe, porque essa mãe havia sofrido uma crise convulsiva durante um atendimento familiar na Unidade. Ou da profissional que presenciou uma colega de trabalho, uma agente socioeducativo que, sensibilizada, usou um creme de uso pessoal para desembaraçar os cabelos amaçorcados de uma adolescente apreendida na Unidade, após uma briga com a mãe.

McNamee (2018), ao tratar dos profissionais como pessoas, chama a atenção para o que ela nomeia de presença radical, o que implica em uma ética relacional. Ela defende que o foco do trabalho não seja a busca por práticas padronizadas, mas que se volte aos processos de se relacionar. Encoraja encontros dialógicos no exercício profissional, porque os compreende como práticas humanizadoras com poder de transformação, não apenas de indivíduos, mas de relações e de instituições. Tais encontros se fazem, portanto, essenciais,

sobretudo em um espaço que é muitas vezes marcado por práticas de violência e violação de direitos (Maia & Morais, 2023).

Ainda sobre as histórias que causaram comoção no grupo, houve o relato de uma das participantes sobre um pai, já bastante idoso, traqueostomizado, que morava em um lugar bem distante da instituição e que, na véspera do Natal, compareceu por engano à Unidade, argumentando que haviam ligado para ele e que haviam dito que seu filho seria liberado naquele dia. Sensibilizada, a profissional pediu autorização à equipe de segurança para que pai e filho pudessem se encontrar por um minuto. Ao grupo ela conta que inicialmente teve seu pedido negado, porém não desistiu:

E aí eu sentia que eu tinha que fazer uma coisa por aquele pai, era véspera de Natal. [...] E aí vem a segurança toda: “Hoje não é dia de visita, porque hoje não pode ter visita”. “Mas hoje é véspera de Natal, o pai tem quase 80 anos. O que é que custa liberar o menino?” E aí é isso, assim, né? E eu estava muito afetada com essa situação. E aí eu briguei com todo mundo. Tipo assim: “Vamos, tem que fazer. Por que não? Gente, o que é que custa? O pai tá aqui, a gente... é só liberar o menino, ele fica aqui comigo”. E consegui, assim, né? E o pai recebeu o menino. A gente arrumou uma salinha. Eu servi um lanche pros dois. Deixei ali. Quando eu saí, esse pai me agradecia tanto!!! Porque ele dizia: “Eu nunca fui tratado como gente aqui. [...] você é a primeira pessoa que se importa comigo, que me dá um café”. Então, assim, pra mim aquilo foi meu presente de Natal também [...]. [...] eu acho que é isso. Quando a gente, né [...]. E você sente empatia ali pelo outro, a gente consegue mover muita coisa, assim, né? [...] Então, eu acho que isso [...] é um ato evolucionário, né? [...] muda o trabalho e muda também a nossa relação com o outro e com o mundo [...].

Um dos assuntos discutidos durante a formação foi justamente o lugar do afeto na prática profissional (Guanaes-Lorenzi & Martins, 2023). Houve o cuidado, no entanto, para que não se pautasse o debate em uma perspectiva meramente individualizante. Conforme trazem Veloso e Busarello (2018), os afetos perpassam a dinâmica política e social, produzem e engendram modos de organização coletiva, impactam o modo como os sujeitos compreendem a experiência social.

As falas dos participantes durante o minicurso trouxeram reflexões interessantes acerca dos espaços em que eles atuam, sobre como tais espaços se organizam, as normas que os regem e as relações que se estabelecem, a partir de dimensões éticas e do campo dos afetos. Nesse sentido, seus relatos refletiram, a despeito das dificuldades, sensibilidade, aliada a um compromisso ético-político com o público atendido. Ademais foi interessante observar como o próprio processo interativo e conversacional, permeado por reações que ora traduziam assombro, ora traduziam comoção, de certa forma encorajava os participantes a relatarem suas experiências ao grupo, ao mesmo tempo em que eles tinham a oportunidade de ressignificá-las. Essas narrativas, ao serem recontadas, deixavam de ser meros relatos, lembranças do cotidiano de trabalho, e passavam a ser significadas como experiências em que a presença se fez presente e em que o afeto foi capaz de potencializar mudanças.

Veloso e Busarello (2018), discutindo sobre afeto na intervenção psicossocial, propõem que sejam construídos espaços nos quais seja possível tanto afetar quanto ser afetado. Espaços em que as relações sejam fortalecidas, em que os bons encontros sejam promovidos e vivências reais e afetivas sejam construídas, na busca coletiva pelo útil comum. Para Oliveira et al. (2022), o afeto pode ser compreendido como recurso de superação de uma prática centrada na instrumentalidade técnica, que esvazia os sujeitos e seus conteúdos de vida. Desse modo compreendem que o afeto, além de fomentar os encontros, é capaz de

redimensionar as relações de cuidado, extrapolando a perspectiva relacional entre profissionais e usuários.

A incerteza do encontro e abertura ao outro (em ambos os envolvidos na relação), situando as forças sociopolíticas que operam os encontros do cuidado [...], podem ser pequenos lampejos de libertação em que o cuidado, apesar da vida, produza a própria vida (Oliveira et al., 2022, p. 1493).

Nas falas dos participantes acerca de práticas significativas desenvolvidas junto às famílias, houve destaque para os eventos realizados nas Unidades, sobretudo eventos promovidos em parceria com as escolas, contando com a participação protagônica dos professores e a colaboração de outros profissionais. Uma das participantes contou sobre o evento intitulado “*O dia de quem cuida de mim*”. De acordo com ela, nesse dia, seria dada às famílias uma devolutiva dos resultados dos adolescentes na escola, mas não foi apenas isso: as famílias foram recepcionadas com direito a tapete vermelho, sob aplausos, em demonstração de reconhecimento à sua presença na Unidade. Ao final, houve ainda um almoço coletivo e um bazar solidário. Segundo ela, mesmo depois de algum tempo, as famílias ainda comentavam satisfeitas sobre esse evento.

Outro relato partiu da professora, acerca de um evento intitulado “*Mostra cultural deboísmo*”. Ela explicou ao grupo que uma outra professora com quem trabalha se aproveitou de uma expressão comumente utilizada pelos adolescentes para justificarem a não realização de atividades propostas, que é a expressão *tô de boa*, e cunhou o nome do evento. Na mostra, que contou com a exposição de vídeos, músicas, fotografias produzidas pelos próprios adolescentes juntamente com seus professores, houve a participação especial das famílias.

[...] ela pegou esse “tô de boa” dos meninos e transformou em arte. Então, os meninos produzem um monte de material artístico durante todo o semestre e temos uma exposição lá no auditório [...]. E as famílias são convidadas para participar de

uma mostra cultural, onde tem teatro, música. [...] Dava a câmera para os meninos, eles filmam, tipo, um clipe, e a família vê o que os meninos estão fazendo. É muito interessante, porque, aí, a família, ela se desvincula da ideia da Unidade de Internação: ela vê ali, o filho, enquanto estudante.

Apesar de se tratar de um momento importante para que as famílias pudessem tomar ciência do boletim de notas, conversar com os professores acerca do desempenho do adolescente em sala de aula e sobre o processo de aprendizagem, houve a necessidade, segundo a professora, de toda uma negociação junto à equipe de segurança, para autorização do evento. A professora enfatizou que, a despeito de todo o trabalho e de todos os esforços envolvidos, foi um momento bastante oportuno para a aproximação da escola com as famílias. Vale ainda destacar em sua fala o reconhecimento do evento como oportunidade valiosa de expansão do olhar da família sobre o adolescente, capaz agora de enxergá-lo de um outro lugar e em um outro lugar. O evento promovido convidou então as famílias ao olhar que não limita o adolescente ao lugar de quem, privado de liberdade, cumpre uma medida de internação, mas que também o compreende enquanto um estudante a ocupar o lugar de aluno dentro de uma escola.

Além das reflexões sobre as contribuições da escola na ressignificação das relações entre o adolescente e sua família, o desconforto também exerceu um papel importante nos processos dialógicos do grupo durante o minicurso, na medida em que, a partir de uma das falas da professora, incitou os demais a refletirem sobre a forma como se estruturam as relações entre os diferentes profissionais que trabalham na instituição socioeducativa. A professora iniciou a fala dizendo que havia gostado da formação, porque, dentre outras coisas, havia contribuído para que ela conhecesse um pouco mais do trabalho desempenhado pelos colegas especialistas. O que realmente causou espanto, no entanto, foi sua fala acerca de colegas professores que desconhecem absolutamente o trabalho dos especialistas, o que foi

traduzido por uma das participantes como reflexo de um distanciamento entre os profissionais. Conforme disse a professora, alguns docentes, especialmente os recém-chegados à escola, entendem que a socioeducação se restrinja basicamente ao trabalho desempenhado pelos agentes que, dentre outras funções, são responsáveis pela escolta dos adolescentes até o espaço escolar. Superado o espanto inicial, após uma rica partilha sobre como as equipes de cada Unidade costumam ou não se apresentar e apresentar o espaço, ao recepcionar desde familiares de adolescentes a profissionais novatos, os participantes concluíram pela necessidade urgente de um trabalho mais próximo envolvendo especialistas socioeducativos e professores, ou seja, de um maior engajamento na articulação de ações junto à escola.

A fim de tornar essa análise mais fecunda, importa acrescentar elementos da discussão trazida por Bisinoto (2022), quando a autora trata da invisibilidade que permeia a relação entre formação docente e socioeducação. A partir das discussões propostas pela autora, infere-se que o desconhecimento dos professores acerca do trabalho desenvolvido por aqueles que atuam dentro de uma Unidade de Internação extrapola possíveis falhas de uma cultura institucional ao recepcionar profissionais novatos, e traz à tona problemas no campo da formação docente, tanto inicial, quanto continuada. Traz igualmente à tona dificuldades de operacionalização da socioeducação, de modo articulado à educação, ambas na condição de políticas públicas, a dividirem praticamente o mesmo espaço.

Durante os encontros, os participantes manifestaram tanto o desejo de que o minicurso fosse ofertado a outros servidores, de modo a contar com a participação efetiva de gestores e agentes socioeducativos, como manifestaram o interesse em que a formação contasse com um número até maior de encontros. Chegaram, inclusive, a solicitar que houvesse mais um encontro ao final da formação, demanda que, devido à agenda da pesquisadora, não pôde ser atendida. Nem sempre, no entanto, as manifestações foram de

otimismo, e as expectativas em relação ao atendimento às famílias tampouco seguiram um fluxo crescente de positividade. Houve, no processo dialógico, momentos de recuo, nos quais as falas dos participantes retomavam um tom de desânimo, sobretudo ao refletir os desafios impostos pela realidade institucional.

Importa ressaltar que, apesar ou a partir do tensionamento produzido pelo confronto inevitável entre as possibilidades de intervenção junto às famílias construídas durante o minicurso – e foram várias –, e as dificuldades enfrentadas no cotidiano – que os participantes também concluíram ser várias –, o potencial generativo da formação tornou-se evidente. Por iniciativa e agência própria, em diversos momentos, os participantes manifestaram o interesse em propor a criação de um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), para discutir e construir diretrizes sobre o atendimento familiar na socioeducação. Ao frutificar dessa maneira, a formação idealizada na condição de um “minicurso-semente” pareceu cumprir o seu papel. Sobre a proposta de criação de um GT, segue a fala de uma participante:

[...] eu tinha conversado [...] com algumas pessoas que estavam aqui, que eu acho que a gente podia organizar semana que vem uma proposta pra SUBSIS, é, talvez criar um GT pra gente discutir o trabalho com famílias. Eu acho que até como um fruto desse curso é a gente poder ver, eu não sei, algumas diretrizes para atendimento familiar, né? Porque eu acho que o curso, pelo menos em mim, reacende esse encantamento pelo trabalho com a família, que a gente sabe que no socioeducativo ele está totalmente deixado de lado, né?

Em uma análise mais profunda, é possível significar a manifestação do desejo de constituição formal de um grupo de trabalho, a fim de debater e construir diretrizes para o atendimento familiar, como materialização do sentimento de reencantamento pela ideia de

um trabalho voltado às famílias. Em diversos momentos e de diferentes maneiras durante a formação, os participantes fizeram menção a esse sentimento.

[...] Mas eu acho que o que fica mais forte é a questão desse... eu não sei, eu acho que eu até botei lá no grupo, é um encantamento, assim. Porque as vezes vamos deixando mesmo... vai morrendo... Eu acho que esse momento que você fala de um assunto que é pouco falado e que é um assunto pouco valorizado... porque eu acho que hoje a gente não ouve falar de família nas Unidades, assim, pouquíssimo, pouquíssimo! E a gente fica ali, mantendo a visita quase que a fórceps, para poder fazer uma visita domiciliar. Então eu acho que é isso, reaviva, assim, em mim, reavivou esse desejo de ainda tentar alguma coisa, de... Quem sabe aquela ideia, né... Tem tantas ideias que a gente viu, sabe? Então parece que é uma luzinha, assim, na fissura. [...] Acho que é isso, dá um quentinho no coração. E a gente falou muito de afeto, tal. Acho que isso também para nós é importante [...], trazer esses sentimentos [...]. No outro encontro eu fiquei muito emocionada. [...] acho que isso faz parte da formação. Além de uma questão teórica, eu acho que é um momento de troca, de partilha. E de reavivar em nós esse desejo de continuar lutando pelas famílias.

No contexto de uma experiência formativa, cujo público é composto por profissionais que enfrentam condições de trabalho tão adversas quanto desafiadoras, capazes de levá-los à exaustão emocional ou até mesmo de fazê-los adoecer (Maia & Moraes, 2023), é profundamente significativo ouvi-los falar de reencantamento em relação ao atendimento às famílias. Ademais faz pensar sobre a importância da oferta de mais espaços colaborativo-dialógicos como esse, nos quais os profissionais tenham suas experiências significativas validadas, sintam-se encorajados a partilhar recursos, a debater desafios e a se lançarem, de forma esperançosa, na coconstrução de novas práticas.

Considerações finais

O presente relato, a partir da reflexão sobre a experiência de implementação de uma proposta formativa sobre atendimento às famílias, pôde discutir as contribuições de tal proposta como estratégia viável de formação dos profissionais que trabalham na medida socioeducativa de internação no DF. Adotando o formato de um minicurso, a experiência formativa se apoiou nas premissas da abordagem colaborativo-dialógica para uma reflexão teórico-metodológica sobre as práticas de atendimento às famílias. Os sentidos e significados produzidos nas etapas anteriores da pesquisa de doutorado, e que compuseram um levantamento de necessidades a subsidiar o planejamento da formação, serviram como provocações a partir das quais novos sentidos e significados puderam então ser coconstruídos, implicando a todos enquanto copesquisadores nesse processo.

Enquanto os dois primeiros encontros do minicurso oportunizaram aos participantes o falar “sobre” as famílias, os dois últimos encontros constituíram verdadeiro convite ao falar “com” as famílias, por meio da proposta de coconstrução de estratégias de atendimento às famílias viáveis, intencionais e qualificadas. Nesse percurso, comprometida muito mais em apresentar perguntas do que em disponibilizar respostas, a pesquisadora buscou se assumir enquanto parceira conversacional, agente de transformação social, facilitadora de relações colaborativas em um espaço dialógico.

De modo geral, a despeito dos relatos sobre cansaço institucional, nota-se que houve engajamento dos participantes nas discussões propostas. Em um espaço dialógico, os participantes puderam não apenas ser ouvidos, como também puderam ouvir-se uns aos outros e, juntos, na condição de copesquisadores, puderam elaborar estratégias a fim de colaborativamente envolver as famílias no processo socioeducativo.

As histórias por eles partilhadas refletiram o potencial dos encontros para fomentar o desejo da construção coletiva de práticas de atendimento às famílias mais horizontalizadas,

humanizadas, focadas nas relações e não apenas nos indivíduos, além de focadas nas potencialidades e não nos déficits. Enquanto experiência formativa, acredita-se que se tenha alcançado o objetivo de sensibilizar os participantes do minicurso sobre a importância do atendimento às famílias, haja vista o interesse dos participantes em propor a constituição formal de um grupo de trabalho, no âmbito da SUBSIS, para discutir o assunto.

Reconhece-se como limitação a participação apenas de especialistas socioeducativos e de uma professora. Seria interessante em caso de oferta futura dessa experiência formativa a adequação da carga horária, na tentativa de acomodar possíveis demandas dos agentes socioeducativos – servidores que geralmente trabalham em regime de escala nas Unidades, assim como dos professores que dão aula aos adolescentes em cumprimento da medida de internação. Seria interessante igualmente expandir a oferta para além da medida socioeducativa de internação, incluindo profissionais que atuam em semiliberdade e em medidas socioeducativas em meio aberto, haja vista o interesse manifestado por alguns deles, quando da abertura de inscrições para este minicurso. Outra limitação que merece atenção refere-se à duração do minicurso, que poderia ter contado com um número maior de encontros, proporcionando assim momentos de intervisão entre os participantes, a partir da implementação junto às famílias das atividades planejadas durante a formação.

Espera-se que o presente relato de experiência inspire outros pesquisadores a se debruçarem sobre a temática do atendimento às famílias na medida de internação, assim como sobre a temática da formação em socioeducação. Como investigação de caráter transformativo, espera-se que esta pesquisa não apenas reduza parte da lacuna existente na literatura, mas que efetivamente contribua para o rompimento do ciclo de invisibilização que acomete tanto as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação quanto os profissionais que as acompanham.

Referências

- Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: Um enfoque pós-moderno da terapia*. Roca.
- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: O coração e a alma da prática colaborativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 21-34). CRV.
- Barreto, A. V. B., & Pelbart, P. P. (2023). Educação para a potência ou a arte dos bons encontros: Três ou quatro ideias sobre Espinosa e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 1-22.
- Bastos, C., Bruning, C., & Walger, C. S. (2022). *Condições de trabalho e saúde de trabalhadores da socioeducação: Uma revisão sistemática da literatura* [Apresentação]. 46º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Maringá, Brasil.
<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/7fd29ee0cb4b910d96d0ef86f16c8854.pdf>
- Bisinoto, C. (2022). Formação docente e socioeducação: Uma relação invisibilizada. *Em Aberto*, 35(115), 125-142. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>
- Brasil, K. T., Almeida, S. F. C., Costa, J. E. M., & Ganem, V. (2020). Dispositivos de escuta de adolescentes privados de liberdade e de agentes socioeducativos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, 1-8. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe9>
- Brasil. (2012). *Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012*. Conselho Nacional de Saúde.
https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Brasil. (2013). *Plano nacional de atendimento socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/421>

Brasil. (2014). *Parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

<http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/destaques/Para%cc%82metros%20ENS%2025%20marc%cc%a7o-Final.pdf>

Brasil. (2016). *Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016*. Conselho Nacional de Saúde.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Braun, V., & Clarke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA?

Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling Psychotherapy Research*, 21(1), 37-47.

<https://doi.org/10.1002/capr.12360>

Braun, V., & Clarke, V. (2021). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA?

Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling Psychotherapy Research*, 21(1), 37-47.

<https://doi.org/10.1002/capr.12360>

Costa, R. P., Fernandes, M. N., Santos, A. J., & Vinuto, J. (2024a). A formação e o trabalho de agentes socioeducativos no Amazonas. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, 8(20), 22-40.

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/3053>

Costa, R. P., Ziliotto, F. P. de O., & Fernandes, M. N. (2024b). A Escola Nacional de Socioeducação: As contribuições para a formação dos servidores do estado do Paraná.

Emancipação, 24, 1-13. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.2421465.003>

Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 19(1), 223-237.

<https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>

Distrito Federal. (2013). *Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do*

Distrito Federal – Internação. Secretaria da Criança.

Distrito Federal. (2016). *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo*. PDASE.

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/documents/20117/24917813/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>

Distrito Federal. (2022). *Decreto nº. 43.483, de 27 de junho de 2022*. Dispõe sobre a criação da Escola Distrital de Socioeducação, no âmbito da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal.

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c9f5a0aa0f4946fbb6818080e395074c/Decreto_43483_27_06_2022.html

Francisco, J. C., Fonseca, D. C., & Lopes, R. E. (2022). Formação continuada e o fazer socioeducativo no campo da Justiça Juvenil. *Revista Educação Online*, 39, 196-220.

<https://doi.org/10.36556/eol.v17i39.1077>

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo* (Trad. Gabriel Fairman). Instituto Noos.

Gonzaga, D. S. K., & Guanaes-Lorenzi, C. (2021). Elucidando processos investigativos em formatos de pesquisa-ação colaborativa. In D. Mello, V. Bengenzen, & L. Kind (Orgs.), *Percursos metodológicos inventivos: Desafios e potência na escrita acadêmica* (pp. 169-189). Pimenta Cultural.

Guanaes-Lorenzi, C. (2015). From working with groups to working as a group: Reflection of group practice in the Family Health Strategy. In E. F. Rasera (Ed.), *Social perspectives on group work* (pp. 41-50). Taos Institute Publications.

Guanaes-Lorenzi, C., & Martins, P. (2023). *A comunicação dialógica na prática das reuniões familiares em saúde mental*. Pedro & João Editores.

Maheirie, K. (2018). Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão

- social. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello (Orgs.), *Afeto comum & reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 11-15). Alexa Cultural.
- Maia, I. M., & Morais, N. A. (2023). Engajamento com o trabalho e exaustão emocional de profissionais da socioeducação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *43*, 1-15.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003247960>
- Martins, H. P., Meireles, M. W. C., & Fernandes, L. E. M. (2025). Formação continuada de servidores e satisfação no trabalho socioeducativo. *Cadernos Cajuína*, *10*(1), 1-21.
<https://doi.org/10.52641/cadcajv10i1.810>
- McNamee, S. (2017). Pesquisa como construção social: Investigação transformativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 459-481). CRV.
- McNamee, S. (2018). Profissionais como pessoas: Encontros dialógicos para transformação. In M. A. Grandesso (Org.), *Colaboração e diálogo: Aportes teóricos e possibilidades práticas* (pp. 75-95). CRV.
- Oliveira, P. R. S., Calais, L. B., Souza, D. L. A., Silva, M. H., & Pinto, N. S. (2022). Vínculo, afeto, trabalho em saúde: Aproximações ético-políticas sobre o cuidado. *Psicologia Argumento*, *40*(108), 1472-496.
- Rasera, E., Guanaes-Lorenzi, C., & Webster, C. C. (2016). Pesquisa como prática social: O pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. *Athenea Digital*, *16*(2), 325-347.
- Silva, I. M., & Lordello, S. R. (2021). A supervisão clínica a partir de uma perspectiva sistêmica e construcionista social: Uma revisão narrativa da literatura. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casa e família: Clínica, conflitos e afetos* (pp. 59-78). PUC-Rio.
- Spink, J. M., & Menegon, V. M. (2013). A pesquisa como prática discursiva: Superando os horrores metodológicos. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de*

sentidos no cotidiano (pp. 42-70). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Veloso, A. M., & Busarello, F. R. (2018). Sussurros afetivos: Ética e afeto na práxis psicossocial. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello (Orgs.), *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 81-100). Alexa Cultural.

Vinuto, J., Vargas, J. D., & Gonçalves, H. S. (2021). “Falta de fechamento”: Conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. *Revista Sociedade e Estado*, 36(3), 1037-1058.

Walger, C. S., Wotekoski, C. G., Brüning, C., & Ragnini, E. C., S. (2024). Psicologia crítica do trabalho na socioeducação: Atuações possíveis em contexto de privação de liberdade. *Estudos & Pesquisa em Psicologia*, 24, e83858.

<https://10.12957/epp.2024.83858>

Considerações finais da tese

Esta tese teve como objetivo geral desenvolver uma proposta de formação teórico-prática, de caráter piloto, pautada em pressupostos da abordagem colaborativo-dialógica, voltada a profissionais que realizam o atendimento às famílias dos adolescentes, no contexto da medida socioeducativa de internação do DF.

Redigida em formato de manuscritos, em contraste com o modelo tradicional estruturado em capítulos, para além de uma escolha metodológica, reflete um posicionamento epistemológico alinhado à perspectiva colaborativo-dialógica que orienta a pesquisa. Longe de representar um raciocínio fragmentado e dados desconexos entre si, esse formato evidencia um percurso em construção, em que cada estudo alimenta o seguinte e amplia a compreensão do fenômeno investigado. Trata-se de um processo que se desenvolve de modo iterativo, de tal forma que os sentidos e significados construídos em cada etapa dialogam entre si e com os contextos nos quais a pesquisa se inscreve, oportunizando um movimento contínuo de refinamento conceitual e metodológico. Desse modo, esta tese se configura como um processo vivo e vivificado, construída, transformada e redigida a partir dos encontros produzidos ao longo da investigação, expressando no próprio formato coerência teórico-metodológica e uma postura ética comprometida em fazer circular os conhecimentos produzidos, por meio de uma experiência formativa voltada ao próprio campo de atuação.

Se as duas primeiras etapas da tese foram dedicadas, em linhas gerais, a “falar sobre” as famílias, por meio de uma revisão sistemática de literatura e um grupo focal com operadores da política, a terceira etapa da pesquisa se constituiu como o momento privilegiado para que se pudesse “falar com” as famílias. Foram realizadas então entrevistas com familiares de adolescentes de diferentes Unidades para que se pudesse ampliar a compreensão sobre o atendimento familiar, a partir de seus discursos.

O minicurso, como experiência formativa, implementado na quarta e última etapa,

nasceu como desdobramento das três etapas iniciais e, de certa forma, pode ser compreendido como “o coração” desta tese. Durante o minicurso foi possível percorrer os caminhos iniciais de construção da tese junto dos participantes da formação, de modo que a partilha dos dados sistematizados até então foram o ponto de partida para novas discussões e coconstruções sobre o atendimento às famílias.

Considerando a lacuna existente na literatura em relação à temática do atendimento às famílias no contexto socioeducativo e em relação à formação dos operadores da política, assim como a importância da valorização do profissional e da qualificação das práticas, infere-se tanto a relevância acadêmica quanto social desta pesquisa para as discussões no campo da socioeducação. Compreende-se, portanto, que esta tese possa oferecer importantes contribuições teóricas e práticas, ao trazer visibilidade para os temas em questão.

Dentre as contribuições teóricas, é possível iniciar citando a própria adoção da abordagem colaborativo-dialógica como referencial, expandindo sua aplicabilidade e relevância para a produção de conhecimento em socioeducação. Dada a versatilidade da abordagem escolhida e de seu potencial transformador dos processos interativos ao propor a construção de relações horizontalizadas, ela pôde tanto nortear a postura a ser assumida pela pesquisadora, quanto embasar discussões sobre a postura do profissional, operador da política socioeducativa, em relação às famílias que ele atende – em ambos os casos, uma postura de parceria conversacional.

Ainda como contribuição teórica, é possível destacar a proposta de uma mudança paradigmática em relação às famílias e à temática do atendimento às famílias, no contexto socioeducativo. Se a literatura, por um lado, sinaliza que comumente as famílias dos adolescentes são culpabilizadas pela situação ou, por outro, permite inferir um processo de invisibilização dessas famílias, vez que as produções acadêmicas mal fazem menção ao atendimento que lhes é dedicado, uma das contribuições desta tese é justamente a de

inaugurar o debate sobre o tema do atendimento familiar nas medidas socioeducativas. E mais: um debate que já nasce alicerçado na busca pela compreensão dessas famílias a partir de seus potenciais e não de seus déficits.

Ademais introduz-se nesta tese a ideia do atendimento familiar como prática social, compreendendo que discursos sobre as famílias, vez que impactam a construção da realidade, podem contribuir tanto para restringir quanto para expandir as possibilidades de ação junto a elas. Discursos que retratem as famílias como problemáticas, difíceis, desestruturadas e permissivas, para além de refletirem concepções simplistas e deterministas acerca de um fenômeno tão complexo e multifatorial, podem contribuir para a desesperança do profissional, desencorajando-o a buscar estratégias alternativas, esvaziando a prática socioeducativa de sentido. Daí a importância da formação dos profissionais com vistas à construção de relações colaborativo-dialógicas junto dessas famílias.

Quanto às contribuições práticas, esta tese traz elementos capazes de orientar discussões e pautar mudanças importantes na execução da política socioeducativa, no que se refere às estratégias de atendimento às famílias e à formação dos profissionais. Ao problematizar questões sensíveis como a introdução de recursos digitais para contato com as famílias no período pandêmico e a consequente diminuição das atividades presenciais, esta pesquisa realoca o atendimento às famílias em lugar de importância, recupera o papel dos encontros face a face no fortalecimento dos vínculos e resgata a importância da formação continuada dos operadores da política, conforme preconizam os dispositivos jurídicos.

Outra contribuição da pesquisa, com impacto direto na prática, é a defesa de espaços colaborativo-dialógicos na formação dos profissionais, sobretudo para a construção de estratégias viáveis de atendimento familiar no âmbito da medida de internação. As trocas de experiências ocorridas durante o minicurso, assim como os momentos de partilhas de histórias vivenciadas ao longo da trajetória profissional oportunizaram aos participantes da

formação aquilo que Anderson (2009) nomeia de conversações transformadoras. A despeito das limitações impostas pelo curto tempo de duração da formação e pela ausência de outros profissionais, como os agentes socioeducativos, a opção pela adoção de um espaço formativo dialógico possibilitou o deslocamento do paradigma tradicional de capacitação baseada no domínio de técnicas, para um modelo sustentado na horizontalidade e na coconstrução de conhecimento.

Também é possível mencionar como contribuições desta tese a defesa da promoção junto às famílias daquilo a que Espinosa chamaria de bons encontros; a proposta do cuidado com afeto como ato revolucionário no contexto socioeducativo; o destaque conferido a atitudes simples, como proximidade, elogio e cumprimento, na promoção de acolhimento e de conexão humana. Tais aspectos permitem tensionar a lógica punitivista, problematizar a centralidade dos procedimentos de segurança, alinhar concepções em busca de práticas humanizadoras e desatar nós para que se possam fortalecer novos laços.

Compreende-se que a proposta formativa desenvolvida nesta tese possa, com os devidos ajustes, ser utilizada em outros contextos para além do contexto de privação de liberdade. Durante o período de inscrições para o minicurso, houve manifestação de interesse por parte de servidores que atuam nas medidas socioeducativas em meio aberto. Pretende-se avaliar junto à EDS a possibilidade futura de articulação para ampliação da oferta a servidores das outras medidas, além da internação. Do mesmo modo, pretende-se uma articulação junto à EAPE para adaptação e oferta da formação a professores.

Na condição de pesquisadora diretamente implicada tanto com a educação quanto com a socioeducação – como professora da rede pública de ensino e pedagoga do sistema socioeducativo do DF – reconheço que esta pesquisa transformou significativamente meu modo de compreender as famílias, as práticas de atendimento e os processos formativos. Esse percurso foi atravessado por um exercício constante de reflexividade, em que eu pude

mobilizar, reconhecer, interrogar e integrar criticamente meus posicionamentos. Posso afirmar que, no próprio processo de produzir conhecimento, de modo iterativo, a pesquisa e eu nos transformamos uma à outra. A natureza qualitativa desta investigação não só acolheu como potencializou esse processo, ao permitir que nuances, complexidades e experiências singulares e situadas fossem acessadas com profundidade. Hoje me vejo muito mais sensível a toda a complexidade que envolve as famílias e muito mais alerta ao potencial dos afetos que me movem. Para muito além de conhecimento técnico, compreendo agora, com mais nitidez, a importância, a beleza e a força de espaços colaborativos e dialógicos em que gente se une a gente para batalhar em prol de necessidades que gente tem.

Longe de esgotar o assunto, esta tese de certa forma pavimenta o caminho para estudos futuros, para os quais sugere-se a ampliação do debate a partir da inclusão de gestores, agentes socioeducativos e de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Sugerem-se igualmente investigações em outras regiões do Brasil e em outros contextos socioeducativos, para além da medida de internação, fortalecendo a socioeducação enquanto campo do conhecimento.

Esta pesquisa contribui para reconfigurar a compreensão do atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação, recolocando-o em um lugar de importância, ao mesmo tempo em que apresenta caminhos possíveis para a construção de práticas formativas no contexto socioeducativo, pautadas no diálogo e na colaboração.

Referências

Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: Um enfoque pós-moderno da terapia*. Roca.

Anexo A - Aceite institucional

A Sra. PAULA RIBEIRO E OLIVEIRA, Diretora responsável pela Escola Distrital de Socioeducação, da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, está de acordo com a realização da pesquisa **Medida Socioeducativa de Internação no Distrito Federal: Desafios e Potencialidades do Atendimento Familiar**, de responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, doutoranda no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura — PPGPsiCC da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da Profª Drª Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. O estudo envolve visitação a três Unidades de Internação (UNISS, UISS, UNIRE), realização de 02 (dois) grupos focais com profissionais e 01 (um) grupo focal com familiares de adolescentes que cumprem medida de internação em Unidades de Internação do Distrito Federal, além de uma proposta formativa de caráter piloto voltada a profissionais que atuam em Unidades de Internação. A pesquisa terá a duração aproximada de 09 (nove) meses, com previsão de início em Dezembro/2023 e término em Setembro/2024.

Eu, Paula Ribeiro e Oliveira, Diretora responsável pela Escola Distrital de Socioeducação, da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal — Subsis, estou ciente da liberação da pesquisadora para coleta de dados junto aos servidores e familiares de adolescentes, somente mediante a apresentação do **PARECER de APROVADO** pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, conforme preveem as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/2016.

Brasília, 12 de junho de 2023.


Paula Ribeiro e Oliveira
Diretora da Escola Distrital de Socioeducação
Secretaria de Justiça e Cidadania do DF
Matrícula: 240460-5

Anexo B - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Medida socioeducativa de internação no Distrito Federal: desafios e potencialidades do atendimento familiar

Pesquisador: LUCIANA MARIA DAMASCENO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 72118123.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.288.354

Apresentação do Projeto:

Desenho do Projeto de Pesquisa de Tese de Doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia - UnB.

Trata-se de um estudo exploratório, com uma abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorrerá por meio de análise documental, observação-participante em 03 (três) Unidades de Internação do Distrito Federal com registros feitos em um diário de bordo, realização de 02 (dois) grupos focais com a participação voluntária de 06 (seis) a 08 (oito) profissionais que executam a medida socioeducativa de internação, 01 (um) grupo focal com a participação de 06 (seis) a 08 (oito) familiares de adolescentes em cumprimento de medida de internação, indicados pela equipe de profissionais, e 05 (cinco) encontros com aproximadamente 10 (dez) profissionais atuantes na medida de internação para desenvolvimento de uma proposta formativa de caráter piloto. O objetivo geral é investigar as contribuições da abordagem colaborativo-dialógica para a qualificação do atendimento às famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Para análise dos dados coletados, será utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 6.288.354

Hipótese:

Acredita-se que o atendimento às famílias de adolescentes no contexto da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal não ocorra de maneira previamente planejada e sistemática, assim como se acredita na possibilidade de contribuir para sua problematização e qualificação, por meio da oferta de formação teórico-prática aos profissionais executores da medida

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as contribuições da abordagem colaborativo-dialógica (Anderson, 2009) para a qualificação do atendimento às famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal.

Objetivo Secundário:

- (a) Investigar na literatura científica brasileira mais recente as práticas de atendimento às famílias de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação.
- (b) Investigar as práticas de atendimento familiar no contexto de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Distrito Federal.
- (c) Identificar desafios e potencialidades do atendimento ofertado às famílias por meio das percepções tanto de profissionais que atuam na medida de internação no DF quanto de familiares de adolescentes privados de liberdade.
- (d) Desenvolver uma proposta de formação teórico-prática, de caráter piloto, pautada em pressupostos da abordagem colaborativo-dialógica, voltada a profissionais que atendam familiares de adolescentes privados de liberdade no Distrito Federal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Texto informado pela pesquisadora;

Riscos:

Acredita-se que o presente estudo ofereça risco mínimo às pessoas envolvidas.

Benefícios:

Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para a produção acadêmica sobre os desafios e as potencialidades do atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação, além de problematizar tais práticas de atendimento, convocando todos os atores envolvidos a uma

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 6.288.354

reflexão conjunta sobre estratégias capazes de envolver estas famílias no processo socioeducativo, sem que elas se sintam culpabilizadas pelas adversidades enfrentadas (Medeiros & Paiva, 2015)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa apresentada de forma clara e atende aos critérios éticos.

Serão 03 (três) Unidades de Internação do Distrito Federal

- 02 (dois) grupos focais com a participação voluntária de 06 (seis) a 08 (oito) profissionais que executam a medida socioeducativa de internação;
- 01 (um) grupo focal com a participação de 06 (seis) a 08 (oito) familiares de adolescentes em cumprimento de medida de internação;
- 05 (cinco) encontros com aproximadamente 10 (dez) profissionais atuantes na medida de internação;

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- TCLE adequado;
- Aceite Institucional;
- Instrumento de coleta de dados;
- Cronograma adequado;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência ou inadequação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1945586.pdf	21/07/2023 09:02:50		Aceito
Outros	Lattes_Damasceno.pdf	21/07/2023 09:00:25	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumento_formulario_pos_intervencoes_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:59:38	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumentoroteiro_grupo_focal_familiares_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:58:40	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumentoroteiro_grupo_focal_2_profissionais_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:57:40	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumentoroteiro_grupo_focal_1_p	21/07/2023	LUCIANA MARIA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 6.288.354

Outros	rofissionais_Damasceno.pdf	08:56:47	DAMASCENO	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_para_utilizacao_de_som_de_voz_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:52:19	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:50:06	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Carta_de_revisao_etica_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:49:33	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Aceite_institucional_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:48:26	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:47:02	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:46:33	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Damasceno.pdf	21/07/2023 08:45:46	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Damasceno.pdf	07/07/2023 16:00:25	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 08 de Setembro de 2023

**Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Anexo C - Roteiro para realização do encontro de grupo focal com os profissionais

1. Como se dá a participação das famílias dos adolescentes no processo socioeducativo?
De que maneiras as famílias são inseridas nesse processo?
2. Como vocês descrevem o atendimento familiar no contexto da medida de internação?
3. Em relação ao atendimento familiar, quais estratégias vocês costumam utilizar?
(Podem ser igualmente mencionados atividades, metodologias, recursos).
4. Quais são as demandas que as famílias costumam apresentar durante esses atendimentos?
5. Quais os desafios enfrentados em relação ao atendimento familiar no contexto da medida de internação?
6. Quais as potencialidades do atendimento familiar são vislumbradas no contexto da medida de internação?
7. Vocês consideram que tenha havido algum impacto da pandemia nos atendimentos familiares? Se sim, quais?
8. O que uma proposta de formação voltada aos profissionais que trabalham com famílias, em Unidades de Internação no DF, poderia contemplar?
9. O que facilitaria e o que dificultaria a adesão dos profissionais a uma proposta formativa?
10. De que maneira uma proposta de formação poderia contribuir para sua atuação profissional junto às famílias dos adolescentes?
11. Gostariam de fazer mais alguma colocação?

Anexo D - Roteiro para realização da entrevista com os familiares

1. Você conhece os profissionais que acompanham seu filho aqui na Unidade? Como costuma ser esse contato? Como vocês costumam se falar e de quanto em quanto tempo isso acontece?
2. Você chegou a receber algum tipo de visita em casa dos profissionais que acompanham seu filho aqui na Unidade?
3. Você já precisou de algum auxílio da equipe de profissionais? De algum tipo de encaminhamento? Como foi?
4. O que você percebe como positivo ou negativo nesses contatos? Como você percebe a relação com os profissionais? Acredita que teria algo a melhorar? Teria alguma crítica ou algum elogio a fazer?
5. Você costuma participar de algum tipo de atendimento, de atividade ou de algum tipo de encontro aqui na Unidade? Como costumam ser essas atividades ou esses encontros?
6. Você enfrenta algum tipo de dificuldade pra se manter próximo de seu filho, enquanto ele está aqui cumprindo a medida?
7. Como você imagina que será a rotina, a retomada da vida, quando seu filho concluir a medida e for liberado? Quais são as expectativas ou os receios, enfim? O que você sente e pensa quando o assunto é o término da medida, seguida da liberação?
8. De que maneira você acredita que os profissionais possam ajudá-lo, tanto agora, quanto após a liberação?

Anexo E - Roteiro para formulário pós-intervenção a ser preenchido pelos profissionais



UnB Universidade de Brasília

Escola Distrital de Socioeducação

Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

GDF Secretaria de Justiça e Cidadania

Questionário pós-intervenção

Como participante do minicurso: **“Entre muros e afetos: diálogos e construções possíveis sobre o atendimento familiar”**, você está convidado a responder o presente questionário, que tem como objetivo possibilitar a avaliação de sua experiência formativa.

Vale lembrar que a oferta do minicurso é parte integrante da pesquisa de doutorado intitulada **“Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento familiar: uma construção possível no cenário distrital”**, sob responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a Dr^a Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

É assegurado sigilo aos participantes. Portanto, fique tranquilo(a) quanto às respostas emitidas. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderá fazer contato por meio do telefone (61) 99535-6633 ou pelo *email* psicologia.lucianamaria@gmail.com.

Observação: Este formulário leva apenas 4 minutos para ser preenchido.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade *

- De 18 a 20 anos.
- De 21 a 30 anos.
- De 31 a 40 anos.
- De 41 a 50 anos.
- De 51 a 60 anos.
- Acima de 60 anos.

1.2 Sexo do respondente *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

1.3 Cargo ocupado *

- Agente socioeducativo
- Especialista Socioeducativo
- Professor(a)

1.4 Área de formação *

Sua resposta

1.5 Atualmente está atuando na gestão? *

- Sim.
- Não.

1.6 Tempo de atuação no sistema socioeducativo *

- Até 05 anos.
- De 06 a 10 anos.
- De 11 a 15 anos.
- De 16 a 20 anos.
- Acima de 20 anos.

1.7 Unidade de Internação em que trabalha *

- Unidade de Atendimento Inicial
- Unidade de Internação de Planaltina
- Unidade de Internação do Recanto Das Emas
- Unidade de Internação de São Sebastião
- Unidade de Internação de Saída Sistemática
- Unidade de Internação de Brazlândia
- Unidade de Internação de Santa Maria
- Unidade de Internação Feminina do Gama

2. AVALIAÇÃO DO MINICURSO

Como você avalia as características da formação? (Considere: 1= Péssimo e 5= Excelente.)

2.1 O conhecimento da facilitadora... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.2 A atuação da facilitadora... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.3 O tempo do minicurso... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.4 O horário em que ocorreu a formação... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.5 A atividade de intervisão: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.6 As questões reflexivas... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.7 As discussões com o grupo... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.8 A carga horária destinada à elaboração de atividades práticas... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.9 O material de apoio (textos, slides, músicas etc)... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.10 A proposta pedagógica do minicurso... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.11 A autorização da sua chefia para participar da formação... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.12 O local em que o minicurso ocorreu... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO MINICURSO

Utilize a escala de 1 a 5 para indicar o quanto o minicurso contribuiu para aprimorar sua atuação profissional nos itens abaixo, sendo:

1 = Nenhuma contribuição e 5 = Contribuição muito significativa.

3.1 Sensibilização sobre a importância do atendimento familiar... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.2 Reflexão sobre práticas mais acolhedoras... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.3 Abordagens teóricas apresentadas... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.4 Trabalho com grupos... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.5 O quanto você se sente preparado para incrementar as práticas de atendimento às famílias após o minicurso... *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. ALCANCE DO MINICURSO

4.1 Você pretende realizar grupos com famílias ainda esse ano? *

- Sim
- Não
- Talvez

Justifique sua resposta: *

Sua resposta

4.2 Assinale os elementos que você considera desafiadores em relação à implementação de grupos com famílias na unidade: *

- Tempo para preparar o encontro com o grupo
- Tempo para realizar o grupo
- Apoio operacional para realizar o grupo
- Estrutura institucional (espaço físico, recursos materiais etc)
- Possibilidade de apoio da UnB
- Habilidades pessoais para condução de grupo

4.3 O quanto você acredita que o minicurso tenha contribuído para a construção * de respostas tendo em vista a qualificação do atendimento familiar:

Considere:

1 = Nenhuma contribuição e 5 = Contribuição muito significativa.

- 1 2 3 4 5
-

4.4 O quanto você se sentiu coconstrutor de estratégias de intervenção junto às famílias durante a formação? *

Considere a escala:

1 – Não me senti parte do processo de construção

2 – Pouco envolvido na construção

3 – Moderadamente envolvido

4 – Muito envolvido

5 – Totalmente envolvido e corresponsável pela construção

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.5 Como você se sentiu ao participar desta formação? *

Sua resposta

4.6 Você indicaria o minicurso a outras pessoas? *

- Sim
- Não
- Talvez

4.7 Sugestões, comentários ou críticas: *

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

Anexo F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento familiar: Uma construção possível no cenário distrital*, de responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB), realizada sob orientação da Prof^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

O objetivo desta pesquisa é investigar as práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionário e gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da realização de um grupo focal. É para esse procedimento que você está convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa problematizar as práticas de atendimento às famílias de adolescentes privados de liberdade, convocando todos os atores envolvidos a uma reflexão conjunta sobre estratégias capazes de envolver estas famílias no processo socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Caso tenha qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99535-6633 ou pelo e-mail psicologia.lucianamaria@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da realização de uma roda de conversa, bem como pelo envio de relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da UnB. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____.

Anexo G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento familiar: Uma construção possível no cenário distrital*, de responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB), realizada sob orientação da Prof^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

O objetivo desta pesquisa é investigar as práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevista e gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da realização de uma entrevista semiestruturada. É para esse procedimento que você está convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa problematizar as práticas de atendimento às famílias de adolescentes privados de liberdade, convocando todos os atores envolvidos a uma reflexão conjunta sobre estratégias capazes de envolver estas famílias no processo socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Caso tenha qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99535-6633 ou pelo e-mail psicologia.lucianamaria@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da realização de uma roda de conversa, bem como pelo envio de relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da UnB. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____.

Anexo H - Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para Fins de Pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização de meu som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) na pesquisa intitulada *Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento familiar: Uma construção possível no cenário distrital*, sob responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB).

Meu som de voz pode ser utilizado apenas para fins de transcrição e análise dos dados.

Tenho ciência de que não haverá divulgação de meu som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas à pesquisa explicitada acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação aos sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de meu som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____.

Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Medida socioeducativa de internação e qualificação do atendimento familiar: Uma construção possível no cenário distrital*, de responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB), realizada sob orientação da Prof^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

O objetivo desta pesquisa é investigar as práticas de atendimento familiar no contexto da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionário e gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da realização de uma intervenção-piloto, com 04 encontros presenciais. Ao final será realizado um grupo focal avaliativo. É para essa intervenção-piloto que você está convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa problematizar as práticas de atendimento às famílias de adolescentes privados de liberdade, convocando todos os atores envolvidos a uma reflexão conjunta sobre estratégias capazes de envolver estas famílias no processo socioeducativo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Caso tenha qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99535-6633 ou pelo e-mail psicologia.lucianamaria@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da realização de uma roda de conversa, bem como pelo envio de relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da UnB. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Anexo J - Minicurso



Ementa do minicurso: Entre muros e afetos – Diálogos e construções possíveis sobre o atendimento familiar

Resumo

Esta proposta de formação, em formato de minicurso, destina-se a profissionais que atuam em Unidades de Internação do DF e que estabelecem interlocuções com familiares de adolescentes. Integra a quarta etapa da pesquisa de doutorado realizada por Luciana Maria Damasceno, sob orientação da Prof^ª Dra. Silvia Renata Lordello, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB).

Justificativa

No âmbito das medidas socioeducativas, os dispositivos jurídicos preveem, para além da corresponsabilidade entre família, Estado e sociedade em geral, a participação familiar no processo socioeducativo e o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos (Brasil, 2012; CONANDA, 2006). A literatura, no entanto, aponta um descompasso entre o que preveem as normativas e o que ocorre na prática (Medeiros & Paiva, 2015), o que pode ser observado por meio de propostas metodológicas de atenção às famílias ainda incipientes (Zamora & Pereira, 2019), acrescidas de um processo de invisibilização e de culpabilização das famílias (Brondani & Arpini, 2019; Paiva et al., 2024).

A presente proposta formativa pretende contribuir para uma maior aproximação entre o que prevê a legislação brasileira e as práticas de atendimento às famílias no contexto socioeducativo de internação, promovendo, por meio de um espaço dialógico e de relações colaborativas, a ressignificação dessas práticas e a qualificação do atendimento.

Esta proposta de formação foi elaborada a partir de um levantamento de necessidades construído em três etapas, a saber: (a) Revisão de literatura acerca de famílias e contexto de medida de internação no cenário nacional, (b) Realização de um grupo focal com servidores que executam a medida de internação no DF e (c) Realização de entrevistas com familiares de adolescentes de três Unidades de Internação.

Considerando algumas das propostas de melhoria do atendimento contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Medidas Socioeducativas do DF – Internação, como a criação de espaços de convívio familiar nas Unidades, capacitação dos profissionais e uniformização de procedimentos (Distrito Federal, 2013), o presente minicurso foi elaborado com o propósito de auxiliar nesse processo, sensibilizando profissionais e qualificando o atendimento.

Objetivo geral

- Sensibilizar gestores, operadores da política socioeducativa e professores que atuam nas Unidades de Internação do DF quanto à importância do atendimento às famílias, tendo em vista a qualificação das práticas, a construção de uma relação de parceria com os familiares dos adolescentes e o fortalecimento dos vínculos de toda a comunidade socioeducativa.

Objetivos específicos

- Conhecer as principais fragilidades e potencialidades do atendimento familiar no cenário socioeducativo nacional, relacionando-as ao contexto do DF.

- Refletir sobre as práticas de atendimento às famílias, no contexto da medida de internação do DF, a partir de relatos de operadores da política e de familiares de adolescentes participantes da pesquisa.
- Compreender os preceitos básicos da abordagem colaborativo-dialógica e refletir sobre suas possíveis contribuições para o atendimento familiar no contexto socioeducativo de adolescentes privados de liberdade.
- Planejar estratégias de atendimento às famílias, reconhecendo o grupo como potente recurso de intervenção junto a esse público, buscando reaproximação, ampliação do contato presencial e maior inserção das famílias na rotina das Unidades por meio de atividades programáticas, a partir do cenário institucional de cada uma delas.

Fundamentação teórica

Esta proposta de formação se fundamenta não apenas nas publicações acadêmicas mais recentes acerca da temática específica de famílias no contexto da medida socioeducativa de internação, como também se fundamenta nas premissas da abordagem colaborativo-dialógica (Anderson, 2017), apostando em suas contribuições para a qualificação do atendimento familiar no âmbito socioeducativo. Em uma breve análise multinível, a pesquisadora se assume então como parceira conversacional, agente de transformação social, facilitadora de relações colaborativas em espaços dialógicos; as famílias dos adolescentes passam a ser compreendidas como profundas conhecedoras da própria realidade em que vivem e os profissionais operadores da medida socioeducativa são compreendidos como protagonistas e copesquisadores no processo de formação, posto que conhecedores de suas práticas no cenário institucional, com seus desafios e potencialidades.

Metodologia

A formação se destina tanto a servidores que atuam diretamente na política socioeducativa em meio fechado, como agentes e especialistas socioeducativos, quanto a

professores que trabalham nas escolas situadas nas Unidades de Internação do DF. Baseada na abordagem colaborativo-dialógica, os procedimentos adotados incluem aulas expositivas dialogadas, técnicas de grupo (dinâmicas) e recursos diversos, tais como músicas, trechos de vídeos e estudos de caso, com foco na construção coletiva do conhecimento. Trata-se de uma metodologia baseada em discussões, trocas de experiências, estudos de caso, reflexões, elaboração conjunta de uma lista sugestiva de práticas de atendimento às famílias e intervenção. De forma metalinguística, os participantes do minicurso serão convidados a percorrerem os caminhos de elaboração da tese junto à pesquisadora, posto que com eles serão compartilhados os dados de pesquisa construídos até aqui. No entanto, o propósito essencial do minicurso não se encerra nessa ideia. Enquanto os dois primeiros encontros da formação pretendem oportunizar aos participantes o falar “sobre” as famílias, os dois últimos encontros constituem verdadeiro convite ao falar “com” as famílias, por meio da coconstrução de estratégias de atendimento às famílias mais qualificadas. O minicurso terá duração de 1 mês, com 4 encontros presenciais e periodicidade semanal. A carga horária de 32 horas será composta por 4 horas destinadas a cada encontro presencial acrescidas de 4 horas semanais dedicadas às leituras e ao planejamento das atividades e projetos a serem posteriormente desenvolvidos com as famílias. Ao final do minicurso, os participantes irão preencher um formulário de avaliação *online*.

Roteiro das atividades

1º Encontro: Discussões necessárias sobre atendimento familiar no cenário socioeducativo nacional

1. Objetivos: (a) Discutir o que as produções acadêmicas mais recentes trazem sobre as famílias e o atendimento familiar no cenário socioeducativo nacional, traçando aproximações iniciais com o contexto socioeducativo do DF; (b) iniciar a sensibilização dos participantes sobre a importância do atendimento às famílias.

2. Conteúdos (temas) a serem abordados:
 - a. Invisibilidade das famílias perante o Estado: Antes, durante e após a medida
 - b. Culpabilização das famílias
 - c. Famílias como eixo estruturante de projetos futuros
 - d. Expectativas das famílias em relação à medida de internação
 - e. Desafios e potencialidades do atendimento familiar na medida de internação
3. Metas:
 - a. Alinhar as expectativas dos participantes aos objetivos da intervenção.
 - b. Pactuar as regras básicas para o bom andamento do curso.
 - c. Ampliar a compreensão sobre as famílias no contexto socioeducativo brasileiro a partir da revisão sistemática da literatura, sobretudo os processos de invisibilização e de culpabilização.
 - d. Relacionar aspectos do atendimento às famílias no cenário nacional ao contexto socioeducativo do DF.
4. Procedimentos
 - 4.1 Apresentação e Aquecimento
 - a. Dinâmica 1: Medos e esperanças
 - b. Atividade 2: Apresentar a proposta do minicurso, situando-o no contexto da pesquisa de doutorado. Convidá-los a adotar um pequeno “diário de bordo”, no qual possam registrar suas impressões, ao longo de cada encontro, sobretudo reflexões que surgirem a partir das questões disparadoras que serão apresentadas.
 - c. Dinâmica 3: “O que é dito sobre as famílias?”
 - 4.2 Atividades principais
 - a. Exposição teórica dos dados da revisão sistemática da literatura.

b. Reflexões a partir de questões disparadoras:

“Algumas perguntas (im)pertinentes:”

- i. De que maneira podemos contribuir para o rompimento do ciclo de invisibilidade das famílias dos adolescentes?
- ii. De que forma podemos inserir as famílias no processo socioeducativo, estabelecendo com elas uma relação de parceria/corresponsabilidade, sem que elas se sintam culpabilizadas pela situação do adolescente e pela própria realidade? (Ou: Como romper com esse processo de culpabilização?)
- iii. Quais os impactos da compreensão de que as famílias se constituem um dos eixos estruturantes dos desejos e projetos futuros dos adolescentes para o atendimento socioeducativo?
- iv. O que as demandas trazidas pelas famílias nos sinalizam, em se tratando de atendimento familiar no contexto da socioeducação?
- v. Como superar esses desafios e explorar ao máximo as potencialidades do atendimento familiar, considerando as especificidades da medida socioeducativa de internação?

c. Discussão (socialização/partilha no grupão).

4.3 Encerramento com uma música.

4.4 Recomendação de leitura:

Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2023). Percepções sobre momentos de visitas para adolescentes privados de liberdade: Relações familiares e afetividade. *Estudos e*

Pesquisas em Psicologia, 23(3), 815-834.

4.5 Questões para refletir no decorrer da semana (plataforma de aprendizagem).

2º Encontro: Vozes que ecoam a prática: Falar “sobre” as famílias ou falar “com” as famílias

1. Objetivos: Refletir sobre as práticas de atendimento às famílias no contexto socioeducativo do DF, a partir dos dados construídos no grupo focal realizado com servidores, nas entrevistas feitas com familiares de adolescentes, à luz do que preveem os dispositivos jurídicos e o PPP das Medidas Socioeducativas do DF – Internação (Distrito Federal, 2013).
2. Conteúdos (temas) a serem abordados:
 - a. Práticas de atendimento às famílias à luz do PPP das Medidas Socioeducativas do DF – Internação.
 - b. Introdução de recursos digitais para atendimento familiar e outros desafios.
 - c. Sensibilidade dos profissionais à complexidade das famílias.
 - d. Um olhar sobre a necessidade de conexão humana.
 - e. Importância de momentos (a)fe(s)tivos para o fortalecimento dos vínculos.
3. Metas:
 - a. Revisar o que o PPP da medida de internação prevê em relação ao atendimento dedicado às famílias.
 - b. Compreender a complexidade das relações dos adolescentes e suas famílias.
 - c. Refletir sobre possíveis impactos do período pandêmico sobre as práticas de atendimento às famílias.

- d. Refletir sobre a incorporação de recursos tecnológicos nos processos de interação com as famílias.
- e. Planejar ações possíveis no cenário institucional que priorizem a conexão humana e fortaleçam os vínculos da comunidade socioeducativa como um todo.
- f. Ampliar a compreensão acerca da importância de momentos festivos – e afetivos – no fortalecimento dos laços entre os adolescentes e seus familiares, bem como para o fortalecimento dos vínculos da comunidade socioeducativa.

4. Procedimentos

4.1 Aquecimento

Obs.: Iniciar o encontro com uma partilha sobre as reflexões a partir das questões disparadoras propostas na semana anterior e impressões a partir da leitura sugerida).

- a. Músicas que abordam relações familiares e trechos de vídeo sobre iniciativa de atendimento às mães.

4.2 Atividades principais

- a. Parte teórica (expositivo-dialogada): Partilha dos dados coletados no 2º e no 3º manuscrito da tese (grupo focal com servidores e entrevistas com familiares de adolescentes).
- b. Discussão, em grupos, a partir das seguintes questões disparadoras:
 - i. Pensando em corresponsabilidade, participação das famílias no processo socioeducativo e fortalecimento de vínculos, que pequeno primeiro passo pode ser dado a fim de buscar uma maior aproximação com as famílias?

- ii. Para além das demandas cotidianas, de que forma podemos aprofundar o diálogo com as famílias, para torná-lo mais significativo?
- iii. De modo a incrementar o calendário escolar para além dos eventos e das festividades que já são promovidos na Unidade, que tipo de atividade você imagina que poderia ser promovida no local em que você trabalha, considerando-se uma periodicidade: quinzenal, mensal, bimestral, semestral, anual?
- iv. De que maneira integrar o atendimento presencial ao atendimento virtual, levando em conta, por um lado, as demandas das famílias, e, por outro lado, as especificidades da rotina da instituição?

c. Discussão: (socialização/partilha no grupão).

4.3 Encerramento com uma música.

4.4 Recomendação de leitura:

Rapizo, L. R., Mascarenhas, J., & Alexandre, M. A. (2022). Encontros na Maré: Conexões que rompem barreiras e criam pontes. In M. A. Grandesso (Org.), *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas a serviço de ações generativas e humanizadoras* (pp. 439-456). CRV.

4.5 Questões para refletir no decorrer da semana (plataforma de aprendizagem).

3º Encontro: Diálogo e colaboração na socioeducação

1. Objetivo: Coconstruir práticas mais qualificadas de atuação junto às famílias a partir das contribuições da abordagem colaborativo-dialógica, da compreensão do lugar do afeto na prática profissional e do potencial do grupo como dispositivo de intervenção, considerando a realidade institucional de cada Unidade.
2. Conteúdos (temas) a serem abordados:
 - a. Preceitos básicos da abordagem colaborativo-dialógica: Contribuições ao fazer socioeducativo.
 - b. O cuidado com afeto como prática revolucionária.
 - c. A importância de atividades coletivas e a potência do grupo como estratégia de intervenção junto às famílias.
3. Metas:
 - a. Recordar momentos marcantes no trabalho com famílias.
 - b. Conhecer as premissas da abordagem colaborativo-dialógica, refletindo sobre suas possíveis contribuições à prática socioeducativa.
 - c. Dialogar acerca do lugar da escuta e do afeto na prática profissional, bem como sua importância para um atendimento mais humanizado.
 - d. Discutir o potencial de atividades em grupo para intervenção junto às famílias.
 - e. Iniciar o planejamento da lista de práticas de intervenção possíveis junto às famílias.
4. Procedimentos
 - 4.1 Aquecimento
 - a. Diálogo inicial sobre o texto sugerido na semana anterior.
 1. Aquecimento: Dinâmica com bexigas.
 - 4.2 Atividades principais

- a. Parte teórica (expositiva): Apresentação dos preceitos da abordagem colaborativo-dialógica, ponderações sobre o lugar do afeto na prática profissional (ou relevância da dimensão afetiva na práxis psicossocial) e sobre grupos enquanto recurso de intervenção.
- b. Propor aos participantes que listem para a próxima semana um esboço de atividades práticas, priorizando-se atividades coletivas, que possam ser realizadas com as famílias. (Podem incluir sugestões de temas, recursos audiovisuais e estratégias diversas).

4.3 Encerramento com poesia sobre recomeço.

4.4 Recomendação de leitura:

Anderson, H. (2017). Diálogo: Pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de continuar. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 93-103). CRV.

Anderson, H. (2016). Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 56, 49-54.

Guanaes-Lorenzi, C., & Martins, P. (2023). *A comunicação dialógica na prática das reuniões familiares em saúde mental*. Pedro & João Editores.

Mofarrej, G. J. C., Paschoal, V. N., & Medina, G. B. K. (2020). Práticas colaborativas e dialógicas como recursos para a promoção da saúde mental: Uma entrevista com Harlene Anderson. *Pluralidades em Saúde Mental*, 09(2), 9-18.

4.5 Questões para refletir no decorrer da semana (plataforma de aprendizagem).

4º Encontro: Pontos de partida possíveis ou... encontrando maneiras de seguir adiante

1. Objetivos: (a) Planejar e compartilhar, em um espaço de intervenção, estratégias de atendimento às famílias, reconhecendo o grupo como potente recurso de intervenção, buscando reaproximação, ampliação do contato presencial e maior inserção das famílias na rotina das Unidades, a partir do cenário institucional de cada uma delas; (b) Avaliar o percurso formativo.
2. Conteúdos (temas) a serem abordados:
 - a. Ressignificação das práticas de atendimento às famílias no âmbito socioeducativo por meio da elaboração de estratégias viáveis.
 - b. Avaliação do minicurso.
3. Metas:
 - a. Valorizar a potência do cotidiano.
 - b. Planejar ações possíveis/viáveis, mesmo em contextos adversos.
 - c. Ressignificar a prática de atendimento às famílias.
 - d. Avaliar a jornada formativa.
4. Procedimentos
 - 4.1 Aquecimento
 - a. Conversa inicial sobre as leituras sugeridas na semana anterior.
 - b. Dinâmica do jornal: Socioeducação em foco.
 - 4.2 Atividades principais
 - a. Situação-problema em duplas ou trios para elaboração de atividades voltadas ao atendimento familiar.
 - b. Momento de intervenção: Partilha das atividades que foram planejadas, inicialmente em pequenos grupos, criando-se um espaço seguro para críticas e sugestões.

- c. Discussão no grupo maior.
 - d. Avaliação da formação.
 - e. Leitura do texto para reflexões finais, agradecimentos e entrega dos bombons.
- 4.3 Encerramento com uma música.
- 4.4 Avaliação da formação: Após a música, cada participante poderá dizer uma frase iniciada por: “Seguirei em frente com...”

Referências

- Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: Um enfoque pós-moderno da terapia*. Roca.
- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: O coração e a alma da prática colaborativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 21-34). CRV.
- Anderson, H. (2017). Diálogo: Pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de continuar. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e práticas* (pp. 93-103). CRV.
- Brasil. (2012). *Lei nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Presidência da República.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019). Reflexões sobre a conflitiva com a lei na adolescência: Contextos excludentes, famílias “invisíveis”. *Psicologia em Revista*, 25(2), 790-804. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p790-804>
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2023). Percepções sobre momentos de visitas para adolescentes privados de liberdade: Relações familiares e afetividade. *Estudos e*

Pesquisas em Psicologia, 23(3), 815-834.

CONANDA [Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente]. (2006).

Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. CONANDA.

<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/2703/1/resolucao-no-119.pdf>

Distrito Federal. (2013). *Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do*

Distrito Federal – Internação. Secretaria da Criança.

Guanaes-Lorenzi, C., & Martins, P. (2023). *A comunicação dialógica na prática das reuniões familiares em saúde mental*. Pedro & João Editores.

Medeiros, F. C. de, & Paiva, I. L. de. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586.

Paiva, I. L., Miranda, G., Cavalcante, C. P. S., & Costa, L. R. (2024). Em nome de quais famílias brasileiras bate o martelo da justiça? Reflexões sobre o sistema socioeducativo e a penalização compartilhada entre adolescentes e familiares. In N. A. Moraes, A. N. Lira, & M. C. A. Nunes (Orgs.), *“Entre o nó e o laço”*: Para compreender famílias em diferentes contextos (pp. 181-196). CRV.

Rapizo, L. R., Mascarenhas, J., & Alexandre, M. A. (2022). Encontros na Maré: Conexões que rompem barreiras e criam pontes. In M. A. Grandesso (Org.), *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas a serviço de ações generativas e humanizadoras* (pp. 439-456). CRV.

Zamora, M. H., & Pereira, I. (2019). Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. In E. F. Julião, & S. S. Vergílio (Orgs.), *Juventude, políticas públicas e medidas socioeducativas* (pp. 148-162). Novo Degase.